



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLANTERR

LAISE DA CRUZ MACENA

**O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA NO DISTRITO DE MARIA
QUITÉRIA: O CASO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

FEIRA DE SANTANA / BA
2025

LAISE DA CRUZ MACENA

**O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA NO DISTRITO DE MARIA
QUITÉRIA: O CASO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Planejamento Territorial da Universidade
Estadual de Feira de Santana para obtenção do título
de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva.

FEIRA DE SANTANA / BA
2025

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

Macena, Laise da Cruz

M125p O Programa Garantia-Safra no Distrito de Maria Quitéria: o caso das unidades produtivas da agricultura familiar / Laise da Cruz
Macena. - 2025.

108f. : il.

Orientador: Onildo Araújo da Silva

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR, 2025.

1. Programa Garantia-Safra. 2. Agricultura familiar. 3. Políticas públicas. 4. Distrito de Maria Quitéria, Bahia. I. Silva, Onildo Araújo da, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial. III. Título.

CDU: 631.115.1

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

LAISE DA CRUZ MACENA


**O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA NO DISTRITO DE MARIA
QUITÉRIA: O CASO DAS UNIDADES PRODUTIVAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Planejamento Territorial da Universidade
Estadual de Feira de Santana para obtenção do título
de Mestre em Planejamento Territorial.


Orientador: Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva.

Aprovada em 20 de agosto de 2025.


BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **ONILDO ARAUJO DA SILVA**
Data: 11/11/2025 06:59:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Orientador: Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Documento assinado digitalmente
 **IVNA HERBÊNIA DA SILVA SOUZA**
Data: 06/11/2025 21:04:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinadora: Prof^a Dr^a Ivna Herbênia da Silva Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA**
Data: 07/11/2025 08:25:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

À minha mãe, toda gratidão e orgulho em ser sua filha.

Todo esforço, não é apenas por mim, é por nós!

AGRADECIMENTOS

“Agradecer é a arte de atrair coisas boas”, tal pensamento levo comigo em todos os momentos e não poderia ser diferente na realização desse projeto. Muitas lutas e apreensões fizeram parte dessa jornada, mas a vontade de prosseguir sempre foi maior que a de desistir e graças ao meu bom Deus consegui chegar até este dia. Toda honra e toda glória a ti Senhor!

Agradeço a minha mãe Rosimeire, por todo incentivo e apoio, a alegria em seus olhos em ter a sua única filha aprovada em um vestibular e posteriormente cursando mestrado é impagável. Esta vitória não é só minha, é nossa mãe!

Agradeço também aos colegas e professores, que fizeram parte da minha vida acadêmica e se dispuseram a colaborar em diversos momentos, em especial agradeço à professora Ana Barreiros de Carvalho, sem seu incentivo jamais teria iniciado este mestrado. Cito ainda, minha colega Lucidalva, gratidão Luci por todo auxílio e disposição em compartilhar seu conhecimento.

Minha eterna gratidão também ao meu orientador, o professor Dr. Onildo Araújo da Silva, muito obrigada por toda disponibilidade em auxiliar no meu projeto, suas palavras em diversos momentos foram decisivas para que eu não desistisse, os agradecimentos se estendem aos professores Ivna e José Raimundo, estes foram cruciais na qualificação e finalização deste projeto.

Meus reconhecimentos também ao pessoal da Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural de Feira de Santana, em especial a Juci, o Roberto Estrela e o Igor Bulhões, destaco ainda à Edilza do Bahiater, gratidão por toda contribuição!

À todos, segue aqui a minha eterna gratidão!

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar e no sustento de milhões de pessoas em todo o mundo. Ao se tratar de países como o Brasil, onde à extremos contextos de vulnerabilidade social e econômica, a agricultura apresenta-se além de uma alternativa de sobrevivência uma forma de inclusão produtiva e geração de renda, assim as políticas públicas assumem um papel central ao constituírem-se como ação do Estado que incide diretamente em determinadas categorias. Nesse contexto, o objetivo deste estudo, portanto, é analisar o processo de execução do Programa Garantia-Safra (GS) no que se refere às unidades produtivas da agricultura familiar no distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana-BA. Para tanto, a metodologia utilizada combina uma revisão bibliográfica sobre os temas políticas públicas e agricultura familiar e uma investigação documental e exploratória sobre o funcionamento do Garantia-Safra, seus critérios, parcerias e marcos normativos além de uma pesquisa de campo visando confrontar a teoria com a prática. A análise concentrou-se no distrito de Maria Quitéria, permitindo uma compreensão prática acerca do papel do programa na realidade local. A pesquisa apontou que o processo de implementação do GS no distrito de Maria Quitéria apresenta desafios significativos que comprometem a sua execução e a satisfação em relação ao programa. Ademais, apesar da implementação apresentar barreiras estruturais, não podemos desconsiderar a importância das políticas públicas frente ao cenário da agricultura familiar brasileira e sua evolução nas últimas décadas, no entanto há um longo caminho a ser percorrido em busca de melhorias para quem realmente precisa.

Palavras-chave: garantia-safra; agricultura familiar; políticas públicas; distrito de Maria Quitéria.

ABSTRACT

Family farming plays a crucial role in food security and the livelihoods of millions of people worldwide. In countries like Brazil, where extreme social and economic vulnerability prevails, agriculture represents not only an alternative source of survival but also a means of productive inclusion and income generation. Public policies thus play a central role, constituting government action that directly impacts specific groups. In this context, the objective of this study is to analyze the implementation of the Garantia-Safra (Safrá) Program (GS) in family farming production units in the Maria Quitéria district of Feira de Santana, Bahia. The methodology used combines a literature review on public policy and family farming, documentary and exploratory research on the functioning of Garantia-Safra, its criteria, partnerships, and regulatory frameworks, as well as field research aimed at comparing theory with practice. The analysis focused on the Maria Quitéria district, allowing for a practical understanding of the program's role in the local context. The research revealed that the GS implementation process in the Maria Quitéria district presents significant challenges that compromise its execution and satisfaction with the program. Furthermore, despite structural barriers to implementation, we cannot ignore the importance of public policies in the context of Brazilian family farming and its evolution in recent decades. However, there is still a long way to go to achieve improvements for those who truly need them.

Keywords: garantia-safra; family farming; public policies; District of Maria Quitéria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização do município de Feira de Santana/BA.....	18
Figura 02 - Fluxograma Operacional do Programa Garantia Safra.....	51
Figura 03 - Igreja de São José.....	59
Figura 04 - Cultivo do milho e do feijão no distrito de Maria Quitéria (2025).....	69
Figura 05 - Plantação de Mandioca no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	71
Figura 06 - Cisterna em uma propriedade familiar do Distrito de Maria Quitéria (2024).....	74
Figura 07 - Tanque utilizado para o armazenamento de água em uma propriedade do Distrito de Maria Quitéria (2024).....	75
Figura 08 - Baldes utilizados para distribuição de água nas pequenas lavouras do distrito de Maria Quitéria (2024).....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de agricultores por distrito (2017).....	20
Tabela 02 - Histórico do percentual e valor de contribuição de Agricultores, Municípios, Estados e União ao Fundo Garantia-Safra no período de 2017 a 2022.....	45
Tabela 03 - Quantidade de adesões efetivadas por safra – Municípios e Agricultores – 2017 à 2022.....	52
Tabela 04 - Nível de escolaridade dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução quantitativa de municípios aderidos ao GS.....	53
Gráfico 02 - Comparativo entre o quantitativo de agricultores aderidos ao Programa Garantia-Safra, com os agricultores que tiveram autorização para recebimento do benefício GS por terem comprovado perda de produção.....	54
Gráfico 03 - Faixa etária dos agricultores familiares residentes no distrito de Maria Quitéria, participantes dos questionários (2024).....	61
Gráfico 04 - Renda familiar (em salários mínimos) dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	64
Gráfico 05 - Principal fonte de renda dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	66
Gráfico 06 - Tamanho da propriedade em hectares dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	67
Gráfico 07 - Principal atividade desenvolvida nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	68
Gráfico 08 - Principal cultura desenvolvida nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	70
Gráfico 09 - Quantidade de pessoas que trabalham nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	72
Gráfico 10 - Quantidade de agricultores familiares participantes dos questionários, que possuem sistemas de irrigação no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	73
Gráfico 11 - Quantidade de agricultores participantes dos questionários, que possuem maquinário próprio no Distrito de Maria Quitéria (2024).....	77
Gráfico 12 - Quantidade de agricultores familiares participantes dos questionários que participam de cooperativas e/ou associações e frequentam o Sindicato (SINTRAF).....	78
Gráfico 13 - Tempo de participação dos agricultores familiares participantes dos questionários no programa Garantia-Safra (2024).....	79
Gráfico 14 - Como os agricultores familiares participantes dos questionários no distrito de Maria Quitéria tomaram conhecimento do programa Garantia-safra (2024).....	81

Gráfico 15 - Visão dos agricultores familiares participantes dos questionários acerca da burocratização do programa (2024).....	82
Gráfico 16 - Visão dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria acerca do valor do benefício (2024).....	83
Gráfico 17 - Alternativas dos agricultores familiares participantes dos questionários diante de perdas da produção (2024).....	84
Gráfico 18 - Nível de satisfação dos agricultores familiares participantes dos questionários em relação do Garantia-Safra.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Respostas dos agricultores entrevistados acerca do benefício em participar do programa Garantia-Safra.....	87
Quadro 02 - Relatos dos agricultores entrevistados sobre o cadastramento no programa Garantia-Safra.....	88
Quadro 03 – Relatos dos agricultores entrevistados sobre a ausência de sistemas de irrigação.....	89
Quadro 04 – Relatos dos agricultores entrevistados acerca do nível de satisfação com o programa Garantia-Safra.....	90
Quadro 05 — Depoimentos dos agricultores entrevistados acerca da burocracia, insegurança e falta de articulação com outras políticas.....	91
Quadro 06 - Respostas dos agricultores entrevistados acerca da efetividade do programa Garantia-Safra.....	92
Quadro 07 - Principais melhorias sugeridas pelos agricultores entrevistados para o Garantia Safra.....	92

LISTA DE SIGLAS

AJA	Alfabetização de Jovens e Adultos
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Classe de Alfabetização
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CIS	Centro Industrial do Subaé
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSA	Companhia Nacional de Seguro Agrícola
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COSESP	Companhia de Seguros do Estado de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Seca
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FESR	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GS	Garantia-Safrá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSR	Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
SEAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural
SENAF	Selo Nacional da Agricultura Familiar
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITO E APROXIMAÇÕES.....	24
1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	25
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS: A INSERÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR.....	29
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	35
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE BRASILEIRO.....	41
2.3 O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA.....	43
2.3.1 Evolução do Programa no Período de 2017 a 2022.....	54
CAPÍTULO 4 - A DINÂMICA DAS UNIDADES PRODUTIVAS DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA.....	56
4.1 AS UNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA – FEIRA DE SANTANA/BA.....	58
4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES RESIDENTES NO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA E PARTICIPANTES DOS QUESTIONÁRIOS.....	60
4.3 CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS.....	67
4.4 AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA.....	78
CONSIDERAÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	103

INTRODUÇÃO

A agricultura desempenha um papel fundamental na história e no desenvolvimento das sociedades humanas. Com base em práticas, técnicas e conhecimentos acumulados ao longo dos séculos, a agricultura familiar desenvolve um papel vital na garantia da segurança alimentar e no sustento de bilhões de pessoas em todo o mundo.

Brumer et al. (1993) destacam que a agricultura de base familiar nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra. Precariedade que se revestiu também no caráter rudimentar dos sistemas de culturas e das técnicas de produção, além da sua pobreza generalizada. Embora a agricultura familiar tenha sido historicamente marcada pela precariedade nas condições de produção, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra, aos meios de trabalho e às tecnologias, a partir dos anos 1990 e 2000 o Estado brasileiro passou a implementar políticas públicas mais estruturadas voltadas a esse segmento.

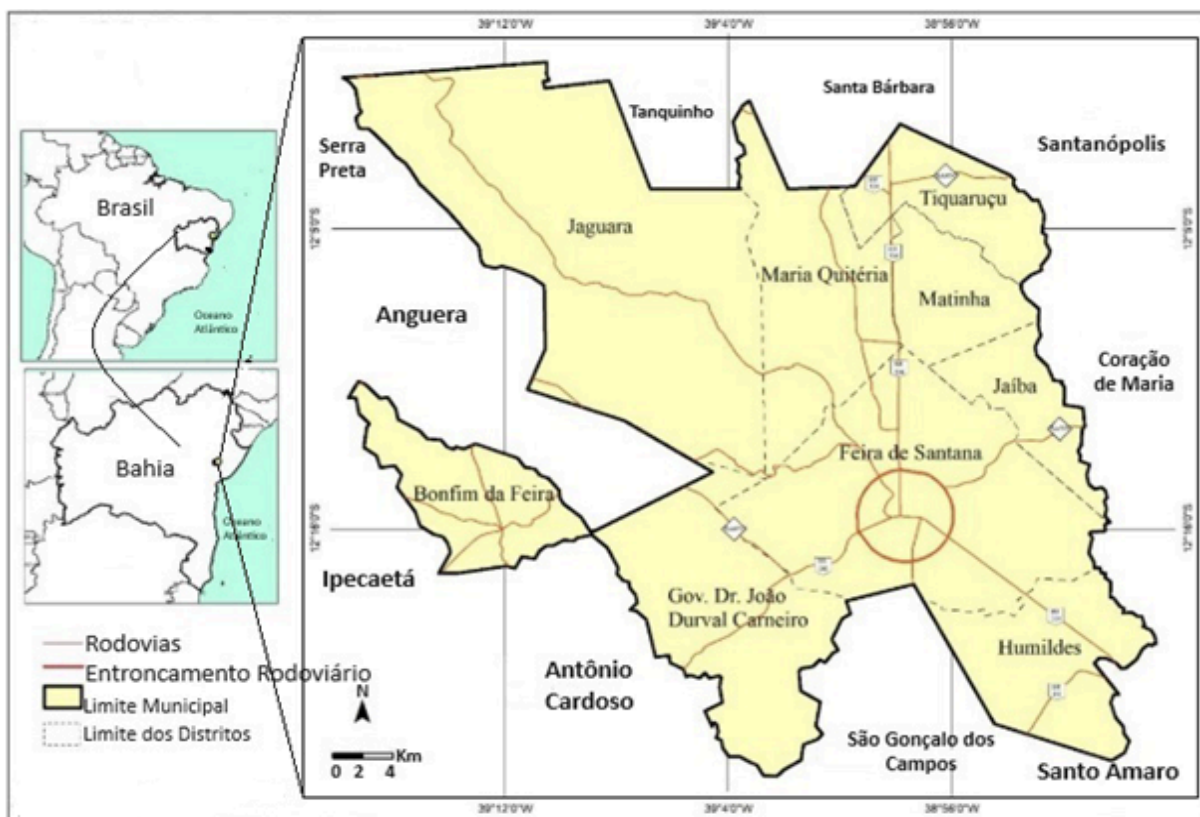
Apesar dos desafios históricos enfrentados, a agricultura familiar vem resistindo e tornando-se uma prática essencial para a produção de alimentos. Sua diversidade produtiva, a utilização de mão de obra predominantemente familiar e o vínculo com o território conferem características únicas a esse modelo agrícola, que difere significativamente do agronegócio em termos de escala, objetivos e impactos sociais e ambientais. Essa resistência e capacidade de adaptação foram fundamentais para que, mesmo em meio à exclusão e à invisibilidade social, a agricultura familiar continuasse exercendo um papel estratégico na sociedade brasileira.

Ao considerar o papel das políticas públicas na valorização e no fortalecimento da agricultura familiar, é fundamental observar como essas ações se manifestam em contextos territoriais específicos. Nesse sentido, em Feira de Santana, mais especificamente o distrito de Maria Quitéria, recorte espacial desta investigação, a agricultura de base familiar se tornou uma importante estratégia de propagar melhorias nas condições de vida no campo.

O município de Feira de Santana - BA (mapa 01), está situado à 108 km da capital, Salvador. Em termos de vizinhança, limita-se ao norte com o município de Tanquinho e Santa Bárbara; ao sul com São Gonçalo dos Campos e Antônio Cardoso; a leste com Coração de Maria e Conceição do Jacuípe; a oeste com Ipecaetá e Anguera; a sudeste com Santo Amaro; a noroeste com Candéal e Serra Preta e a nordeste com Santanópolis. O distrito de Maria Quitéria situado a noroeste compõe o município juntamente com os demais distritos

(Tiquaruçu, Matinha, Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Jaíba, Jaguará e Humildes).

Figura 01 - Mapa de localização do município de Feira de Santana/BA.



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por: Dias e Castelhana, 2021. Adaptado por: Laise Macena, 2024.

Feira de Santana integra a região Semiárida, que foi criada a partir da Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Segundo a Resolução Condel / Sudene nº 150 de 13/12/2021, a Região Semiárida passa a figurar no estado da Bahia com 287 municípios 483,6 mil km², 85,6% do território e 7,5 milhões de pessoas (Censo Demográfico (2024); IBGE (2024); SEI (2024)).

A irregularidade das chuvas na região semiárida, leva a necessidade da criação de grandes obras e projetos decorrentes da aplicabilidade de políticas públicas específicas, dentre estas cita-se o Programa Garantia-Safra, este que é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), financiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que garante ao agricultor familiar um benefício financeiro, em caso de perda de sua safra devido ao fenômeno da falta de chuvas ou excesso hídrico. Sua área de atuação inclui as regiões majoritariamente semiáridas, como a região Nordeste, e o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A partir da Safra de 2002/2003, portanto, o poder público através do Programa PRONAF, iniciou modificações na percepção da ideia de medidas “emergencialistas”, ou seja ações rápidas e eficazes que são tomadas em situações de emergência para proteger a vida, a saúde e/ou a propriedade, para medidas de caráter permanente. Assim, diante dessa adversidade dos eventos climáticos, que interferem diretamente à produção agrícola, foi criado o Seguro-Safra, denominado posteriormente de Garantia-Safra (GS), o qual é objeto de investigação deste trabalho, dentro do recorte do distrito de Maria Quitéria.

Diante do quadro apresentado, esta pesquisa tem a seguinte questão norteadora: Qual o papel do programa Garantia-Safra na manutenção das unidades produtivas da agricultura familiar do distrito de Maria Quitéria?

Por esta razão, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de execução do Programa Garantia-Safra no que se refere às unidades produtivas da agricultura familiar do distrito de Maria Quitéria.

Os objetivos específicos são:

- . Compreender os procedimentos necessários para a execução do programa junto aos agricultores familiares;
- . Examinar se os objetivos do programa estão sendo alcançados e apoiam efetivamente os agricultores familiares;
- . Analisar os impactos do programa na atividade produtiva e no fortalecimento da agricultura familiar.

Nessa esteira, a principal motivação pela escolha do tema de pesquisa partiu, a priori, do próprio histórico de pesquisas anteriores, onde em visitas realizadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (SINTRAF), afim da coleta de informações para outras produções acadêmicas acerca do tema “Políticas Públicas no Meio Rural”, foi feito o contato direto com trabalhadores rurais, que relataram o quanto a agricultura familiar se insere na realidade de boa parte da população rural dos distritos como forma de sustento, e dessa forma o quanto importante se configura a aplicação de políticas públicas para o meio rural.

A escolha do local de investigação se deu por se tratar da minha cidade natal, bem como pelo fato do município integrar a região Semiárida e ser o segundo maior município do estado da Bahia, em termos populacionais, com 616.272 mil habitantes (IBGE, 2022). A escolha do Distrito de Maria Quitéria, para campo ocorreu em virtude do fato deste, segundo

dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) (tabela 01), ser o segundo maior em termos populacionais ficando atrás apenas do distrito de Humildes¹.

Tabela 01 - Quantidade de agricultores por distrito (2017)

Distrito	Quantidade de Agricultores
TIQUARUÇU	6020
MARIA QUITÉRIA	7940
JAÍBA	6160
JOÃO DURVAL CARNEIRO	4660
MATINHA	5280
BONFIM DE FEIRA	4220
HUMILDES	16408
JAGUARA	3308
TOTAL	53996

Fonte: SEAGRI (2017). Elaboração: Laise Macena, 2024.

Para o atendimento das questões levantadas neste estudo, propõe-se portanto, na introdução a exposição dos temas a serem trabalhados, além da estruturação das concepções, instrumentos e procedimentos metodológicos adotados. No primeiro capítulo, por meio de estudos bibliográficos, foi realizada uma análise sobre o tema agricultura familiar, considerando sua definição e abordagens pertinentes ao assunto. No segundo capítulo, foi feita a análise acerca do conceito de políticas públicas, e as principais políticas que compõem o universo do agricultor familiar, bem como as bases legais, chegando a política pública do Programa GS a qual é objeto de investigação, bem como os critérios, as parcerias, além dos marcos normativos fundadores e estruturantes do programa. No quarto capítulo buscou-se a exposição e análise dos resultados obtidos com a pesquisa de campo, em sequência, a avaliação dos entrevistados referentes ao programa, acompanhado das suas perspectivas. Por fim, têm-se as considerações, em que são explanadas as principais conclusões da pesquisa.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para a construção deste trabalho de cunho dissertativo, ocorreu a partir das seguintes etapas abaixo, vale destacar que não foi gerado um

¹ A pesquisa de campo não foi realizada no Distrito de Humildes mesmo considerando que a nível populacional este possui o maior contingente de agricultores, em virtude do fato do distrito a nível geográfico está situado na parte menos Semiárida de Feira de Santana.

produto para este trabalho, uma vez que trata-se de algo não obrigatório. Dessa forma, optou-se portanto, pela construção bibliográfica, destaca-se ainda que o presente estudo não foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), considerando// que segundo o regimento interno do programa de pós-graduação este não possui caráter obrigatório, no entanto, os agricultores participantes da pesquisa autorizaram a exposição das suas falas, assim como assinaram o termo de consentimento livre esclarecido.

1. *Pesquisa bibliográfica* – com o objetivo do estudo de conceitos e caracterização dos termos utilizados. Por conta disso, houve a consulta aos autores que discutem os temas agricultura familiar e políticas públicas para o setor agrícola.

2. *Pesquisa documental* - por se tratar de um estudo referente às políticas públicas fez-se necessário também a consulta e análise de documentos oficiais (Leis, Decretos, Medidas Provisórias, Resoluções e Portaria) que dão sustentação jurídica para a implementação e execução do GS, a saber:

- Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965 - Institucionaliza o crédito rural;
- Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 - Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências;
- Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal;
- Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1999- Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária;
- Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER;
- Decreto nº 3.338, de 14 janeiro de 2000 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências;
- Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 - Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica;

- Portaria MDA nº 62, de 20 de junho de 2003 - Dispõe sobre as ações referentes à verificação de plantio e de constatação de perda no âmbito do Garantia-Safra;
- Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
- Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de dezembro de 2017 - Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL.

Além disso, foram consultados relatórios e dados municipais sobre a execução do programa.

3. *Coleta de dados secundários* – realizada em paralelo aos procedimentos anteriores, visando a caracterização do espaço rural do distrito de Maria Quitéria.

4. *Aplicação de questionários* - foram aplicados 30 questionários a agricultores familiares beneficiados pelo programa. A coleta dessas informações ocorreu entre os dias 24 de novembro de 2024 e 10 de janeiro de 2025. O número de questionários foi definido com base na amostragem aleatória simples, considerando agricultores beneficiados pelo GS e residentes no distrito de Maria Quitéria.

5. *Entrevistas* - além dos questionários, foram realizadas 6 entrevistas com agricultores que, simultaneamente, apresentaram grande insatisfação ou indiferença em relação ao programa. A escolha desses participantes teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre a dinâmica de execução do programa e seus impactos reais. As entrevistas foram realizadas entre os dias 02 à 08 de junho de 2025.

Quanto à seleção da amostra, o universo amostral da pesquisa foi composto por agricultores familiares beneficiados pelo Programa Garantia-Safra e residentes no distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), no ano de 2024, 970 agricultores familiares foram habilitados a receber o benefício no município feirense, no entanto, não há dados exatos desagregados por distrito, o que impossibilitou a identificação exata do número de beneficiários exclusivamente no distrito de Maria Quitéria.

Assim, foi realizada a amostragem aleatória simples, aplicada com base em uma lista disponibilizada pela SEAGRI. Essa listagem incluía nomes, contatos e localização de unidades produtivas com agricultores beneficiados pelo GS, permitindo uma seleção justa e distribuída dos possíveis participantes da pesquisa, chegando ao número de 30 agricultores.

Número este alinhado aos objetivos exploratórios da pesquisa e aos critérios de viabilidade operacional e no caráter, que prioriza a profundidade qualitativa das análises.

A escolha por essa abordagem levou em consideração não apenas os limites práticos da pesquisa de campo, como a acessibilidade dos participantes, mas também o objetivo central do estudo, que se concentra na compreensão contextualizada das experiências e percepções dos agricultores familiares beneficiários do Programa Garantia-Safra no distrito de Maria Quitéria. Assim, ainda que a amostra não represente numericamente todo o universo de agricultores familiares da região, está ofereceu subsídios consistentes para análises preliminares e reflexões qualitativo-quantitativas sobre a política pública em questão.

Para efeito de comparação temporal e espacial, estas observações foram confrontadas com dados oficiais do IBGE e MDA. Os dados levantados foram tabulados em planilha do Software Microsoft Office Excel, para tratamento estatístico e apresentação dos resultados em tabelas e gráficos. O marco temporal para a análise dos dados foi o período compreendido entre 2017 e 2022. A escolha desse intervalo se deu, em um primeiro momento, por abranger duas importantes referências estatísticas nacionais: o último Censo Agropecuário (2017) e o último Censo Demográfico (2022), permitindo relacionar aspectos produtivos e socioeconômicos da população rural.

Contudo, para além da disponibilidade de dados oficiais, esse recorte temporal se justifica também por refletir um período marcado por mudanças estruturais nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Entre 2017 e 2022, o Garantia-Safra atravessou um cenário de forte restrição orçamentária e de retração no financiamento de programas rurais, ao mesmo tempo em que os agricultores enfrentaram uma sucessão de eventos climáticos extremos — estiagens prolongadas intercaladas com períodos de excesso hídrico. Conforme apresentado no capítulo 3, tal período evidencia oscilações no número de adesões por parte dos municípios, além de expor uma discrepância entre aderidos e beneficiados, de modo a ser interpretada não apenas como um indicativo de dificuldades operacionais e barreiras administrativas, mas também como um reflexo dos mecanismos de controle implementados.

Assim, a definição desse marco temporal não se restringe a uma conveniência metodológica, mas à necessidade de compreender a execução do programa em um momento de inflexão das políticas sociais. Nesse sentido, a pesquisa de campo foi indispensável para complementar os dados oficiais e captar, no plano local, os efeitos concretos dessa conjuntura sobre os agricultores familiares do Distrito de Maria Quitéria.

CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITO E APROXIMAÇÕES

A agricultura familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda no campo, bem como para o fortalecimento da agricultura. Além disso, ela desempenha um papel importante na preservação da biodiversidade e na conservação de práticas tradicionais de cultivo, transmitidas de geração em geração. Na agricultura familiar, as famílias exercem papéis fundamentais no processo produtivo, tornando-se essenciais para o desenvolvimento econômico e social (FAO, 2014).

O termo "agricultura familiar", inicialmente associado a uma forma de produção autônoma, foi ressignificado nos campos acadêmicos estadunidense e europeu, especialmente em resposta às críticas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria, que frequentemente resultava em exclusão e expropriação (Neves, 2007).

Na América Latina a agricultura familiar desempenha um papel significativo na produção agrícola, sendo responsável por uma parte considerável da produção nos diferentes países da região, não se restringindo apenas ao aspecto econômico, mas também envolve um forte vínculo social e cultural com a terra, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade e para a redução da desigualdade rural. Para Berdegú e Fuentealba (2011), a agricultura familiar, pode ser caracterizada como uma forma de produção mais próxima das comunidades locais, além de possuir um grande potencial de gerar emprego e renda nas áreas rurais, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma determinada região.

Neves (2007), destaca que já na visão de alguns autores estadunidenses existe uma distinção do sistema de agricultura familiar do sistema de agricultura industrializada empresarial, mediante as condições de uso da força de trabalho: familiar para o primeiro e assalariada para o segundo. Dessa forma, a questão por eles analisada (a ameaça de sobrevivência da agricultura familiar frente ao processo de industrialização na agricultura), os limites da reprodução do sistema de agricultura familiar são destacados não só nos Estados Unidos como em diversos outros países.

Neves (2007), ainda completa:

A característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, qualquer que seja o seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família (Neves, 2007, p. 217).

Vale destacar ainda que para Neves (2007), no debate político e sindical, a agricultura familiar é caracterizada pela centralidade da família na produção e gestão das atividades agrícolas, distinguindo-se fundamentalmente dos empresários agropecuários que dependem predominantemente do trabalho assalariado. Enquanto na agricultura familiar os membros da família estão diretamente envolvidos no trabalho e nas decisões sobre o estabelecimento, criando uma conexão direta entre o trabalho e a gestão, os empresários agropecuários operam em uma lógica voltada para a empresa, onde a exploração dos fatores de produção é mediada por relações de trabalho assalariado, muitas vezes desvinculadas do envolvimento direto da família na produção.

Na visão de Ribeiro (2017), a agricultura familiar é caracterizada pelo equilíbrio entre os fatores econômicos, sociais e ambientais, promovendo práticas que valorizam a diversidade agrícola, como a policultura, e gera qualidade de vida para os envolvidos. Além disso, destaca-se o crescente mercado de produtos saudáveis e frescos, que reforça a importância dessa atividade.

Segundo Schneider (2003), a agricultura familiar possui uma série de peculiaridades que a distinguem, como a produção diversificada, o trabalho manual e a utilização de técnicas tradicionais. Essa forma de agricultura tem sido reconhecida como uma estratégia importante para a promoção da segurança alimentar, a preservação da biodiversidade e a valorização das práticas tradicionais.

Bertolini, Filho e Mendonça (2020) completam ressaltando que o papel essencial da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis, contribui significativamente em práticas que respeitam o meio ambiente e a biodiversidade. Tal abordagem é crucial para atender à crescente demanda alimentar de uma população mundial estimada em quase 10 bilhões de pessoas até 2050.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar desempenha papel central no abastecimento alimentar do país, sendo responsável pela maior parte dos alimentos básicos consumidos no Brasil (Wanderley, 2009). Nos últimos anos, contudo, observa-se uma crescente preocupação com a sustentabilidade das populações rurais, o que tem motivado mudanças no desenho das políticas públicas voltadas a esse segmento. Nesse processo, tais políticas passaram a considerar, ainda que de forma gradual, a participação dos agricultores familiares nas decisões

sobre a alocação dos recursos públicos e nas formas de investimento, ampliando o caráter democrático e participativo das ações implementadas (Souza, 2004).

A partir da década de 1960, o Brasil passou por um processo de modernização agrícola marcado por políticas públicas voltadas à expansão da produção em larga escala, com foco nas grandes propriedades e na exportação de commodities agrícolas. Esse modelo priorizou o uso intensivo de tecnologias como mecanização, fertilizantes químicos, sementes modificadas e defensivos agrícolas, consolidando um padrão de desenvolvimento centrado no agronegócio (Navolar; Rignon; Philippi, 2009; Frota; Oliveira; Costa, 2017 apud Bertolini, Filho e Mendonça, 2020).

Esse movimento, embora tenha aumentado significativamente a produtividade agrícola nacional, resultou em desigualdades estruturais no campo, pois favoreceu grandes produtores em detrimento dos agricultores familiares, que tiveram acesso limitado aos mesmos incentivos e recursos tecnológicos, como apontam Bertolini, Filho e Mendonça (2020), o modelo dominante negligenciou os sistemas produtivos tradicionais, promovendo a concentração fundiária e aprofundando a exclusão social nas áreas rurais.

Assim, embora o termo agricultura familiar já estivesse presente em debates acadêmicos, sindicais e nos movimentos sociais do campo, sua inserção oficial nas políticas públicas brasileiras ocorreu na década de 1990, especialmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995. Essa incorporação não foi espontânea, mas resultado de reivindicações e pressões de organizações de agricultores familiares, que buscavam reconhecimento institucional e acesso a políticas diferenciadas. Nesse processo, o governo brasileiro passou a adotar uma definição legal do que seria o agricultor familiar, consolidada posteriormente com a promulgação da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais formulado e adotado pelo Estado, para os efeitos desta lei, considera-se:

Art. 3: agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006, art3º).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), define o agricultor familiar como aquele que mantém vínculo produtivo com o mercado capitalista, mas cuja lógica de produção é fortemente baseada na unidade familiar de trabalho e gestão. Isso significa que a agricultura familiar é caracterizada pela predominância do trabalho da própria família na produção e administração da propriedade, bem como pelo uso de recursos próprios e práticas tradicionais. Ainda que inseridos no mercado, esses agricultores mantêm um modo de vida ligado à terra, com identidade social e cultural próprias.

Vale considerar ainda, que antes da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o conceito de propriedade familiar no Estatuto da Terra (forma em que legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil), baseava-se em características específicas, como o trabalho realizado pela família e a área máxima explorada.

Dessa forma, o art. 4º para os efeitos desta lei, conceitua-se:

I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial; II - Pequena Propriedade - o imóvel rural: a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; III - Média Propriedade - o imóvel rural: de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. (BRASIL, 1993, art. 4º)

A partir dessa lei, definiu-se o conceito de imóvel rural e estabeleceram-se as categorias de pequena, média e grande propriedade de acordo com o número de módulos fiscais, estes que são um dos índices básicos cadastrais utilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional.

O Brasil possui avanços significativos quanto a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar desde a década de 1990, com destaque para o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação de estruturas como a Secretaria de Agricultura Familiar no âmbito do MDA. Alguns desafios importantes no acesso efetivo a esses instrumentos ainda persistem, especialmente em regiões com menor articulação institucional ou onde os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são mais frágeis (Augusto; Sachuk, 2008; Souza et al., 2011; De Paula et al., 2014; Bueno; Silva, 2014).

No entanto, é fundamental evitar generalizações, em territórios como o do Sisal, na Bahia, observa-se a presença mais efetiva de programas governamentais, cooperativas, ONGs

e entidades de apoio técnico e organizativo, que vêm promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, por meio de ações de capacitação, acesso ao crédito, assistência técnica e inclusão produtiva. Portanto, o cenário atual mostra o reflexo de lutas em prol de políticas públicas dirigidas ao setor agrícola especialmente ao pequeno agricultor rural.

Para Bourdieu (2005), a atual definição da categoria "agricultura familiar" é o resultado de um processo de construção política e de significados que se desdobrou nos embates e conflitos ocorridos em um "campo de forças". Não se pode subestimar o papel dos agricultores familiares e suas organizações de representação nesse processo, para Thompson (1987), eles não foram meros coadjuvantes, mas atuaram ativamente na experiência histórica de construir suas identidades políticas no cenário contemporâneo do Brasil.

Neves (2002), ainda propõe a compreensão da agricultura familiar como uma “categoria de ação política”, e não como um conceito teórico consolidado. Para a autora, o termo emerge como uma construção social e política, mobilizada por determinados segmentos sociais em um projeto de redefinição de suas formas de integração na sociedade. Essa concepção legitima-se por meio da construção de novas posições sociais, genericamente qualificadas pelo termo político "agricultor familiar", o que implica um deslocamento da centralidade econômica e produtiva para a dimensão simbólica e política da identidade desses sujeitos.

Neves (2002) destaca que o reconhecimento da agricultura familiar só pode ser compreendido a partir dos significados atribuídos por seus próprios protagonistas — sujeitos historicamente identificados como colonos, posseiros, parceiros ou moradores — que hoje se reposicionam enquanto agricultores familiares. Esse reposicionamento é resultado de um investimento político coletivo, voltado à conquista de novos espaços sociais e institucionais.

Compreender a agricultura familiar como uma categoria política possibilita, assim, analisar os processos de organização social que extrapolam os limites da propriedade e do núcleo familiar. Espaços como associações, cooperativas, sindicatos e conselhos agropecuários tornam-se fundamentais na construção de uma identidade coletiva, orientada não apenas para a reprodução econômica.

Ao longo desse processo de construção política, diferentes perspectivas, interesses e visões de mundo estiveram em jogo, gerando conflitos e negociações. A categoria "agricultura familiar" evoluiu ao longo do tempo, incorporando aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e tecnológicos. Essa trajetória resultou em uma compreensão mais abrangente e inclusiva do papel da agricultura familiar na sociedade, destacando sua relevância para a segurança alimentar, a preservação da cultura rural e o desenvolvimento.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS: A INSERÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR

O entendimento da concepção de políticas públicas é basilar para este trabalho. No entanto, não se objetiva aqui esgotar a literatura sobre a sua abordagem conceitual, mas sim, realizar de forma sucinta uma discussão com os diferentes enfoques conceituais em torno do tema. Especialmente por se tratar de uma pesquisa que tem o propósito de analisar um programa de âmbito federal, o conhecimento teórico e conceitual sobre a definição acerca de políticas públicas contribui para a compreensão dos fatores que corroboram para a sua formulação, além de permitir identificar os possíveis descompassos entre as concepções conceituais e sua aplicação prática.

Na literatura especializada, é comum a concepção de que as políticas públicas passam por várias fases, conhecidas como o ciclo da política pública. Esse ciclo começa com a identificação de problemas, os quais são contextualizados em diferentes setores da sociedade e levados ao governo por meio de demandas em busca de soluções. Caso essas questões conquistem destaque na definição da agenda, as instituições elaboram alternativas e escolhem abordagens aplicáveis às políticas públicas. Em seguida, essas propostas são postas em prática, avaliadas e sujeitas a revisões (Sabatier, 2007).

Quanto à definição, Boneti (2007) aborda a essência das políticas públicas como um processo que se desdobra desde sua concepção até sua implementação. Este conjunto, delineado pela dinâmica do processo, não deve ser limitado ao momento em que as políticas públicas são oficializadas e colocadas em prática pelo Estado através de leis ou decretos, mas sim quando englobam todo o engajamento de diferentes setores sociais para converter demandas sociais em políticas públicas. Isso implica considerar as relações de poder e as disputas de interesses estabelecidas por diversos grupos na busca pela concretização de suas demandas.

Assim, a finalidade das políticas públicas depende, em parte, do contexto em que surgem, incluindo o aparato estatal existente, as discussões presentes na sociedade, o modelo econômico adotado e as necessidades de políticas públicas que atendem as demandas sociais. Boneti (2007) entende, portanto, as políticas públicas como sendo algo que se origina a partir do anseio das classes que reivindicam a intervenção do Estado no atendimento às demandas sociais constituídas historicamente, ou não, como questão de ordem pública.

Ao discorrer sobre o processo de elaboração, implementação e conceituação das políticas públicas, Boneti (2007) ressalta que as mesmas correspondem ao resultado da

relação do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, constituindo-se assim, como "resultado de uma correlação de forças sociais, conjugando interesses específicos e/ou de classes, em que os interesses das classes política e/ou economicamente dominante têm prevalência, mas não unanimidade" (Boneti, 2007, p. 91).

É importante considerar que as políticas públicas são acompanhadas de uma série de fatores, questões e grupos. Easton (1984), descreve que os resultados das políticas públicas sofrem influência direta de grupos de interesse; sendo a política pública um sistema com diversas interfaces.

Vale considerar que não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de políticas públicas. Ao longo das décadas o conceito foi sendo ressignificado, a definição instituída por Dye (1984) traz a ideia da política pública como sendo “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Essa concepção destaca o papel ativo (ou inativo) do Estado nas decisões que impactam a sociedade.

Easton (1984), vê as políticas públicas como resultado de um processo contínuo de transformação de *inputs* (apoios ou demandas) em *outputs* (decisões e ações). Segundo seu modelo de análise, a política é um sistema que responde a essas entradas e as converte em saídas. Dessa forma, as políticas públicas surgem como respostas a estímulos que entram no sistema político e se manifestam por meio de ações governamentais concretas. Essa visão reforça a ideia de um ciclo onde o processo político se retroalimenta continuamente com base em informações e demandas externas e internas.

Por outro lado, Lowi (1972) critica a visão de uma relação causal unidirecional entre política e políticas públicas. Para ele, ao contrário de Easton, as políticas públicas (*policies*) podem ser vistas como variáveis independentes que determinam a própria dinâmica política (*politics*), e não o inverso. Em outras palavras, o tipo de política pública adotada influencia as interações e os interesses políticos. Essa concepção inverte a leitura tradicional e propõe que a natureza das políticas públicas molda as relações de poder, os conflitos, as coalizões e a organização dos atores dentro do processo político.

Lowi (1972) propôs uma tipologia das políticas públicas que as classifica em quatro tipos: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas. Cada uma dessas categorias possui características específicas e afeta de maneira distinta a dinâmica política e a relação entre os atores envolvidos, influenciando conflitos, cooperação e a organização de poder.

As *políticas regulatórias* têm como objetivo estabelecer normas e regras que controlam ou restringem comportamentos de indivíduos e grupos específicos. Exemplos incluem leis ambientais e regulamentações de mercado. Por definirem limites e padrões, essas

políticas geram oposição entre reguladores e regulados, criando um ambiente de conflito entre grupos que se beneficiam e aqueles que são afetados pelas restrições impostas.

Já as *políticas distributivas* buscam alocar recursos ou benefícios de forma descentralizada, favorecendo diversos grupos sem necessariamente gerar perdedores claros. Programas de construção de infraestrutura, subsídios e incentivos econômicos são exemplos desse tipo de política. Por distribuírem benefícios de maneira difusa, tendem a ser menos controversas e a promover cooperação entre atores políticos, facilitando a formação de alianças e coalizões.

Por outro lado, as *políticas redistributivas* envolvem uma transferência de recursos, renda ou poder de um grupo para outro, gerando mudanças na distribuição de benefícios e custos na sociedade. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e políticas tributárias progressivas são exemplos típicos. Devido ao seu caráter redistributivo, essas políticas criam um ambiente de alta polarização e conflito, pois grupos beneficiados e prejudicados se opõem intensamente.

As *políticas constitutivas* são aquelas que definem as regras do jogo político, estruturam as instituições e determinam como o processo decisório é conduzido, por exemplo incluem reformas constitucionais e criação de novas agências governamentais. Por reconfigurarem a própria estrutura política e administrativa, essas políticas podem alterar profundamente a dinâmica política e a relação de poder entre os atores envolvidos, influenciando a maneira como os outros tipos de políticas são implementadas e aplicadas.

Para Souza (2006), as definições de políticas públicas que focam na solução de problemas tendem a enfatizar a racionalidade e os processos estruturados das decisões governamentais. No entanto, essa abordagem é frequentemente criticada por desconsiderar a essência política dessas ações, que envolvem embates de ideias e interesses divergentes entre atores sociais. Ao concentrar-se no papel dos governos e nos aspectos procedimentais, essas definições ignoram tanto os limites que cercam as decisões governamentais quanto as possibilidades de cooperação e conflito que ocorrem no espaço público entre governo, instituições e grupos sociais. Assim, essa visão racionalista tende a simplificar a complexidade e a natureza conflituosa intrínseca ao processo de elaboração de políticas públicas.

Souza (2006) ainda completa afirmando que mesmo as definições mais minimalistas de políticas públicas contribuem para orientar o olhar para o *locus* central desses embates, ou seja, o governo. Apesar de optarem por abordagens diferentes, a maioria das definições compartilha uma perspectiva holística, considerando que o contexto político não se resume a

decisões isoladas, mas à interação entre indivíduos, instituições, ideologias e interesses. Com isso, mesmo que existam divergências quanto à importância de cada um desses fatores, há um consenso sobre a necessidade de analisar as políticas públicas de forma integrada, entendendo que os processos e resultados são influenciados por uma rede complexa de relações e disputas.

A avaliação de políticas públicas pode ser vista como uma maneira de examinar as ações realizadas ou não pelo governo, com o objetivo de abordar um problema específico em uma determinada realidade social. Essa avaliação vai além da observação e apreciação dos resultados da política pública, concentrando-se no processo de construção, com ênfase na formulação da agenda e destacando aspectos como os interesses dos participantes na arena, suas interações, a estrutura de poder, a tomada de decisões, os conflitos, as negociações e os acordos políticos (Serafim; Dias, 2012).

Essas análises revelam a complexidade intrínseca às políticas públicas, onde o processo de formulação e implementação envolve uma rede de relações e influências. A ação estatal, através de suas políticas, têm o poder de moldar o uso do território e redistribuir poder entre diferentes grupos sociais, refletindo não apenas as intenções declaradas, mas também os interesses e negociações que ocorrem nos bastidores.

Desse modo, Silva (2018) destaca:

Portanto, a ação de políticas públicas específicas pode reorganizar o espaço reformulando relações de poder que definem os usos do território. Não apenas porque o Estado pode, constitucionalmente, dispor do seu território nacional e nele implantar as ações que entender convenientes, reclamando sempre a autonomia de jurisdição do espaço sob seus limites, mas porque ele dispõe de um conjunto significativo de recursos capazes de mover os demais agentes sociais no sentido de concretizarem projetos e programas de governo (Silva, 2018, p.55).

Essa afirmação permite refletir sobre o papel central que o Estado deveria exercer na condução das políticas públicas, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas, como o semiárido brasileiro. Através de programas como o Garantia-Safra, observa-se como o poder público deveria influenciar diretamente a permanência do agricultor familiar no campo, ao oferecer suporte diante da perda de produção, no entanto, percebe-se um descompasso entre o potencial de intervenção do Estado e os efeitos reais de algumas de suas políticas públicas.

Cavalcanti (2007) destaca que, embora o Estado atue como o principal responsável pela implementação das políticas públicas, o processo de tomada de decisões que as originou não é exclusivo do Estado. Pelo contrário, esse processo envolve agentes situados em várias

posições dentro da sociedade, essa participação múltipla revela que as políticas públicas são resultado de uma complexa rede de interesses e disputas.

No contexto das políticas voltadas ao meio rural, como o Garantia-Safra, essa dinâmica se torna ainda mais evidente: embora o Estado coordene a execução do programa, sua efetivação depende de articulações com sindicatos rurais, prefeituras, conselhos locais e organizações de agricultores. Assim, compreender o processo de formulação dessas políticas exige olhar para além das estruturas formais do governo, reconhecendo o papel que diversos grupos sociais desempenham na definição de prioridades, critérios de acesso e formas de implementação.

De acordo com essa perspectiva, Boneti (2007) afirma que as políticas públicas surgem de uma correlação de forças sociais onde uma classe pode deter privilégios, mas não necessariamente possui o poder decisório predominante. Isso implica na necessidade de considerar:

[...] a relação entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil, pressupondo que é nesta relação que se originam os agentes definidores das políticas públicas. Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada formação social, produzem e referenciam ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas (Boneti, 2007, p. 11).

Essa perspectiva apresentada por Boneti permite compreender que as políticas públicas são produtos de disputas simbólicas e materiais, onde grupos com maior influência econômica e política conseguem emplacar suas visões como verdades universais. No caso do programa Garantia-Safra, por exemplo, embora o discurso oficial enfatize o apoio ao agricultor familiar, a definição de critérios de adesão e a forma como os recursos são distribuídos muitas vezes refletem interesses locais específicos, nem sempre alinhados com as reais necessidades das comunidades mais vulneráveis. Essa relação entre poder, ideologia e política pública nos obriga a refletir sobre a legitimidade e o grau de participação social nesses processos. Afinal, a simples existência de um programa governamental não garante que ele seja, de fato, público no sentido pleno da palavra.

Outro aspecto crucial a ser considerado está na nomenclatura das políticas ao serem chamadas de "públicas". Teixeira (2002) por exemplo, argumenta que para serem efetivamente públicas, é necessário que seus resultados ou benefícios, bem como seu processo de elaboração, tenham sido submetidos ao debate público.

Além desses pontos, Boneti (2007) também menciona a questão orçamentária para distinguir o que é público do que é privado. O público implica no uso de recursos públicos provenientes do Estado, levando à conclusão de que uma política pública envolve ações financiadas por recursos públicos e, portanto, deve ser direcionada ao público. Essa distinção é importante para evitar que políticas de diferentes naturezas recebam o mesmo tratamento, prevenindo mal-entendidos sobre sua teoria e conceito.

Com base nesses pressupostos, pode-se inferir que a elaboração dessas políticas ocorre entre agentes de poder, tanto no âmbito nacional quanto global, onde há uma disputa interna de interesses, seja pela apropriação de recursos, seja pelo favorecimento dos resultados das ações institucionais na sociedade. Assim, a influência local não se limita apenas à elaboração das políticas, mas também à sua implementação, transformando-as em instrumentos importantes de ligação entre o Estado e a sociedade, por meio de ações intervencionistas na realidade social. No entanto, por envolver uma diversidade de agentes, tende a ser um processo dinâmico, resultante da correlação de forças (Cerqueira, 2017).

Esse cenário evidencia a importância dos mecanismos de participação social, pois são eles que possibilitam à sociedade civil atuar como contraponto às pressões institucionais e econômicas dominantes. A presença ou ausência desses canais de participação pode determinar o grau de legitimidade e de efetividade das políticas públicas.

Teixeira (2002), também destaca que:

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação (Teixeira, 2002, p. 5).

Mesmo reconhecendo que a elaboração dessas políticas não está restrita exclusivamente ao Estado e que o processo tem se tornado cada vez mais complexo devido à forte influência da globalização, que pressiona os governos a intervir em conformidade com as demandas do modelo capitalista de produção, a formulação é influenciada pela atuação de outros grupos. Esses grupos, com diferentes graus de influência, acabam por interferir na tomada de decisões, incluindo grupos de interesse e movimentos sociais. Boneti (2007, p. 53) destaca que "as políticas públicas, todavia, nem sempre têm como finalidade atender às necessidades da população". Por isso, é crucial analisar quais grupos sociais essas políticas visam beneficiar, partindo do pressuposto de que elas têm sua origem no contexto social e se concretizam como produto da correlação de forças sociais.

Ao destacar todos esses fatores, a conceituação de políticas públicas é tratada, portanto, na literatura de acordo com Cerqueira (2017) sob as mais diversas perspectivas teóricas conceituais que vão desde o ponto de vista operacional até mesmo a discussões mais adensadas que buscam discutir os papéis dos agentes no seu processo de formulação.

Ao analisá-las sob essa perspectiva, sua formulação emerge de um processo dinâmico que envolve a participação de diversos agentes definidores. As ações adotadas pelo Estado para intervir na realidade social se concretizam como conquistas de um grupo específico ou de um consenso entre vários grupos que compõem esses agentes definidores (Cerqueira, 2017). A política resultante é gerada a partir das correlações de forças sociais e reflete as características dessa dinâmica. Por isso, as ações desencadeadas pelas políticas públicas frequentemente apresentam aspectos variados que podem ser alvo de críticas pelo público a que se destinam.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura familiar têm evoluído ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas do país. No entanto, mesmo com os avanços, essas políticas ainda enfrentam desafios estruturais relacionados à concentração de terra e à desigualdade no acesso a recursos.

Para Fernandes (2008), embora tenham sido criadas oportunidades de acesso à renda para os agricultores familiares, muitas dessas políticas ainda operam dentro de um modelo que reforça as desigualdades históricas e a dependência de um sistema produtivo que, em muitos casos, não rompe com a estrutura de exploração das classes mais vulneráveis. Assim, ao longo da trajetória de desenvolvimento do Brasil, as políticas para a agricultura familiar passaram por diferentes fases, mas continuam sendo marcadas por uma tentativa de conciliar a modernização do setor com a manutenção produtiva.

No período compreendido entre 1964 a 1984, o país passou por um regime autoritário, marcado pela repressão e censura². A população viveu sob um clima de medo e instabilidade política, com muitas violações aos direitos humanos. As políticas existentes tinham como foco os grandes agricultores, enfatiza-se os aportes em áreas que impulsionaram

² O período entre 1964 e 1984 no Brasil foi caracterizado por um regime militar, onde o poder foi exercido por meio de uma ditadura que se instaurou após um golpe de Estado. Durante esse tempo, as liberdades individuais foram severamente restringidas, com censura, tortura e perseguições políticas. A repressão foi intensa, e a oposição ao regime foi silenciada. A economia, nesse período, foi direcionada para atender aos interesses das elites industriais e do agronegócio, com políticas que priorizavam o crescimento econômico em detrimento da democracia e dos direitos civis.

o desenvolvimento. As políticas visavam promover o crescimento econômico e incentivar a expansão industrial. Dernadi (2001, p. 57), ao discorrer sobre o período citado, aponta que “a política agrícola brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com o interesse do agrobusiness”.

É a partir da década de 1960 que o crédito rural passa a ocupar um papel central nas políticas públicas voltadas para o setor agrícola no Brasil, tornando-se um dos pilares da modernização do campo. Em 1965, durante o governo militar do presidente Castello Branco, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído pela Lei nº 4.829/65 (BRASIL, 1965). O objetivo era fornecer financiamento subsidiado ao setor agropecuário, articulando crédito, assistência técnica e incentivo à adoção do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde³.

Bianchini (2000) destaca que, nos anos 1960, os Planos Nacionais de Desenvolvimento passaram a considerar a agricultura como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Correlato com esses mecanismos institucionais, o crédito rural ganha maior destaque, sendo o SNCR um dos principais instrumentos de indução à modernização produtiva. Nesse contexto, como explicam Cerqueira, Coelho e Rocha (2007), o sistema buscava promover mudanças estruturais na agricultura brasileira ao associar os serviços agropecuários ao financiamento facilitado e à adoção das tecnologias promovidas pela Revolução Verde.

Com ênfase na produtividade, ocorreram disparidades na distribuição de recursos entre os pequenos e grandes agricultores, o que culminou em um maior beneficiamento dos grandes proprietários. Conforme aborda Hespanhol (2008), o crédito rural revelou-se como um instrumento modernizador e fortemente seletivo.

Ainda na década de 1970, em reprodução ao modelo vigente, temos a instituição de políticas para a pequena produção que embora se destinasse a categoria, priorizavam a assistência técnica e o fomento à industrialização. Vale destacar ainda no período de 1964 a 1984 a inexistência de espaço para reivindicação das demandas dos pequenos agricultores, uma vez que não havia diálogo entre os entes governamentais e os representantes da categoria. Grisa e Schneider (2014, p. 129), destacam "durante os vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não encontraram

³ A Revolução Verde irrompe no Brasil com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. É aqui que começam a ser delineados os bem pensados traços do agronegócio com a difusão de tecnologias agrícolas que procuravam espaço no mercado de consumo como os agrotóxicos e fertilizantes químicos (Lazzari e Souza, 2017).

espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos políticas para a categoria social".

O final da década de 1970, período de maior repressão da ditadura militar, foi marcado por uma mudança substancial na maneira como os movimentos sociais, em especial a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), passou a atuar frente ao governo⁴. De modo mais combativo e reivindicatório, começou a cobrar com veemência ações estruturais para a pequena produção como a reforma agrária e uma política agrícola que atendesse às peculiaridades dos pequenos agricultores.

Na década de 1980, podemos destacar o período em que o governo adotou novas linhas de financiamento da agricultura, com taxas de juros praticadas pelo mercado. Ebina e Massuquetti (2011), destacam que tal fato dificultou o acesso dos pequenos agricultores a estas linhas de crédito. No entanto, conforme Cerqueira (2017) o processo de redemocratização do país se constituiu como um marco para as políticas públicas para o espaço rural, haja vista que os movimentos sociais conferiram visibilidade aos setores excluídos, em especial, os pequenos agricultores legitimando a luta por seus direitos. A Constituição de 1988, nesse contexto, portanto, apresenta um caráter democrático em função também das pressões dos movimentos sociais pela participação no âmbito do planejamento público.

A Constituição de 1988 desenhou uma ordem institucional e federativa distinta da anterior. Voltada para a legitimação da democracia, os constituintes de 88 optaram por duas principais estratégias para construí-la: a abertura para a participação popular e societal e o compromisso com a descentralização tributária para estados e municípios (Souza, 2001, p. 513-514).

A partir de 1990, foram conferidos novos aportes de direcionamento das políticas públicas que passaram a adotar uma postura de estímulo à participação social através, principalmente, de suas organizações na composição dos conselhos. A partir desse período as políticas voltadas ao espaço rural começaram a sofrer mudanças na concepção, estruturação e também na sua implementação.

Lourenço (2003) destaca que a década de 1990 foi marcada também pelo debate sobre o Neoliberalismo que se inicia nas décadas de 1960/1970 e se consolida com os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), através do discurso de incluir o Brasil

⁴ O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais severo dos atos institucionais da ditadura militar brasileira. Ele suspendeu garantias constitucionais, fechou o Congresso Nacional, autorizou censura prévia aos meios de comunicação, além de permitir prisões arbitrárias e cassações de mandatos. O AI-5 marcou o início do período mais duro do regime, estendendo seus efeitos repressivos até o final da década de 1970.

entre os países de primeiro mundo. Como reflexo dessa postura, as políticas para o espaço rural enfatizam o aumento da exportação de commodities, abertura do mercado externo, integração seletiva de pequenos agricultores nas agroindústrias e estímulo às grandes fazendas.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), as políticas voltadas à agricultura familiar passaram por reformulações que, embora significativas, ocorreram mais como respostas às crescentes pressões dos movimentos sociais do campo do que por uma mudança estrutural de prioridade governamental. Organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenharam papel central nesse processo, denunciando as desigualdades no acesso à terra e à assistência técnica e exigindo políticas públicas inclusivas.

Embora o governo tenha criado algumas iniciativas, essas ações coexistiram com uma política econômica fortemente voltada ao agronegócio, setor amplamente beneficiado por crédito, infraestrutura e incentivos fiscais. Assim, a inclusão da agricultura familiar nas políticas públicas foi, em grande medida, uma conquista dos movimentos sociais organizados, que pressionaram o Estado a reconhecer a importância desse segmento para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a justiça social no campo.

Paralelamente à postura do governo de priorizar as grandes propriedades, surgiram pressões dos movimentos sociais para a criação de políticas que também beneficiassem os pequenos agricultores. Como resultado, a partir de 1995, houve uma mudança significativa com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa, direcionado à pequena produção, que historicamente havia sido excluída das políticas sociais, e teve como ponto decisivo nas reivindicações dos movimentos sociais no meio rural, estabelecendo pela primeira vez um programa específico para essa categoria.

No âmbito do governo federal, o PRONAF é um campo de disputa entre duas forças ou posições. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, respaldado por setores do BNBES e do IPEA, pretende dar ao PRONAF a importância e amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural. Mas os ministérios da Fazenda e da Agricultura vêem o Pronaf apenas como uma política social para minorar os efeitos da “inevitável” marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados (Denardi, 2001, p. 58).

O PRONAF, portanto, destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, busca-se assim, efetivar a inserção da agricultura familiar em programas de políticas públicas voltadas diretamente para a categoria, tendo como objetivo o seu

fortalecimento por meio da concessão de empréstimos aos agricultores. O PRONAF se consolidou como política de Estado e outras políticas criadas, visando alcançar grupos de agricultores que tinham dificuldades de se inserirem no mercado.

Cerqueira (2017) completa:

De fato, a criação do PRONAF marcou diversos aspectos em relação às políticas da pequena produção, pois, promoveu sua afirmação no cenário social e político brasileiro. A partir de então, ocorreram as intensificações dos debates e começaram a surgir discussões englobando a participação social, segurança alimentar e desenvolvimento local nas concepções de políticas sobre desenvolvimento rural. Entretanto, as políticas públicas só passaram a englobar essas novas demandas a partir do governo Lula em 2003, quando houve um redirecionamento das políticas para a agricultura familiar no país (Cerqueira, 2017, p. 55).

Dentre o rol de políticas públicas para o meio rural temos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 e que visa a educação do campo como um direito e se realiza por diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do meio rural. Garante a ampliação das possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar.

Após o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003–2006), adotou uma nova postura em relação aos pequenos agricultores, marcando um avanço nas políticas rurais ao incluir efetivamente agricultores familiares e movimentos sociais na elaboração de propostas e ações governamentais.

Um exemplo significativo foi o Programa Fome Zero⁵, que visava combater a fome no país por meio da articulação entre diferentes ministérios e níveis de governo para desenvolver políticas coordenadas. As ações incluíram apoio à pequena produção, fortalecimento da agricultura familiar, acesso a alimentos saudáveis e combate à insegurança alimentar, inserindo essas demandas no centro das políticas sociais do governo.

Vale destacar, outras políticas públicas para o pequeno agricultor, como por exemplo, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída em 11 de janeiro de 2010, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), instituída com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), e que estabelece as diretrizes e metas para os

⁵ O Programa Fome Zero (PFZ) representou inicialmente a principal resposta política na área social do novo governo, formada por iniciativas políticas e institucionais que mobilizaram um conjunto de ministérios, demandando capacidade de articulação intersetorial do governo recém empossado. Do ponto de vista das ideias e dos grupos políticos que as defendiam, representou a ascensão ao processo decisório governamental, em um locus institucional com status de ministério, de um paradigma da ação pública favorável às políticas de segurança alimentar (Tomazini e Leite, 2016, p.13).

serviços públicos de ATER no País. Foi instituída no Brasil com o objetivo central de fortalecer e apoiar os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. A proposta da PNATER vai além da simples assistência técnica tradicional, buscando uma abordagem mais abrangente e sustentável para o desenvolvimento rural.

Citam-se outros exemplos de políticas públicas que visam apoiar e promover o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. O Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar, por exemplo, foi lançado em 2023 pelo Governo Federal, durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de ampliar o acesso de agricultores familiares a sementes e mudas de qualidade.

O Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) identifica e valoriza produtos da agricultura familiar, dando visibilidade às suas características e origem. Criado em 2009, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o selo é coordenado atualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e possui diferentes modalidades, como o SENAF Mulher, SENAF Quilombola, entre outros. Além disso, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 também no governo Lula, é executado pelo Ministério de Minas e Energia, com apoio de outros ministérios, e tem como objetivo incentivar a produção sustentável de biodiesel. O programa inclui agricultores familiares na cadeia produtiva por meio do Selo Combustível Social, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional.

Outra política que se destaca no meio rural é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, criado em sua forma atual a partir da Lei nº 11.947, de 2009, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação, o programa estabelece legalmente que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a merenda escolar devem ser oriundos da agricultura familiar.

Além disso, tem-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003, também no governo Lula, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que realiza a compra direta de alimentos da agricultura familiar para abastecer instituições socioassistenciais, como escolas, asilos e bancos de alimentos, contribuindo também para a formação de estoques públicos.

O Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade foi lançado em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, sob coordenação do então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A iniciativa foca no extrativismo sustentável e na valorização da sociobiodiversidade, com ênfase em cadeias produtivas como ervas medicinais, óleos

vegetais, sementes nativas e energias renováveis, promovendo a inclusão produtiva de comunidades tradicionais e povos do campo.

Já o Programa Residência Profissional Agrícola foi instituído em 2019, também no governo Bolsonaro, com execução pelo MAPA, visando à qualificação técnica de jovens profissionais e recém-formados nas áreas de ciências agrárias, por meio de estágios supervisionados ou residências técnicas em propriedades rurais, cooperativas e instituições ligadas ao setor agropecuário.

Vale considerar também o Programa Ater Digital, lançado em outubro de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, com execução do MAPA. O programa visa modernizar e ampliar o alcance da assistência técnica e extensão rural por meio do uso de tecnologias digitais, facilitando o acesso dos produtores rurais a informações técnicas e ferramentas de gestão.

Cita-se ainda o Programa Rotas da Integração Nacional, lançado em 2021, também sob a gestão de Bolsonaro, com a coordenação do MAPA. Esse programa visa fomentar o desenvolvimento de cadeias produtivas locais, como as de açaí, mel e peixe, buscando inovação e sustentabilidade, ao promover a integração entre diferentes regiões e fortalecer a competitividade de produtos locais no mercado nacional e internacional.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE BRASILEIRO

No âmbito nacional, o Governo Federal detém a responsabilidade de promover ações voltadas às populações em situação de maior vulnerabilidade econômica. Em termos regionais, torna-se essencial a implementação de políticas que contribuam para a redução das desigualdades entre as diferentes partes do país, ampliando oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, diversas iniciativas se voltam ao nordeste e também ao semiárido brasileiro, não como regiões-problema, mas como territórios com características próprias, forte presença da agricultura familiar e grande potencial produtivo. As políticas públicas voltadas à região semiárida buscam reconhecer e valorizar essas especificidades, promovendo o uso dos recursos, a inovação tecnológica e o fortalecimento das economias locais.

Enquanto a escassez de chuvas e as altas temperaturas podem representar severos desafios para a agricultura de sequeiro e a subsistência das famílias mais vulneráveis, essas mesmas condições são favoráveis para a fruticultura irrigada, que se beneficia do clima seco

para evitar doenças e promover a qualidade das frutas. Essa dualidade exige políticas públicas que sejam capazes de abordar as necessidades específicas dos diferentes grupos, promovendo tanto a resiliência dos pequenos agricultores quanto o desenvolvimento de setores produtivos como a fruticultura irrigada (Sudene, 2021).

Segundo Silva (2003), os esforços do governo para enfrentar as adversidades climáticas por meio de medidas hidráulicas foram predominantemente realizados de forma emergencial, fragmentada e descontínua em relação aos programas destinados a situações de calamidade pública. Essa tendência de utilização de recursos públicos para atender aos interesses políticos coronelistas⁶, foi fundamental para o estabelecimento da denominada "Indústria da Seca" na região Nordeste.

Vale destacar que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1909 sob o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), foi o primeiro órgão federal permanente voltado ao enfrentamento dos desafios causados pelas secas no Brasil. Com foco inicial em soluções técnicas de engenharia, especialmente em obras hidráulicas, o DNOCS busca mitigar os efeitos da seca no semiárido nordestino. Posteriormente, outro importante órgão federal foi instituído: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada com uma abordagem mais ampla e integrada para o desenvolvimento da região (Silva, 2003; Ribeiro, 2011).

A SUDENE foi criada em resposta à severa seca de 1958, a partir de um grupo de trabalho formado um ano depois. Inicialmente, seu modelo de desenvolvimento visava modernizar o setor agrícola e realizar mudanças estruturais, incluindo a reforma agrária para integrar pequenos agricultores. No entanto, após o início do regime militar em 1964, a atuação da SUDENE passou a focar principalmente na promoção da industrialização por meio de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, especialmente na expansão e asfaltamento das rodovias.

Em menor escala, houve tentativas de promover o desenvolvimento rural através de programas de crédito para pequenos produtores, a criação de alguns perímetros irrigados e o cofinanciamento de infraestruturas comunitárias, que dependiam da mobilização de trabalho não remunerado da população local (Sabourin; Caron, 2003).

A implementação de uma definição geográfica para a região semiárida do Brasil representou uma das principais iniciativas do governo federal para viabilizar a execução de

⁶ O coronelismo foi fruto de alteração na relação de poder entre proprietários rurais e o governo, o qual significava o poder do Estado e o predomínio do coronel. Isso ocorreu na Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Este processo teve longa duração e envolveu aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais do Brasil (Marcolina, 2010, p. 3).

programas de desenvolvimento direcionados especificamente a essa área (Lima et al., 2016). Para lidar com as especificidades da região semiárida, uma das principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foi o Garantia-Safra.

2.3 O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA

Em 10 de abril de 2002, foi criado o Garantia-Safra, por meio da Lei nº 10.420/2002, como uma iniciativa articulada por gestores públicos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no contexto das políticas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares que residem em municípios sistematicamente sujeitos a perdas severas de safra, seja por estiagem prolongada ou por excesso hídrico. Embora tenha foco principal nos territórios do semiárido brasileiro, o programa também pode ser implementado em outras regiões que apresentem condições climáticas semelhantes e que estejam devidamente reconhecidas nos critérios do programa.

O Garantia-Safra opera em municípios localizados na região semiárida, conforme os critérios definidos atualmente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essa delimitação substituiu a antiga noção de "Polígono das Secas", expressão utilizada em legislações anteriores para identificar áreas sujeitas à estiagem recorrente. A atualização desses critérios possibilitou um mapeamento mais técnico e abrangente da região, tornando as políticas públicas mais eficazes na identificação dos territórios elegíveis ao programa (SUDENE, 2021).

O antigo conceito de Polígono das Secas foi marcado por uma visão centrada na escassez hídrica e nos baixos índices pluviométricos, com ênfase na irregularidade das chuvas e nas limitações ambientais da região. No entanto, essa perspectiva reducionista, que reforçava a ideia de um ecossistema frágil e improdutivo, vem sendo superada por um novo olhar: o paradigma da convivência com o semiárido. Esse paradigma reconhece as especificidades climáticas da região, mas valoriza seus potenciais produtivos, como a fruticultura irrigada, a produção agroecológica e o uso de tecnologias sociais adaptadas ao contexto local. Assim, o semiárido deixa de ser visto como um “problema a ser resolvido” e passa a ser entendido como um território com saberes, práticas e oportunidades próprias, que devem ser respeitados e potencializados pelas políticas públicas (SUDENE, 2021).

Assim, a área de abrangência do Garantia-Safra inclui a Região Nordeste, o norte de Minas Gerais, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e o norte do Espírito Santo —

territórios que, embora marcados por condições climáticas específicas, enfrentam principalmente desafios estruturais e históricos relacionados à vulnerabilidade social, à concentração fundiária e à escassez de infraestrutura adequada para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesses contextos, a insegurança produtiva não decorre apenas da irregularidade das chuvas, mas sobretudo da ausência de políticas públicas contínuas, da precariedade no acesso a tecnologias adaptadas e do favorecimento histórico de elites agrárias.

Estão aptos a participar do programa os agricultores familiares que possuam o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo — instrumento que, desde 1º de novembro de 2022, substitui a antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além disso, os beneficiários devem ter renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e cultivar entre 0,6 e 5 hectares de culturas como feijão, milho, arroz, algodão ou mandioca, majoritariamente voltadas à subsistência. O programa, portanto, busca minimizar os impactos da exclusão social e da desigualdade histórica no campo, promovendo uma rede mínima de proteção aos agricultores em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse universo, o Garantia-Safra constitui-se de um Fundo Participativo entre os agricultores familiares e entes Federativos — União, Estado e Município. O Fundo foi constituído com o objetivo de envolver os agricultores familiares e os entes federativos, de forma solidária, através de contribuições de recursos financeiros que possibilitem o funcionamento e operacionalização do Programa (BRASIL, 2006).

Os recursos para os benefícios são provenientes do Fundo Garantia-Safra, gerido pela Caixa Econômica Federal e alimentado pelas contribuições dos agricultores e entes federativos participantes. A Caixa atua, portanto, como um agente operador, sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Familiar - MDA.

O pagamento pode ser realizado nas seguintes modalidades: Crédito em conta digital CAIXA; Conta Poupança Social Digital; ou demais canais de pagamento para agricultores não bancarizados (auto atendimento, lotéricas, CAIXA Aqui e agências). O recebimento pela conta poupança social digital também pode ser realizado com o cartão e senha social.

Conforme deliberado na 25ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, encerrada no dia 23 de agosto de 2022, foram definidas as contribuições da União, estados, municípios e agricultores familiares, cotas por estado e reajuste de 41% do valor do benefício Garantia-Safra -GS, que passou de R\$ 850,00 para R\$ 1.200,00 em 2023.

O benefício é pago, portanto, de forma integral, em parcela única. As contribuições a partir da safra de 2023/2024 foram fixadas na forma a seguir: I - Agricultores familiares: em

R\$ 24,00 (vinte e quatro reais); II - Municípios: em R\$ 72,00 (setenta e dois reais), por agricultor que aderir em sua jurisdição; III - Estados: em R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), por agricultor que aderir em sua jurisdição; e IV - União: em, no mínimo, R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), da previsão anual dos benefícios totais. O cálculo do valor das contribuições está vinculado ao valor do benefício que será pago na safra, como descrito na tabela 02, que demonstra os percentuais e valores das contribuições de forma evolutiva considerando o período de 2017 à 2022.

Tabela 02 - Histórico do percentual e valor de contribuição de Agricultores, Municípios, Estados e União ao Fundo Garantia-Safra no período de 2017 à 2022

Safra	Valor do Benefício (R\$)	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela (R\$)	Contribuição do Agricultor (R\$)	Aporte Municipal (R\$)	Aporte Estadual (R\$)	Aporte Federal (R\$)
2017/2018	850,00	5	170,00	17,00	51,00	102,00	340,00
2018/2019	850,00	5	170,00	17,00	51,00	102,00	340,00
2019/2020	850,00	5	170,00	17,00	51,00	102,00	340,00
2020/2021	850,00	1	850,00	17,00	51,00	102,00	340,00
2021/2022	850,00	1	850,00	17,00	51,00	102,00	340,00

Fonte: CGGS/DATER/MAPA, Elaboração: Laise Macena, 2024.

Dessa forma, o funcionamento do fundo participativo do GS, pode ser caracterizado em três principais pontos:

1. **Destinação dos recursos:** Os recursos do fundo são destinados aos agricultores familiares de municípios que, em determinado ano agrícola, registram perdas significativas de safra devido a condições climáticas adversas, como estiagens prolongadas ou excesso de chuvas.
2. **Utilização dos Recursos:** Esses recursos são utilizados conforme a seca ocorre na região abrangida pelo programa.
3. **Insuficiência de Recursos:** Se os recursos do fundo forem insuficientes para cobrir todos os benefícios devido a uma forte seca na região, a União (governo federal) se compromete a complementar a quantia necessária.

Vale destacar que os recursos depositados no Fundo do Garantia-Safra não pertencem mais a um estado ou município específico. A solidariedade do Fundo se manifesta quando, não tendo ocorrido seca num determinado município, os recursos aportados são utilizados para outro município que necessite. Dessa forma, o fundo em tese garante que os recursos sejam distribuídos de maneira solidária e eficiente, atendendo aos agricultores que

realmente necessitam, independentemente da contribuição específica de seus Municípios ou Estados.

Entretanto, tal lógica também suscita questionamentos acerca da sustentabilidade do fundo e da percepção de justiça entre os diferentes entes participantes. Municípios e estados que aportam recursos em determinado ano, mas não enfrentam perdas agrícolas, podem interpretar a redistribuição como desigual, ainda que ela seja essencial para garantir a efetividade do programa. Além disso, a dependência da complementação financeira da União, em casos de insuficiência de recursos, reforça tanto o papel central do governo federal como fiador do sistema quanto a fragilidade estrutural do mecanismo, uma vez que sua continuidade depende diretamente da disponibilidade orçamentária nacional.

Outro destaque bastante relevante está na forma como o programa é estruturado em etapas. O Garantia-Safra possui quatro fases distintas, que envolvem a colaboração entre os entes federativos (União, estados, municípios) e os próprios agricultores. Essa articulação entre os diferentes participantes do programa tem como objetivo ampliar o número de beneficiários atendidos e garantir maior agilidade no pagamento do benefício, sempre que houver necessidade. As etapas são descritas a seguir:

1. *Processo de Adesão*: A estrutura do Garantia-Safra demonstra um modelo de colaboração tripartite, envolvendo o Estado, os municípios e os agricultores, cada um com papéis e responsabilidades específicas para assegurar a implementação eficiente do programa.

Adesão do Estado - A participação do Estado é formalizada através de um “Termo de Adesão” com a União. O compromisso do Estado inclui duas principais responsabilidades:

a) *Coordenação do Programa*: O Estado deve coordenar a implementação do Garantia-Safra, garantindo que as diretrizes sejam seguidas e que o programa funcione conforme o planejado.

b) *Contribuição Financeira*: O Estado deve alocar parte do seu orçamento ao Fundo Garantia-Safra, proporcionalmente ao número de agricultores aderidos. Isso mostra a importância do comprometimento financeiro para a sustentabilidade do programa.

Adesão do Município - Os municípios também participam mediante um 'Termo de Adesão' assinado com o Estado, comprometendo-se a:

a) *Operacionalização Local*: Os municípios são responsáveis por implementar as etapas do programa no nível local, assegurando que os procedimentos sejam executados e que os agricultores tenham acesso aos benefícios.

b) Contribuição Financeira: Similar ao Estado, os municípios devem destinar parte de seu orçamento ao Fundo Garantia-Safra, baseado no número de agricultores participantes. Esta contribuição financeira é crucial para a execução local do programa.

Adesão do Agricultor - A adesão do agricultor é um processo mais detalhado, composto por três fases distintas:

a) Inscrição: Os agricultores interessados devem se inscrever junto à instituição responsável. A inscrição inicial é aberta a todos que atenderem aos critérios estabelecidos, mas não garante a participação no programa, servindo apenas para coletar dados dos interessados.

b) Seleção: Após a inscrição, ocorre a seleção dos agricultores. Este processo envolve a sociedade civil e é supervisionado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) ou um órgão similar. A seleção em tese busca ser crítica, para assegurar que os agricultores que realmente necessitam e cumprem os requisitos participem do programa.

A inclusão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) no processo de seleção dos agricultores participantes do Garantia-Safra acrescenta uma camada significativa de verificação e justiça. O CMDRS tem a função crucial de verificar se todos os nomes na lista de inscritos são realmente agricultores familiares que preenchem os requisitos do programa. Esta verificação pode ser uma garantia que os recursos sejam direcionados para aqueles que realmente necessitam e estão qualificados para participar, auxiliando para evitar fraudes e uso indevido dos fundos.

Vale considerar ainda os critérios de priorização do programa, quando não é possível atender a todos os agricultores inscritos, a seleção é feita com base em critérios de priorização detalhados na Resolução nº 2 de 10/09/2003 do Comitê Gestor do Garantia-Safra. Os critérios e seus respectivos pesos são⁷:

1. Famílias com menor renda per capita (Peso 4): Priorizando as famílias mais pobres, o programa busca atender primeiro aqueles que mais precisam de apoio financeiro.
2. Famílias sustentadas pela mulher (Peso 3): Dando prioridade às famílias chefiadas por mulheres, buscando uma espécie de reconhecimento e apoio à vulnerabilidade e o papel crucial das mulheres na agricultura familiar.

⁷ Cada critério possui um peso, que indica seu grau de importância no processo de seleção. Quanto maior o peso, maior a prioridade atribuída àquele critério na definição de quem será contemplado. Os pesos são somados automaticamente no sistema de triagem dos beneficiários.

3. Famílias com portadores de necessidades especiais (Peso 2): Este critério assegura que famílias com membros que têm necessidades especiais recebam atenção especial, reconhecendo a maior necessidade de suporte.

4. Famílias não proprietárias do imóvel rural (Peso 1): Priorizar famílias que não possuem terras ajuda a apoiar aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade econômica e social.

A fase final do processo de adesão é um passo crítico onde a lista de selecionados, após homologação pelo CMDRS, é transformada em participação efetiva. Os agricultores são convocados pela Prefeitura para receberem o boleto de pagamento. A adesão ao programa se concretiza com o pagamento deste boleto, que representa a contribuição do agricultor ao Fundo Garantia-Safra.

Este processo de pagamento não só formaliza a adesão, mas também envolve os agricultores de maneira ativa, garantindo que eles tenham um compromisso real com o programa. A necessidade de uma contribuição financeira, ainda que simbólica, ajuda a fortalecer a responsabilidade mútua e o engajamento dos beneficiários no sucesso do programa.

2. Contribuições Financeiras para o Fundo do Programa: A composição financeira do Fundo Garantia-Safra, com aportes dos municípios, estados e da União, é um aspecto central do programa, refletindo a solidariedade e a colaboração entre os diferentes níveis de governo e os próprios agricultores.

A estrutura de financiamento do Fundo GS, com contribuições dos municípios, estados e da União, exemplifica um modelo de governança colaborativa. Este modelo não só garante a viabilidade financeira do programa, mas também promove uma rede de suporte que é fundamental para a resiliência dos agricultores familiares frente à seca. Ao unir recursos e responsabilidades, o programa fortalece a segurança alimentar e a estabilidade econômica das regiões afetadas, demonstrando como a solidariedade e a cooperação intergovernamental podem resultar em benefícios significativos para a população vulnerável.

3. Constatação da Seca e Verificação de Plantio e Colheita: O processo de constatação de seca e a estrutura de financiamento do Fundo Garantia-Safra exemplificam um modelo em que cada nível de governo e as respectivas secretarias desempenham papéis fundamentais para tentar garantir que os recursos sejam mobilizados e distribuídos de maneira justa e eficiente. Assim tem-se:

a) Constatação de Seca: Reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade: realizada junto ao Ministério da Integração, Secretaria Nacional de Defesa Civil, que, também confirmando a ocorrência de seca, reconhecerá o Decreto Municipal mediante publicação de Portaria no Diário Oficial da União. Os reconhecimentos também podem ser acompanhados no site da Defesa Civil.

b) Procedimentos para a Verificação de Plantio e Colheita: Os procedimentos de verificação de plantio e colheita, conforme estabelecido pela Portaria nº 62, de 20 de junho de 2003, utilizam o município como unidade de referência para análise. Essa etapa deve assegurar em tese que os agricultores participantes do GS tenham, de fato, enfrentado perdas produtivas superiores ao percentual exigido para a liberação do benefício.

No entanto, embora o desenho do programa preveja mecanismos técnicos bem definidos, na prática, há fragilidades importantes. A seguir, detalham-se as etapas envolvidas nesse processo:

1. Seleção de Amostras: Para cada município, é retirada uma amostra dos agricultores participantes em uma determinada safra. Esta amostra é selecionada utilizando um aplicativo informatizado, garantindo um processo aleatório e transparente.

2. Emissão dos Laudos: Após a seleção, são emitidos laudos contendo os nomes dos agricultores que serão visitados pelos técnicos.

3. Primeira Visita - Verificação do Plantio: Os técnicos da instituição estadual de assistência técnica e extensão rural realizam a primeira visita aos agricultores selecionados. Durante esta visita, os técnicos verificam o plantio declarado pelos agricultores no ato da inscrição no programa.

4. Segunda Visita - Verificação da Produção Colhida: Em uma segunda visita, os mesmos técnicos retornam às propriedades para verificar a quantidade de produção efetivamente colhida, comparando com o que foi plantado e com a produtividade esperada. Contudo, essa etapa é especialmente frágil na prática, uma vez que nem sempre há condições técnicas, operacionais ou mesmo interesse local para garantir uma verificação rigorosa. Efetivamente podemos considerar que existem casos em que a visita sequer ocorre, ou quando ocorre, é feita de maneira superficial, abrindo brechas para que produtores que não realizaram o plantio recebam o benefício. Isso ocorre, em parte, porque a seca, sendo um fenômeno recorrente no semiárido, torna-se previsível, levando alguns a se anteciparem à sua inevitabilidade com comportamentos oportunistas.

5. Envio e Análise dos Laudos: Após as visitas realizadas pelos técnicos locais, os laudos com os dados de plantio e colheita são enviados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Em teoria, esses documentos passam por análise técnica, com o objetivo de estimar a perda de produção no município e verificar se os critérios para liberação do benefício foram cumpridos.

No entanto, a prática nem sempre corresponde ao desenho institucional. Em muitos casos, o processo de envio e análise dos laudos ocorre de forma burocrática e pouco rigorosa, facilitando brechas para distorções, omissões ou até fraudes. Há uma percepção recorrente entre agricultores locais (conforme observado na seção 4) de que o benefício é uma espécie de compensação garantida ou "ajuda mínima" do governo, o que reduz a exigência por critérios técnicos rigorosos.

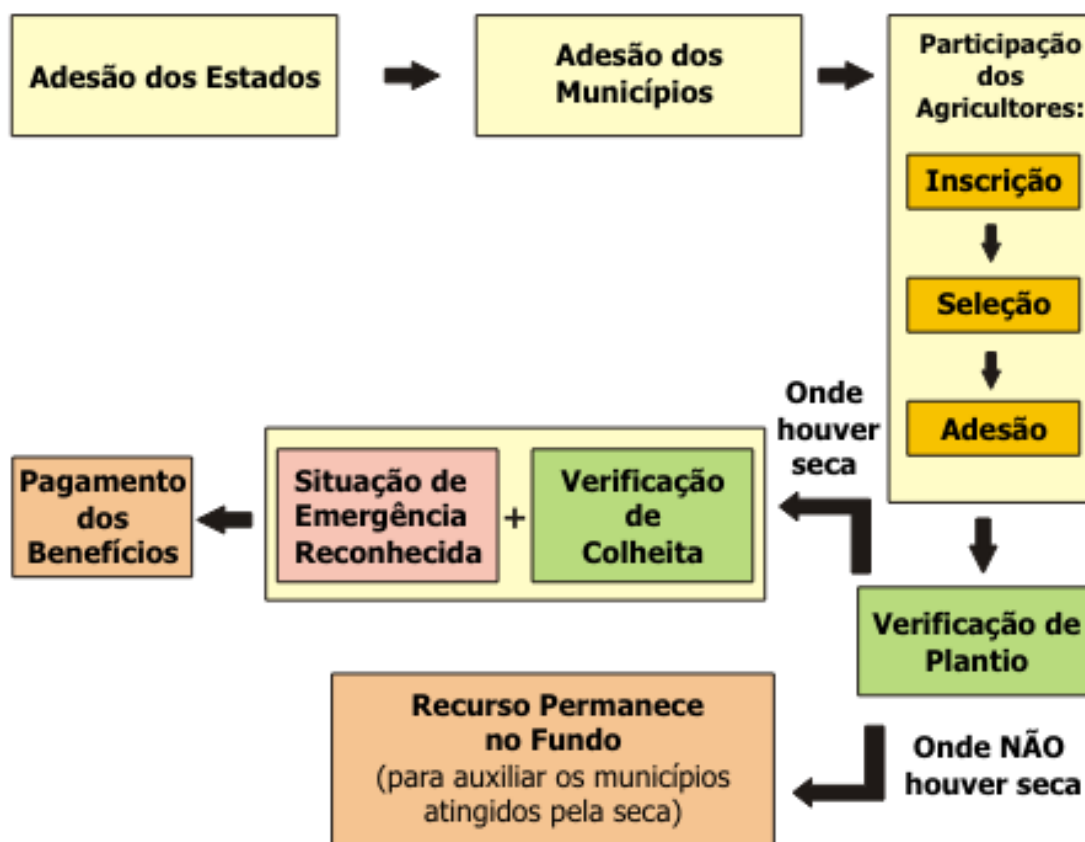
6. Estimativa da Perda de Produção: Com base nos laudos analisados, o MDA/SAF estima a perda de produção agrícola no município. Esta estimativa busca determinar a elegibilidade dos agricultores para receber os benefícios do Garantia-Safra.

3. *Pagamento dos Benefícios*: A ativação do Fundo Garantia-Safra é um mecanismo pensado para tentar garantir que esses critérios envolvem tanto a verificação das condições climáticas quanto a avaliação das perdas agrícolas e a regularidade das contribuições financeiras dos entes federativos. O fundo é acionado quando tem-se:

- a) Ocorrência de Seca Reconhecida
- b) Constatação de Perda de Produção
- c) Regularidade dos Aportes de Recursos

Assim, a elegibilidade do programa obedece a tais critérios listados acima e resumidos na figura 02 abaixo, objetivando a distribuição dos recursos. Cada critério e etapa desempenham um papel fundamental.

Figura 02 - Fluxograma Operacional do Programa Garantia Safra



Fonte: Brasil, 2006.

2.3.1 Evolução do Programa no Período de 2017 à 2022

A evolução do Programa Garantia-Safra entre 2017 e 2022 reflete tanto a crescente demanda por parte dos municípios quanto os desafios enfrentados para garantir a efetividade do benefício. O número de cotas disponibilizadas manteve-se estável ao longo dos anos (1.350.000 cotas), o que sugere uma política de continuidade e previsibilidade no apoio ao agricultor familiar.

Além de analisar os dados acerca do quantitativo de cotas disponibilizadas para adesão é crucial destacar o número efetivo de adesões ao programa (tabela 03). O quantitativo de adesões ao programa sofreu variações com diminuição se comparada às safras 2017/2018 e 2018/2019 e um aumento não muito expressivo quando tomado como base as safras 2019/2020 e 2021/2022.

Tabela 03 - Quantidade de adesões efetivadas por safra – Municípios e Agricultores – 2017 à 2022

Adesões		
Safra	Municípios	Agricultores Familiares
2017/2018	1.215	903.452
2018/2019	1.142	801.522
2019/2020	1.034	628.955
2020/2021	1.094	708.863
2021/2022	1.182	842.445
TOTAL	5.667	3.885.237

Fonte: CGGS/DATER/MAPA, Elaboração: Laise Macena , 2024.

A diferença existente entre o número de cotas disponibilizadas e o número de adesões, considera-se que as cotas concedidas referem-se à quantidade de vagas ou recursos financeiros disponibilizados pelo programa para os agricultores que podem ser beneficiados, ou seja, a quantidade de contratos oferecidos para adesão ao programa. Já o número de adesões, refere-se ao total de agricultores ou famílias que efetivamente se inscreveram e aderiram ao programa. Esse número pode ser inferior ao de cotas disponibilizadas, pois nem todos os agricultores optam por participar, ou ainda podem não atender a todos os requisitos exigidos para adesão.

O motivo da diferença entre esses dois números relaciona-se à capacidade de adesão dos agricultores (por questões econômicas, informativas, ou de elegibilidade) e à disponibilidade de recursos ou estrutura para atender a todas as adesões possíveis. Algumas adesões podem ser recusadas por não cumprirem com critérios específicos do programa.

Outro importante destaque a ser considerado é a evolução quantitativa do programa. O gráfico 01, mostra a oscilação do número de municípios que aderiram ao programa, e acaba por revelar como o GS entre 2017 a 2022 sofreu oscilações não muito expressivas, indicando anos de quedas e de adesões por parte das prefeituras e governos estaduais.

Assim, a análise conjunta entre cotas disponibilizadas, adesões efetivas e evolução do número de municípios participantes permite compreender a dinâmica de funcionamento do programa. Enquanto as cotas representam o potencial de atendimento, as adesões revelam a efetiva participação dos agricultores, e a adesão municipal evidencia o alcance territorial do Garantia-Safra ao longo dos anos.

Gráfico 01 - Evolução quantitativa de municípios aderidos ao GS

Fonte: CGGS/DATER/SAF/MAPA apud MDA, 2022.

Tais mudanças, sugerem que ainda com as oscilações existentes entre os anos de 2017 a 2022, existiu uma ampliação como um todo do contingente de municípios participantes, tal fato está ligado aos avanços nas políticas públicas se comparado a anos bem anteriores da história brasileira. Mesmo que de carácter emergencialista e não preventivo, o governo vem buscando atenuar os problemas enfrentados no campo com ações que visam o fortalecimento da rede de apoio local aos agricultores familiares.

O gráfico 02, por sua vez, apresenta o comparativo entre a evolução dos agricultores aderidos ao Garantia-Safra, com os agricultores que tiveram autorização para recebimento do benefício. As oscilações nesse número, com anos com picos e outros com quedas, indicam fatores como mudanças nas condições econômicas ou nas campanhas de sensibilização, além de possíveis dificuldades operacionais no processo de inscrição.

Conforme apresentado no capítulo 4 - 77% do total dos agricultores analisados afirmaram que o programa possui muita burocracia, além de enfrentarem dificuldades significativas com os processos administrativos. Isso demonstra que, mesmo com o programa sendo uma política pública de apoio aos agricultores familiares em situação de vulnerabilidade, ainda existem entraves estruturais que dificultam o pleno acesso ao benefício.

Gráfico 02 - Comparativo entre o quantitativo de agricultores aderidos ao Programa Garantia-Safra, com os agricultores que tiveram autorização para recebimento do benefício GS por terem comprovado perda de produção



Fonte: CGGS/DATER/SAF/MAPA apud MDA, 2022.

Analisar a evolução dos agricultores aderidos ao programa permite compreender a sua relevância ao longo dos anos e identificar fatores que influenciam sua adesão, como crises econômicas e variações climáticas. Além disso, as mudanças observadas reforçam a importância de aprimorar a gestão e a divulgação do programa, garantindo que ele continue cumprindo seu papel, mas que atue em constante melhoria.

A discrepância entre aderidos e beneficiados ressalta o papel das avaliações técnicas no controle das autorizações, mas também pode levantar preocupações sobre possíveis barreiras administrativas, como restrições cadastrais em órgãos governamentais (como pendências no CPF ou no Cadastro Único); dificuldade de acesso aos canais de pagamento, desconhecimento sobre o direito ao benefício; além da falta de apoio técnico ou orientação adequada, por exemplo. Além de que, disponibilizar o benefício aos agricultores enquadrados nas normas do programa nem sempre culmina em seu pagamento.

Em síntese, essa discrepância entre aderidos e beneficiados pode ser interpretada não apenas como um indicativo de dificuldades operacionais e barreiras administrativas, mas também como um reflexo dos mecanismos de controle implementados para combater fraudes e irregularidades, buscando assegurar que os recursos públicos sejam destinados, de fato, a quem se enquadra nos critérios do programa.

Assim, o Garantia-Safra, embora represente uma política importante de mitigação de riscos climáticos, não deve ser compreendido de forma isolada. Ele integra um conjunto mais amplo de ações voltadas à agricultura familiar, que historicamente incluem a assistência técnica, o acesso ao crédito subsidiado e programas de distribuição de sementes. Quando essas políticas são articuladas, os agricultores não apenas têm um amparo emergencial em situações de perdas, mas também condições estruturais de fortalecimento da produção e de redução da vulnerabilidade.

No entanto, ao longo do período analisado, observou-se que a atuação do Garantia-Safra muitas vezes ocorreu de forma desarticulada dessas políticas auxiliares. O simples repasse financeiro não substitui o papel estratégico da assistência técnica, do crédito rural e da oferta de insumos adaptados às condições do semiárido. Essa lacuna de integração foi confirmada nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, o grupo de agricultores entrevistados ressaltou a ausência de acompanhamento técnico, por exemplo, conforme será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - A DINÂMICA DAS UNIDADES PRODUTIVAS DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA – FEIRA DE SANTANA – BA.

O município de Feira de Santana, localizado no estado da Bahia, teve sua origem na fazenda Santana dos Olhos D'Água. Os proprietários, o português Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, construíram uma capela que deu início à formação de um povoado. Com o tempo, o povoado estruturou-se em torno de uma feira, tornando-se um importante centro de trocas comerciais.

De acordo com Freitas (2014), a formação territorial do município teve início em 1696 com a criação de uma freguesia ligada a Cachoeirinha, e em 1832 passou a ser considerada uma vila. O município foi oficialmente constituído em 1833, com a organização de seus primeiros distritos, e em 1873, a cidade adotou o nome de Feira de Santana. Em 1931, houve uma tentativa de alteração para "Feira", mas o nome original foi restabelecido em 1938.

Como principais características o município feirense tem uma área de 1.339 km², altitude de 234 metros acima do nível do mar e tem como principais rios, o rio Jacuípe e Paraguaçu. A nível geográfico está localizado em uma planície entre o recôncavo e o semiárido baiano.

O município ocupa uma posição estratégica, sendo um dos principais entroncamentos rodoviários do Brasil e o maior da região Norte-Nordeste, cortado por três rodovias federais (BR-101, BR-116 e BR-324) e quatro estaduais (BA-052, BA-502, BA-503 e BA-504). Distante apenas 108 km da capital Salvador, o município feirense é o segundo maior centro urbano da Bahia, o maior do interior do Norte-Nordeste e um dos mais importantes do país. Feira de Santana é classificada como cidade grande de nível médio metropolitana, segundo o IBGE.

Durante muito tempo o município feirense fez parte de um sistema urbano primaz, dependente de Salvador, mas em meados do século XX a cidade passou a ser um pólo de atividades econômicas e sociais, e passou a influenciar centenas de municípios da região. Segundo dados do IBGE (2022), Feira de Santana possui um PIB per capita de R\$ 27.691,08. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 37 de 417 entre os municípios do estado. O comércio é o ponto forte da economia feirense, responsável por grande parte de seu produto interno bruto.

A partir dos anos 1960, com a instalação das primeiras grandes indústrias no Centro Industrial do Subaé - CIS, a expansão urbana ganhou força e reduziu a relevância das

atividades rurais e agropecuárias. Até mesmo a pecuária bovina, que outrora foi um dos pilares da economia local, perdeu espaço diante do encanto das chaminés industriais, símbolos do progresso.

A partir da expansão da marcha urbana de Feira de Santana percebe-se o crescimento do espaço urbano sobre o rural. O adensamento urbano do município, concentrou-se inicialmente na parte interna do Anel de Contorno Rodoviário Avenida Eduardo Fróes da Mota, a exemplo das Avenida Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, até o ano de 1959. De acordo com Freitas (2014) a importância da BR 324, implantada em 1926, ligando à cidade a capital baiana, contribuiu, de forma efetiva, para a ampliação da cidade uma vez que a população se encarregou de construir habitações e casas comerciais nas proximidades da via, possibilitando a expansão em direção ao sudeste, e intensificação do tráfego.

O município apresenta uma estrutura fundiária concentrada, com predominância de pequenas propriedades rurais, resultado de um processo de minifundiarização que tem sido intensificado pela dinâmica da relação campo-cidade. Essa minifundiarização é impulsionada pela política municipal que prioriza o crescimento urbano, muitas vezes à custa do espaço rural, que não é contemplado nas estratégias de desenvolvimento. Como resultado, as terras são frequentemente fragmentadas, seja por divisão entre herdeiros ou pela venda de parcelas para atender à crescente demanda por loteamentos urbanos ou espaços de lazer de moradores da cidade.

A agricultura representa uma parcela modesta da economia do município de Feira de Santana, com destaque para a pecuária. Segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário 2017), apenas cerca de 6% da população do município reside na zona rural, o que evidencia um processo de urbanização acentuado. Apesar disso, essa população produz uma quantidade significativa de gêneros agrícolas e mantém um rebanho bovino expressivo, com destaque para a comercialização na tradicional praça de Feira de Santana, que figura entre as cinco maiores do Brasil em volume de negócios agropecuários. A produção local, embora não seja o principal motor econômico do município, desempenha papel fundamental no abastecimento de alimentos e na geração de renda para as famílias rurais. Além disso, a atividade agropecuária contribui para a preservação de práticas culturais e sociais típicas do meio rural, fortalecendo a identidade regional.

Contudo, é importante observar o impacto da estrutura fundiária nessa dinâmica. A coexistência entre minifúndios e latifúndios no território revela uma forte concentração de terras nas mãos de poucos, típica do modelo latifundiário brasileiro, o que dificulta o acesso de pequenos produtores à terra, crédito e tecnologia. Por outro lado, os minifundiários, que

compõem uma parte relevante dos produtores da agricultura familiar, enfrentam dificuldades para competir em escala e rentabilidade.

4.1 AS UNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA – FEIRA DE SANTANA – BA

A dinâmica das unidades produtivas da agricultura familiar em Feira de Santana reflete a complexa interação entre as condições socioeconômicas dos agricultores e as políticas públicas direcionadas ao setor, como o programa Garantia-Safra. O programa configura-se como uma ferramenta de suporte financeiro para pequenos agricultores que enfrentam perdas significativas na produção em decorrência de eventos climáticos adversos, como secas, enchentes e outros desastres naturais. Trata-se de uma tentativa do Estado de mitigar os impactos desses eventos, que afetam diretamente a segurança alimentar e a estabilidade econômica das famílias agricultoras.

O funcionamento do Garantia-Safra, em nível local, envolve um conjunto de processos que vão desde a inscrição dos agricultores até o pagamento dos benefícios, os quais estão diretamente associados à verificação de perdas nas unidades produtivas. Além disso, a análise aponta que as unidades produtivas atendidas pelo Garantia-Safra têm características específicas, como a predominância de monoculturas de subsistência, como o milho e o feijão. Apesar dessa estrutura produtiva ser adequada ao perfil do programa, ela também reflete a vulnerabilidade dos agricultores, que muitas vezes carecem de recursos e conhecimento técnico para diversificar sua produção.

Historicamente, o distrito de Maria Quitéria pertence à zona rural do município de Feira de Santana, situado a Noroeste, sendo um dos precursores da formação territorial do município feirense (Bastos e Santos, 2019). Até 1938, o distrito era denominado São José de Itapororocas, mas passou a ter o novo nome em homenagem à heroína da Independência da Bahia, Maria Quitéria, nascida na localidade.

Situada no distrito, a igreja de São José (figura 03) teria sido construída por indígenas. Nela, se reúne anualmente grande número de fiéis que celebram o santo padroeiro das chuvas e plantações. Na comunidade está também o Quilombo da Lagoa Grande, primeiro território quilombola a ser reconhecido pela Fundação Palmares no município de Feira, em 2007. Além disso, se encontra em Maria Quitéria a Biblioteca Professora Raquel de Freitas Araújo, com acervo contendo 3.500 livros registrados, uma plataforma para voo de asa delta no Morro São José e o Museu Antiquário São José, onde o cordelista Domingos Santeiro

ensina o gênero literário no intuito de preservar a cultura, além do Museu da Capoeira, que é o único no município de Feira de Santana (PMFS, 2023).

Figura 03 - Igreja de São José



Fonte: Pedro Américo, 2024.

Em termos de infraestrutura, o distrito de Maria Quitéria bem como outras áreas rurais de Feira de Santana, apresenta desafios relacionados ao abastecimento de água, saneamento básico e coleta de resíduos sólidos. De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Feira de Santana (2018), grande parte dos domicílios rurais da região depende de poços ou nascentes como principal fonte de abastecimento de água, e a maioria não possui acesso a sistemas de esgotamento sanitário adequados, utilizando fossas rudimentares ou inexistentes. Além disso, observam-se deficiências quanto às condições das estradas vicinais, ao transporte público limitado e à oferta restrita de serviços de saúde e educação, o que compõe um panorama de infraestrutura que ainda carece de investimentos significativos (FEIRA DE SANTANA, 2018).

Nesse tópico, são apresentados os dados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada junto a alguns agricultores familiares no distrito de Maria Quitéria beneficiados pelo GS, com o objetivo de compreender como o programa tem sido implementado e seus

impactos sobre as unidades produtivas rurais. A análise parte da identificação das principais características socioeconômicas dos beneficiários, da estrutura produtiva das propriedades e do papel desempenhado pelo programa na sustentação da agricultura familiar local.

4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES RESIDENTES NO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA E PARTICIPANTES DOS QUESTIONÁRIOS

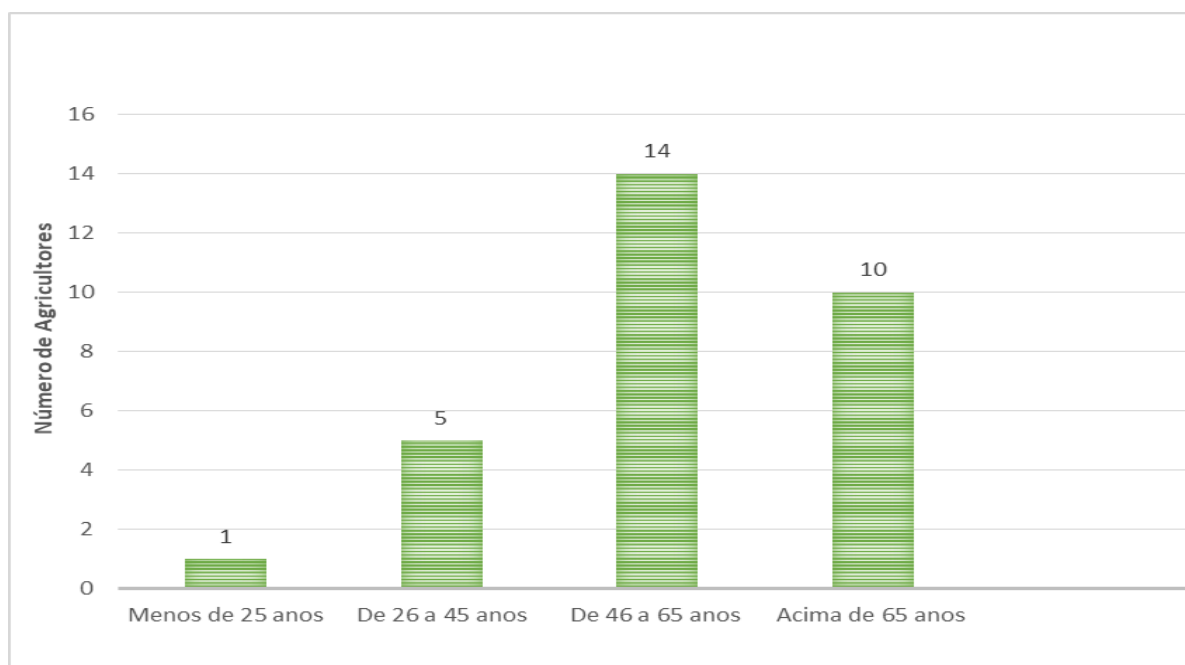
Em relação à faixa etária dos participantes (gráfico 03), os dados coletados mostram uma maior concentração de agricultores na faixa etária de 46 à 65 anos, com um total de 14 agricultores, o que representa 46,66% do total. Esse grupo representa a base mais ativa da agricultura familiar do distrito de Maria Quitéria, indicando que a maioria dos beneficiados está em plena maturidade laboral.

A segunda maior faixa etária é a de pessoas com mais de 65 anos, que representa 10 agricultores (33,33%). Esse dado chama atenção para o envelhecimento da população rural, o que, por um lado, expõe desafios relacionados à sucessão da atividade agrícola, uma vez que o trabalho rural exige condições físicas que podem ser limitadas com a idade, por outro lado, essa faixa etária também representa um importante acúmulo de conhecimento, experiência e maturidade no campo. Quando esses agricultores mais experientes têm acesso a tecnologias sociais e recursos adequados, podem não só manter-se ativos na produção, como também atuar como agentes de inovação e transmissão de saberes, contribuindo significativamente para o fortalecimento das práticas agrícolas e para a formação das novas gerações no meio rural.

Em contrapartida, observa-se uma baixa participação de jovens entre os agricultores entrevistados: 5 agricultores encontram-se na faixa etária de 26 a 45 anos (16,66%) e apenas 1 agricultor tem menos de 25 anos, representando 3,33% do total analisado. Esses números indicam, dentro do universo pesquisado, uma presença reduzida de jovens na atividade agrícola.

A quantidade inferior de participantes mais jovens chama atenção quando comparada à predominância dos agricultores de faixas etárias mais elevadas. Essa diferença etária reflete diretamente na composição atual do grupo analisado. Além disso, reforça a concentração da atividade nas mãos de agricultores com mais tempo de envolvimento com o trabalho no campo.

Gráfico 03 - Faixa etária dos agricultores residentes no distrito de Maria Quitéria, participantes dos questionários (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Para efeito de caracterização dos agentes beneficiados pelo programa, foram analisados também os resultados acerca do sexo dos agricultores, tais resultados equiparam-se aos divulgados pelo IBGE (2017). A maior parte dos agricultores participantes da pesquisa são do sexo feminino 18 agricultores (60%) contra 12 agricultores (40%) do sexo masculino.

Ao comparar os dados da pesquisa de campo realizada em 2024 sobre a distribuição por sexo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, observa-se uma continuidade na predominância feminina. As mulheres representam uma parcela significativa e maioria das responsáveis pelas unidades produtivas, os dados da pesquisa de campo (2024) confirmam sua manutenção como protagonistas da agricultura familiar, respondendo por 60% dos agricultores consultados.

Esse resultado reforça o papel central das mulheres na agricultura familiar, evidenciando sua relevância tanto na gestão das propriedades quanto no trabalho agrícola. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2017, mostram que 559 milhões de pequenos agricultores do mundo, são mulheres; e como divulgado pelo Ministério da Agricultura, no Brasil, há 947 mil propriedades rurais, com abrangência para 30 milhões de hectares, coordenadas por gestoras, isso significa que 19% das propriedades rurais no país são administradas por mulheres (ONU, 2017).

Portanto, a continuidade da liderança feminina apontada tanto pelo IBGE em 2017 quanto pela pesquisa de campo realizada em 2024 revela uma dinâmica rural onde as mulheres seguem como agentes fundamentais da agricultura familiar em Feira de Santana, reafirmando sua importância na organização produtiva e na manutenção do espaço rural.

Por outro lado, é importante destacar que, mesmo diante de sua predominância numérica, persistem desafios relacionados à igualdade de acesso a recursos, tecnologias e capacitações específicas. Para Almeida e Spanevello (2022), o desafio de mulheres que assumem o negócio da família, por questões sucessórias, passa pela necessidade de encarar a agricultura como fonte de renda e a gestão de custos, organização e planejamento da atividade, requer agilidade na tomada de decisão e alinhamento da melhor forma de desempenho das atividades no campo

Ainda na caracterização dos agentes produtores do município, em relação à escolaridade entre os 30 agricultores consultados, destaca-se que apenas 1 indivíduo (3,33%) possui o ensino médio completo e 2 agricultores (6,66%) possuem o ensino médio incompleto, enquanto nenhum deles atingiu o nível superior ou pós-graduação. Isso aponta para a persistência de barreiras históricas no acesso à educação formal para trabalhadores do campo. A tabela 04 mostra o nível de escolaridade dos agricultores pesquisados.

Tabela 04 - Nível de escolaridade dos agricultores participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)

Nível de Escolaridade	Quantidade de Agricultores
Não Alfabetizado	2
Alfabetizado	8
Ensino Fundamental incompleto	6
Ensino Fundamental completo	6
Ensino Médio incompleto	2
Ensino Médio completo	1
Ensino Superior	0
Ensino Superior Pós Graduação	0
Não se aplica	5
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Os maiores grupos encontram-se nos níveis de alfabetizados (8 agricultores – 26,66%), ensino fundamental incompleto (6 agricultores – 20%) e ensino fundamental completo (6 agricultores – 20%), indicando que a maior parte dos agricultores teve acesso à educação básica, mas não conseguiu avançar para níveis mais elevados.

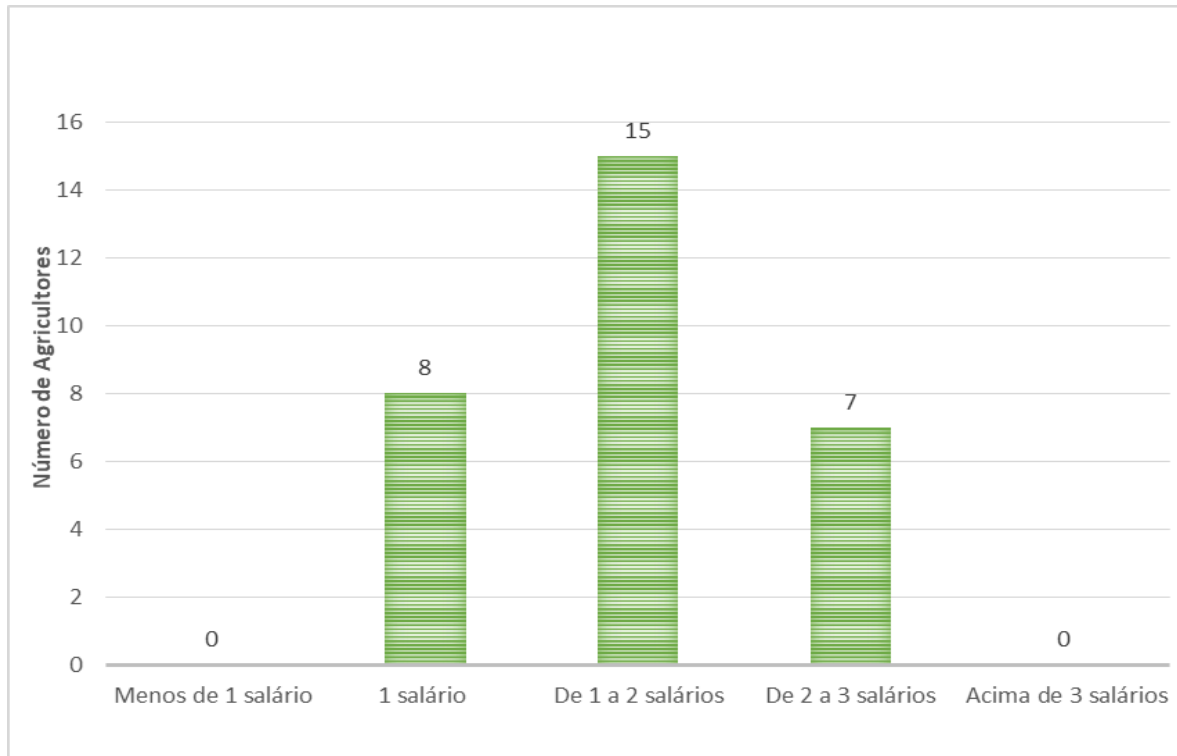
Outro ponto relevante é a presença de 2 agricultores (6,66%) não alfabetizados, o que evidencia a manutenção de um déficit educacional significativo. A categoria "não se aplica" (5 agricultores – 16,66%) refere-se àqueles que preferiram não responder sobre a escolaridade. A escolha de não responder mostra que para parte dos agricultores, o tema da escolaridade pode ser sensível ou até mesmo irrelevante no contexto das suas atividades cotidianas. Por outro lado, aponta para a importância de desenvolver abordagens que considerem esses fatores na condução de pesquisas.

Além disso, a categoria "não se aplica" é um lembrete de que as políticas públicas direcionadas ao campo precisam levar em conta não apenas a baixa escolaridade predominante, mas também os aspectos subjetivos que dificultam o diálogo sobre esse tema. O reconhecimento desses fatores é um passo importante para promover iniciativas mais acolhedoras e efetivas no fortalecimento da educação rural.

Essa situação aponta para a necessidade de ampliação das políticas públicas que ampliem o acesso à educação no meio rural, incluindo programas de alfabetização de jovens e adultos, educação técnica voltada à agricultura familiar e ações para combater a evasão escolar. Vale destacar a relevância das políticas públicas já implementadas nas últimas décadas voltadas à educação no meio rural, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o ProJovem Campo e outras iniciativas de alfabetização e formação técnica. Tais políticas têm promovido avanços importantes no desenvolvimento das propriedades, uma vez que níveis mais elevados de escolaridade estão diretamente relacionados à adoção de tecnologias, gestão eficiente e maior resiliência às adversidades.

Além das características apresentadas acima, foi importante traçar ainda um perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa. Esse levantamento possibilitou uma compreensão mais ampla das condições de vida dos agricultores, considerando aspectos que influenciam diretamente sua realidade no campo. Nesse quesito, em relação à renda familiar, o gráfico 04 mostra que a metade dos agricultores (15, ou 50%) possui renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos.

Gráfico 04 - Renda familiar (em salários mínimos) dos agricultores participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Do total, 8 agricultores (26,7%) relataram uma renda equivalente a 1 salário mínimo, reforçando a vulnerabilidade econômica de uma parcela significativa das famílias. Outro dado relevante é que 7 agricultores (23,3%) relataram renda entre 2 e 3 salários mínimos. Apesar de representar uma melhoria em relação às faixas mais baixas, essa renda ainda é limitada frente aos custos envolvidos na produção agrícola, especialmente para famílias numerosas ou que dependem exclusivamente da agricultura.

Esse resultado leva também a um olhar crítico sobre o fato de que um dos requisitos para aptidão ao Garantia Safra, conforme apresentado no capítulo 2 deste estudo é que os agricultores possuam renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo. Assim, levanta-se questionamentos sobre possíveis inconsistências no cadastro ou no levantamento das informações, dessa forma, tais resultados revelam que algumas famílias possam ter subdeclarado ou omitido fontes de renda no momento da inscrição no programa. É comum que aposentadorias, benefícios sociais ou rendimentos extras não sejam mencionados por desconhecimento, pela percepção de que esses valores não seriam considerados no cálculo da renda familiar ou ainda por má fé, não podemos desconsiderar a existência das fraudes, onde recebe-se um dinheiro que o agricultor sabe que em verdade não teria esse direito.

Outra possibilidade é que a renda dessas famílias tenha aumentado após o cadastramento no programa, por fatores como o ingresso de algum membro da família no mercado de trabalho, o início de novas atividades produtivas, por exemplo. Nesses casos, a renda declarada inicialmente estaria dentro do limite exigido, mas alterações posteriores poderiam ter elevado os rendimentos para a faixa de 2 a 3 salários mínimos. Isso aponta para a necessidade de atualizações periódicas nas informações fornecidas pelos beneficiários.

Não foram observados agricultores com renda inferior a 1 salário mínimo ou superior a 3 salários mínimos. A ausência de rendas extremamente baixas pode ser atribuída à atuação de políticas sociais, como aposentadorias ou outros benefícios, que garantem uma renda mínima para os agricultores. Por outro lado, a inexistência de agricultores com rendas mais elevadas demonstra a fragilidade econômica ainda verificada na região. Essas condições refletem diretamente nas dinâmicas econômicas locais e no perfil social dos agricultores, além disso, indicam um panorama estável, porém restrito, no que diz respeito à distribuição de renda dentro do grupo analisado.

Completando a abordagem acerca da renda, verificou-se importante considerar a diversidade acerca das fontes para provimento da renda (gráfico 05). Os dados coletados revelam a diversidade de fontes de renda entre os agricultores familiares, evidenciando que, embora a agricultura seja uma atividade central, ela não constitui a principal fonte de renda para a maioria.

O destaque vai para a aposentadoria, que foi identificada por 15 agricultores (50%). Isso reflete a importância dos benefícios previdenciários no meio rural, especialmente considerando o envelhecimento da população agrícola e as dificuldades enfrentadas na manutenção da produção como uma atividade economicamente viável.

A presença de múltiplas fontes de renda também aponta para a adoção de estratégias de sobrevivência por parte dos agricultores, que buscam complementar seus ganhos diante da instabilidade do setor agrícola. Essa realidade reforça a complexidade do cenário rural e a necessidade de políticas integradas que atendam à pluralidade das condições de vida no campo.

Gráfico 05 - Principal fonte de renda dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Apenas 8 agricultores (26,7%) apontaram a agricultura como sua principal fonte de renda. Esse dado evidencia a relevância da agricultura familiar no cotidiano das famílias rurais pesquisadas, embora não necessariamente indique exclusividade ou suficiência econômica. É importante destacar que, embora existam experiências bem-sucedidas de agricultores familiares com boa renda, a realidade pode variar bastante conforme o contexto regional, as políticas públicas de apoio, o acesso à irrigação, assistência técnica e mercados.

Outro dado relevante é que 6 agricultores (20%) indicaram o trabalho fora da propriedade como a principal fonte de renda. Isso demonstra uma estratégia de diversificação econômica entre os participantes, onde membros das famílias buscam complementar a renda em setores urbanos ou em atividades não agrícolas. Por fim, 1 agricultor (3,33%) optou por não responder sobre qual a sua principal fonte de renda.

Os dados mostram ainda que a renda dos agricultores familiares participantes da pesquisa é composta por múltiplas fontes, sendo a agricultura apenas uma delas. A predominância da aposentadoria e a necessidade de buscar trabalho fora da propriedade

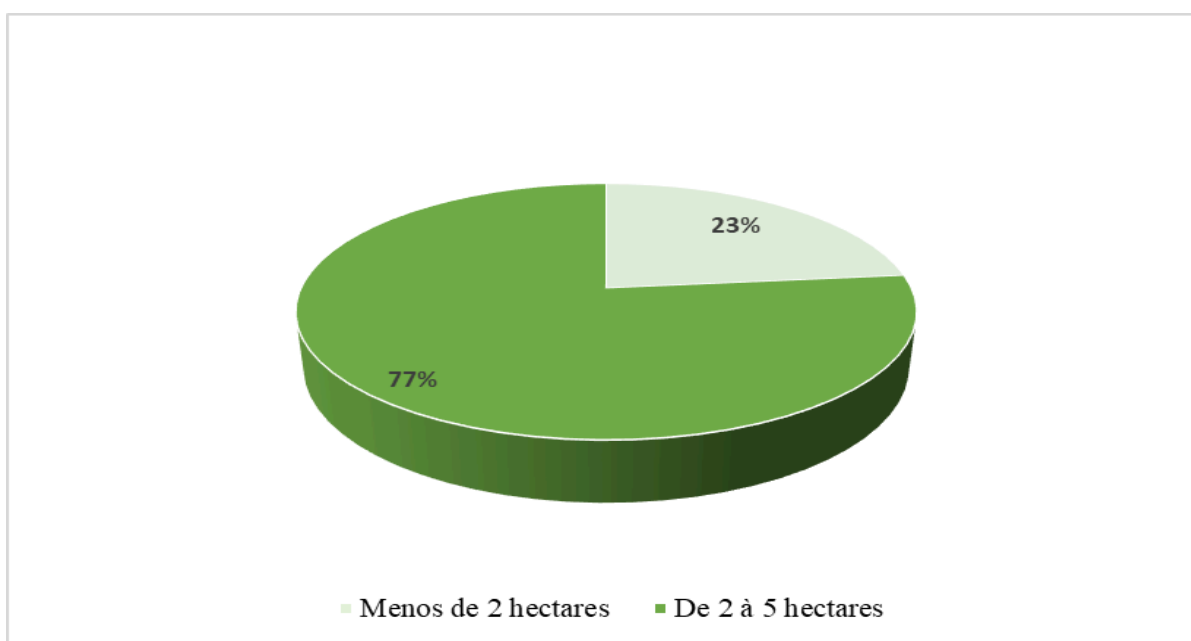
apontam a importância de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e promovam sua sustentabilidade.

4.3 CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS

Tão quanto importante caracterizar os indivíduos beneficiados pelo programa GS, é crucial analisar as características das suas propriedades rurais. A priori, buscou-se analisar o tamanho da propriedade rural considerando que conforme apresentado no capítulo 1 deste estudo, conceitua-se como pequena propriedade, o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais e média propriedade caracteriza-se o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

O gráfico 06 apresenta a distribuição do tamanho das propriedades dos agricultores participantes da pesquisa de campo. A maioria destes (23) aproximadamente 77%, possui propriedades com área entre 2 e 5 hectares, representando o perfil predominante entre os participantes do programa.

Gráfico 06 - Tamanho da propriedade em hectares dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



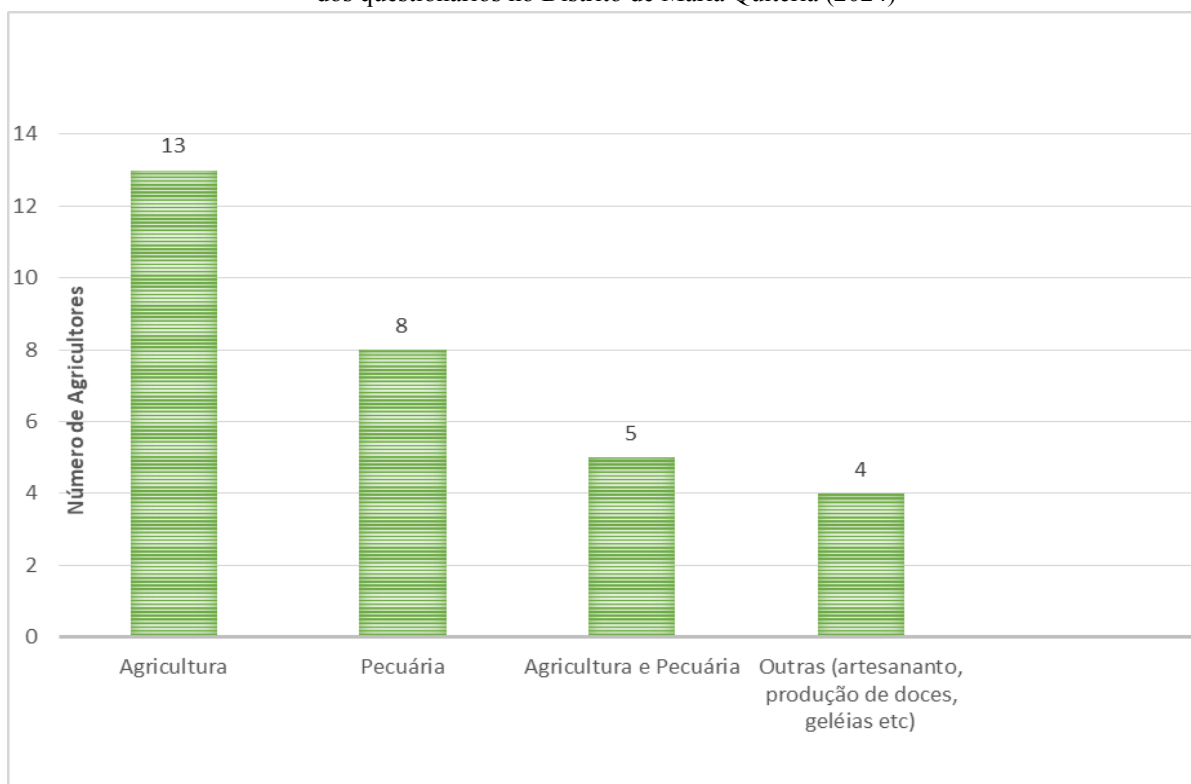
Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Os agricultores com propriedades menores, de até 2 hectares, somam (7) indivíduos – 23%. Esse grupo é particularmente vulnerável, visto que possui menor área produtiva, o que

pode limitar a diversificação de culturas e a geração de renda, colocando-os em situação de maior dependência de políticas públicas como o Garantia-Safra.

As principais atividades desenvolvidas nas propriedades rurais são ilustradas no gráfico 07. Observa-se que a agricultura é a atividade predominante, sendo citada como principal por 13 agricultores (43,33%). Esse dado reforça a centralidade da agricultura frente a outras fontes de atividade como o artesanato, por exemplo.

Gráfico 07: Principal atividade desenvolvida nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

A pecuária aparece como a segunda atividade mais recorrente, sendo a principal fonte de renda para 8 agricultores (26,66%). Embora a pecuária não seja o foco do programa, sua relevância demonstra a diversificação econômica das propriedades rurais, o que demonstra uma estratégia para lidar com as incertezas climáticas ou oscilações de mercado.

Do total, 5 (16,66%) agricultores apontaram a combinação de agricultura e pecuária como a principal atividade, evidenciando a busca por um equilíbrio entre essas práticas. A integração dessas atividades pode ser vantajosa, permitindo maior sustentabilidade das propriedades e a otimização dos recursos disponíveis. Por fim, 4 agricultores (13,33%) indicaram outras atividades como principais. Esse grupo citou práticas como o artesanato, a

produção de alimentos processados como compotas, geleias e doces de conserva, por exemplo.

Dentre as principais culturas cultivadas (gráfico 08) tem como predominância o feijão, cultivado por 10 agricultores o que representa 33,33% do total, seguido pelo milho, apontado por 8 agricultores (26,67%).

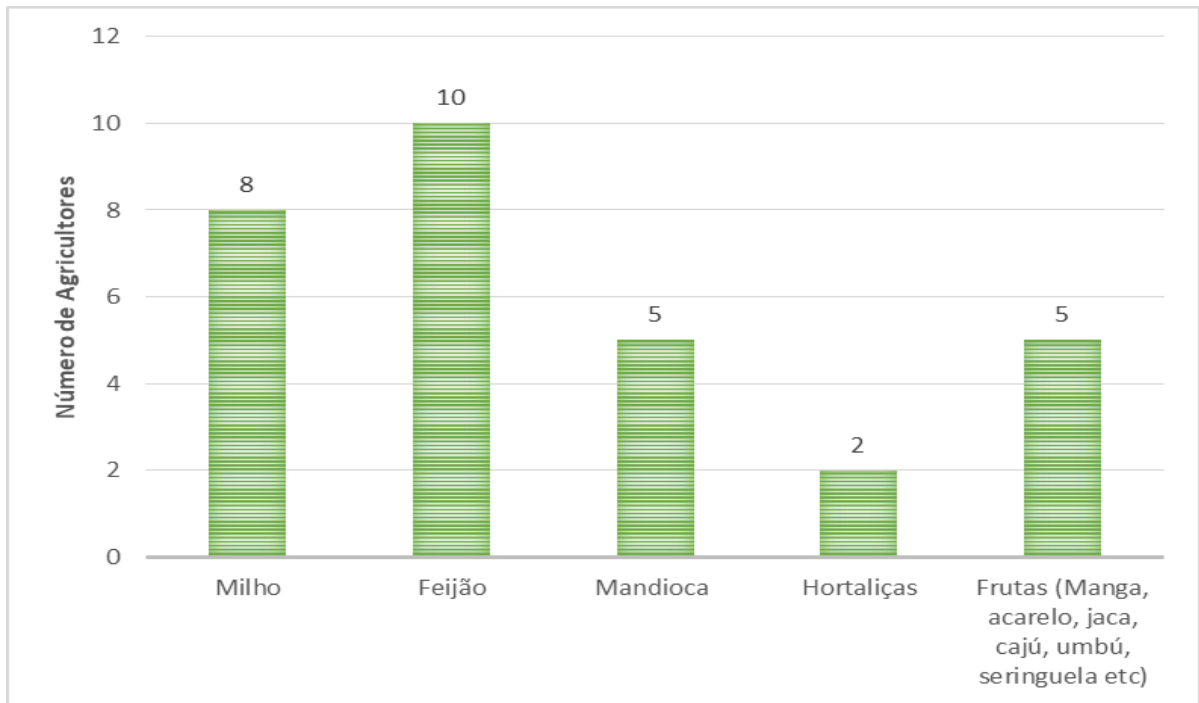
Figura 04 - Cultivo do milho e do feijão no distrito de Maria Quitéria (2025)



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Esses dois produtos são tradicionais na agricultura local e também estão alinhados aos critérios do programa Garantia-Safra, que contempla produtores que cultivam alimentos como feijão e milho, essenciais para a subsistência e segurança alimentar da região. A produção dessas culturas tem grande importância econômica e social para as famílias agricultoras, influenciando diretamente suas práticas agrícolas e modos de vida. Além disso, esses produtos são frequentemente utilizados no consumo próprio e comercializados em mercados locais, reforçando seu papel dentro do contexto rural estudado.

Gráfico 08 - Principal cultura desenvolvida nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

A mandioca, outra cultura relevante na agricultura familiar, é cultivada por 5 agricultores (16,67%). As principais localidades de cultivo da mandioca em Feira de Santana são justamente as áreas de plantio situadas nos distritos de Maria Quitéria, Humildes, Jaíba e Tiquaruçu. O cultivo da mandioca no município feirense segue em marcha lenta, mesmo com a produção da farinha de mandioca para consumo próprio e comercialização.

Essa produção, embora modesta, representa uma importante fonte de alimentação e renda para as famílias envolvidas, além de ser parte integrante da cultura e da tradição local. A continuidade dessa prática reflete a valorização das raízes agrícolas na região e a adaptação dos agricultores às condições do meio rural.

Figura 05 - Plantação de Mandioca no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Segundo Pinto (2022), na região de Feira de Santana, especialmente no distrito de Maria Quitéria, a produção de mandioca ainda é marcada por práticas tradicionais de agricultura familiar e em pequena escala, voltadas principalmente para o autoconsumo e a produção artesanal de farinha nas chamadas "casas de farinha". Embora haja iniciativas públicas recentes, como o PAA e o PNAE, que têm ampliado as possibilidades de inserção dessa produção no mercado institucional, ainda persiste uma lógica predominante de subsistência.

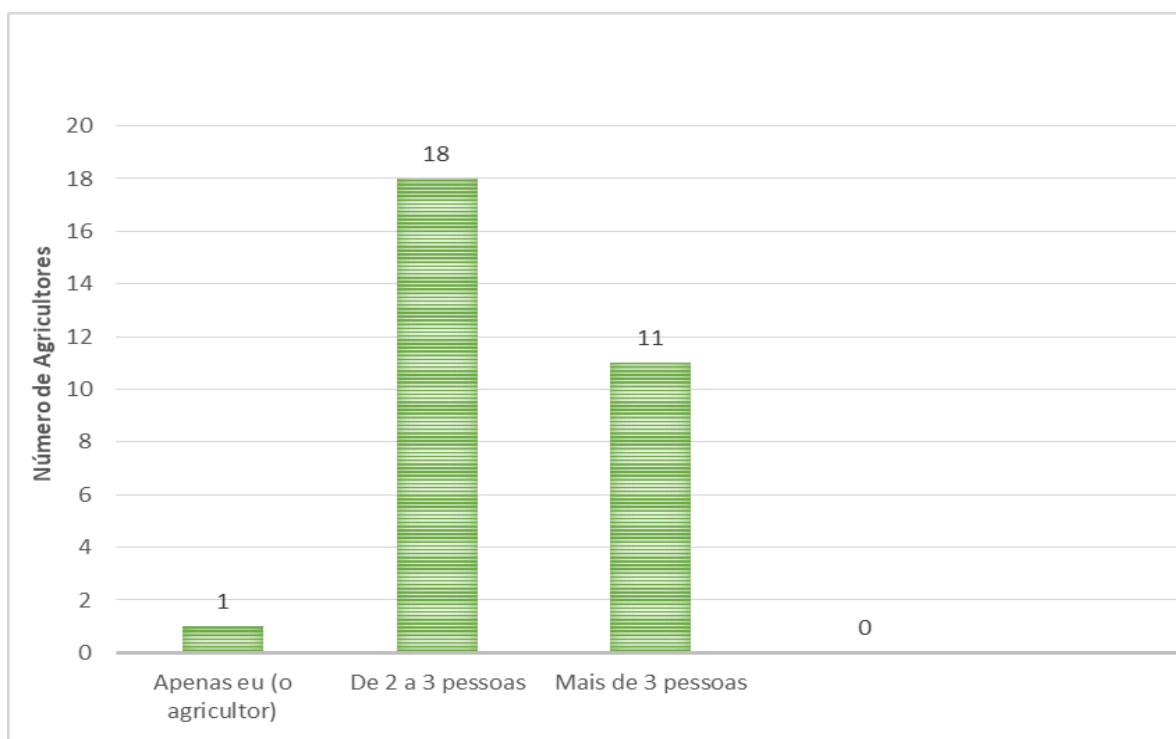
Para Pinto (2022), embora Feira de Santana esteja entre os principais produtores de mandioca da Bahia, a atividade apresenta desorganização em sua cadeia produtiva. A produção, conduzida predominantemente por pequenos agricultores familiares, muitas vezes ocorre em áreas com limitações de solo e estrutura.

É importante registrar que 5 agricultores (16,67%), destacam as frutas (manga, acerola, jaca, caju, umbu, seriguela, entre outras), como a principal atividade produtiva. Apesar de serem culturas mais voltadas ao mercado local, frutas como o umbu e a seriguela têm potencial para ampliar a renda dos agricultores, especialmente com o desenvolvimento de produtos processados.

Hortaliças, possui menor expressão (6,66%) 2 agricultores, dentre as hortaliças foram citadas o coentro, alface e o couve. A escolha dessas culturas reflete não apenas as condições edafoclimáticas da região, mas também indica um esforço para a manutenção da segurança alimentar nas propriedades.

No quesito “quantas pessoas trabalham na propriedade rural” (gráfico 09), a maioria das propriedades (60%) têm entre 2 e 3 pessoas trabalhando, o que indica um modelo de produção familiar ou pequenas equipes. Esse número sugere ainda que a agricultura, nas propriedades dos agricultores que fazem parte da amostra, está estruturada em pequenas propriedades, onde a mão de obra familiar é comum.

Gráfico 09 - Quantidade de pessoas que trabalham nas propriedades rurais dos agricultores familiares participantes dos questionários no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Além disso, em 36,66% das propriedades verificou-se que tem mais de 3 pessoas envolvidas no trabalho, isso é um indicativo de que a maior parte dos agricultores não trabalha sozinho. Apenas uma propriedade 3,33% conta com um único agricultor, o que indica que a produção individual não é um modelo predominante nas propriedades pesquisadas.

Ainda na abordagem acerca de informações sobre as características das propriedades rurais, a sequência a seguir busca analisar a infraestrutura e recursos das propriedades. Dessa forma, no quesito sistema de irrigação (gráfico 10), tem-se um resultado preocupante: 90% (27) dos agricultores não possuem sistemas de irrigação em suas propriedades, enquanto apenas 10% (3) possuem. Esse dado evidencia a dependência predominante das condições naturais da chuva para a produção agrícola na região.

Gráfico 10 - Quantidade de agricultores familiares participantes dos questionários, que possuem sistemas de irrigação no Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

A ausência de sistemas de irrigação em 90% das propriedades estar associada a diversos fatores. Segundo relato dos próprios agricultores essa ausência vai desde questões econômicas, como a limitação de recursos financeiros, ou mesmo por aspectos culturais ou de crença. Alguns dos entrevistados relataram inclusive que confiam nas chuvas e o sistema de irrigação não seria algo indispensável para sua produção.

Essa situação expõe a fragilidade da agricultura local frente a períodos de estiagem ou variações climáticas, colocando em risco a produção, uma vez que a maior parte dos agricultores dispõe apenas das chamadas cisternas (figura 07), uma ferramenta especialmente importante em regiões semiáridas.

As cisternas atuam como locais de armazenamento de água para eventuais escassez, garantindo a sobrevivência básica, vale destacar que as cisternas não são consideradas diretamente sistemas de irrigação, mas podem ser parte de um sistema, elas são estruturas para captar, armazenar e conservar água (geralmente da chuva). Já o sistema de irrigação é um mecanismo usado para distribuir água para as plantas no campo, como aspersores, gotejamento ou canais.

Figura 06 - Cisterna em uma propriedade familiar do Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Do total de agricultores investigados, o percentual de 30% (3) agricultores possuem sistemas de irrigação. Durante a visita foi verificado modelos de armazenamento e

distribuição de água nas propriedades (figuras 07), como tanques de plástico, visando apenas a sobrevivência básica da família e da produção, especialmente em períodos de secas severas e considerando ainda que o sistema de distribuição realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), não atinge de maneira igualitária todas as propriedades do distrito.

Figura 07 -Tanque utilizado para o armazenamento de água em uma propriedade do Distrito de Maria Quitéria (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Além dos resultados expostos através dos questionários, foi verificado através das entrevistas que a principal justificativa para a não adesão a um sistema de irrigação é a falta de recursos financeiros. Outros, no entanto, demonstraram resistência ou desconfiança, seja

por motivos culturais, religiosos ou por experiências anteriores com tecnologias que não atenderam às expectativas. Esses relatos mostram a importância de iniciativas construídas de forma participativa, respeitando os contextos e valores locais e a importância da escuta, sensibilização e adaptação às realidades do campo.

Além dos tanques de armazenamento de água para consumo próprio, chamou atenção que na maior parte das propriedades a distribuição de água nas lavouras era realizada através de baldes e bacias. Os agricultores enchem os baldes e levam até a plantação garantindo assim a sobrevivência da produção, conforme figura 08 abaixo.

Figura 08 - Baldes utilizados para distribuição de água nas pequenas lavouras do distrito de Maria Quitéria (2024)

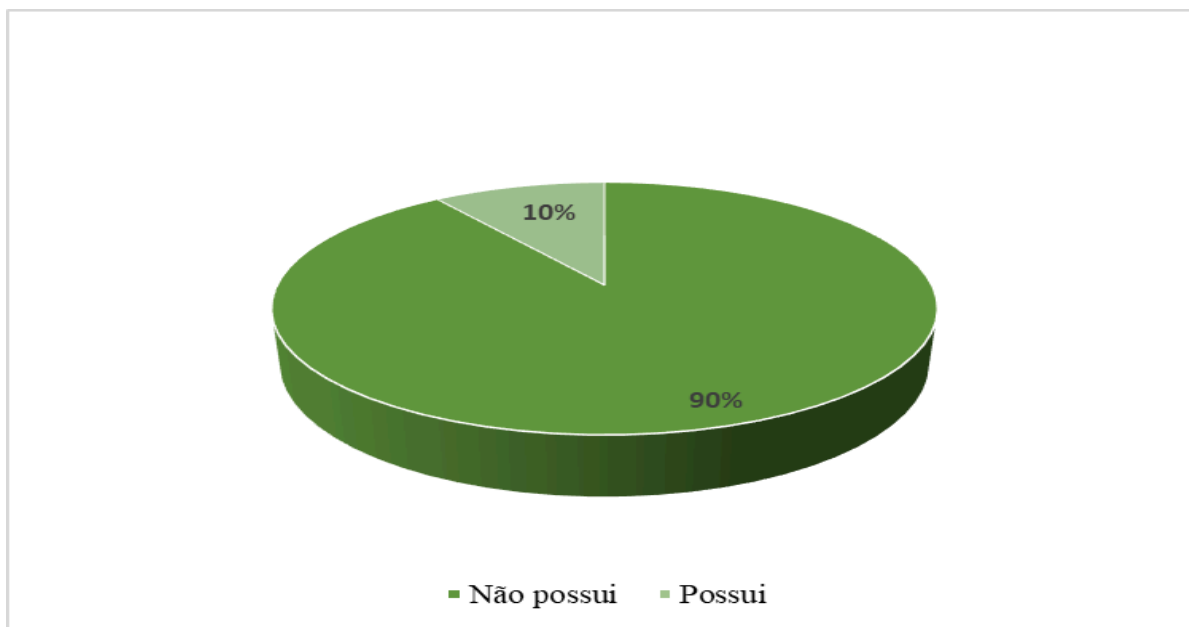


Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Para o quesito “Acesso à maquinários” (gráfico 11), os dados seguem na mesma linha apresentada no gráfico acerca da obtenção de sistemas de irrigação, 90% ou seja 27 agricultores não possuem maquinários em suas propriedades. Vale destacar, que o não possui maquinário próprio não significa que estes não fazem uso de máquinas e equipamentos para sua produção. Todos os 27 agricultores que relataram não possui maquinário próprio,

destacaram que fazem uso para arar a terra através de maquinários disponibilizados pelas associações e pela prefeitura municipal.

Gráfico 11 - Quantidade de agricultores participantes dos questionários, que possuem maquinário próprio no Distrito de Maria Quitéria (2024)

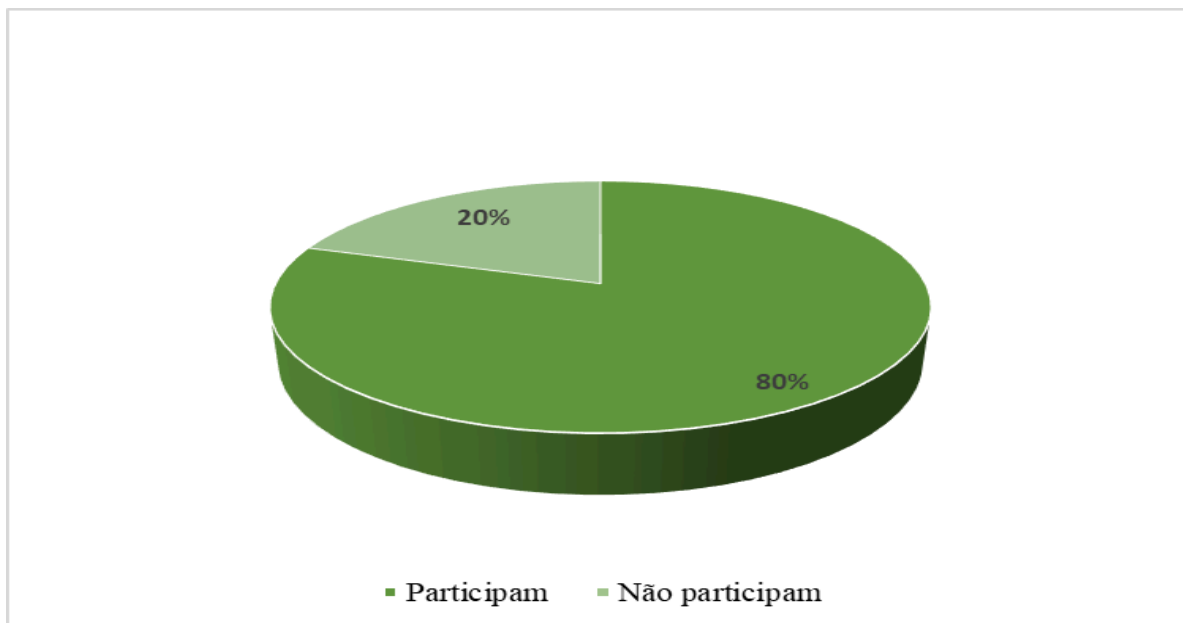


Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Os 10% (3) agricultores que possuem maquinários próprios, demonstram que existe um avanço tímido, na modernização das práticas agrícolas das propriedades investigadas. Vale destacar ainda que os maquinários utilizados por estes, conforme relato, são maquinários adquiridos de outro produtor ou seja “maquinários já utilizados”, nenhum deles afirmou a aquisição do equipamento diretamente na loja fazendo a compra de um equipamento novo.

A participação dos agricultores em cooperativas, associações ou a frequência ao sindicato (SINTRAF), é revelada nos dados do gráfico 12, estes indicam que aproximadamente 80% (24 agricultores) estão envolvidos em alguma dessas instituições, enquanto 20% (6 agricultores) afirmaram não participar. Os dados refletem o grau de articulação dos agricultores locais com entidades representativas. Essa vinculação institucional contribui para o fortalecimento da organização social dos produtores e amplia o acesso a informações e oportunidades dentro do setor. Dessa forma, essa integração entre os agricultores também representa um espaço importante para a troca de experiências e o fortalecimento das relações comunitárias no meio rural.

Gráfico 12 - Quantidade de agricultores familiares participantes dos questionários que participam de cooperativas e/ou associações e frequentam o Sindicato (SINTRAF)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

A participação de 80% (24) dos agricultores é relevante, pois demonstra uma parcela significativa que busca na coletividade e na organização sindical meios para fortalecer suas atividades. A adesão a cooperativas ou associações permite aos agricultores acesso a maior representatividade, negociações mais vantajosas e a possibilidade de compartilhar conhecimentos, o que contribui para o desenvolvimento do setor agrícola local, além do compartilhamento de semestres melhoradas e equipamentos conforme observado no quesito utilização de maquinários.

6 agricultores (20%) relataram que não participam, mesmo diante das possibilidades que a participação proporciona como relatado no parágrafo acima. Quando questionados o porquê de não participarem foi possível observar que as barreiras logísticas é o principal fator, o deslocamento especialmente por se tratar de pessoas de idades mais avançadas torna-se um empecilho para a participação ativa nas reuniões.

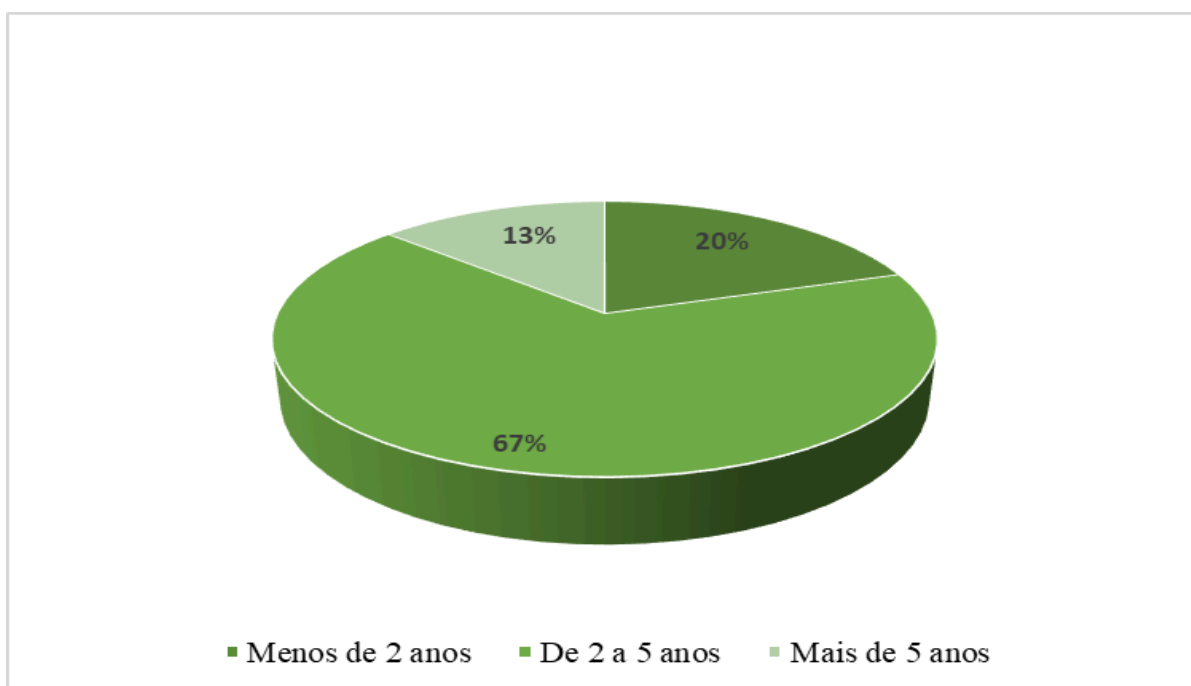
4.4 AVALIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE O PROGRAMA GARANTIA-SAFRA

A avaliação constitui-se como uma etapa fundamental de uma política pública, especialmente quando o parâmetro utilizado é o grau de satisfação do seu público-alvo. De acordo com Andrade Júnior (2009, p. 28) “o objetivo da avaliação seria melhorar a qualidade

dos processos de implementação ou verificar os seus resultados, dando também subsídios para o planeamento, a programação e a tomada de decisões futuras”. O objetivo deste trabalho, ao propor a análise de uma política pública, é justamente trazer percepções a respeito dos resultados produzidos com a implementação do Garantia-Safra e os possíveis entraves do seu funcionamento.

Assim, essa próxima sequência, que se inicia com a abordagem acerca do tempo de participação no programa (gráfico 13), busca verificar características oriundas da participação dos agricultores no programa bem como a percepção e satisfação destes.

Gráfico 13 - Tempo de participação dos agricultores familiares participantes dos questionários no programa Garantia-Safra (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

A maior parte dos agricultores (67% - 20 agricultores) estar vinculada ao programa de 2 a 5 anos, tal fato indica que o programa ainda está em fase de consolidação entre os beneficiários. Nesse intervalo de tempo, é possível que os participantes ainda estejam se adaptando às exigências do programa ou implementando mudanças em suas práticas agrícolas.

Outro ponto a considerar é se o programa está conseguindo atender de forma consolidada as demandas dos agricultores em médio prazo. Dados como a baixa presença de

sistemas de irrigação e a falta de maquinários indicam que, mesmo após alguns anos de participação, muitos agricultores ainda enfrentam barreiras estruturais significativas.

Além do grupo majoritário (67%) com tempo de participação entre 2 a 5 anos, os outros resultados também fornecem insights importantes sobre o impacto do programa na vida dos agricultores e sua duração de adesão. Os agricultores que participam do programa há menos de 2 anos representam 20% (6 agricultores) do total. Esse grupo é o mais recente no programa, e sua experiência reflete o início do processo de integração às políticas e benefícios oferecidos.

Os agricultores que participam há mais de 5 anos somam 13% (4 agricultores). Esse dado destaca uma parcela de participantes que possuem uma trajetória no programa. Os diferentes tempos de participação indicam que o programa tem potencial para gerar mudanças, mas enfrenta desafios para garantir que os agricultores avancem em suas condições produtivas e socioeconômicas ao longo do tempo.

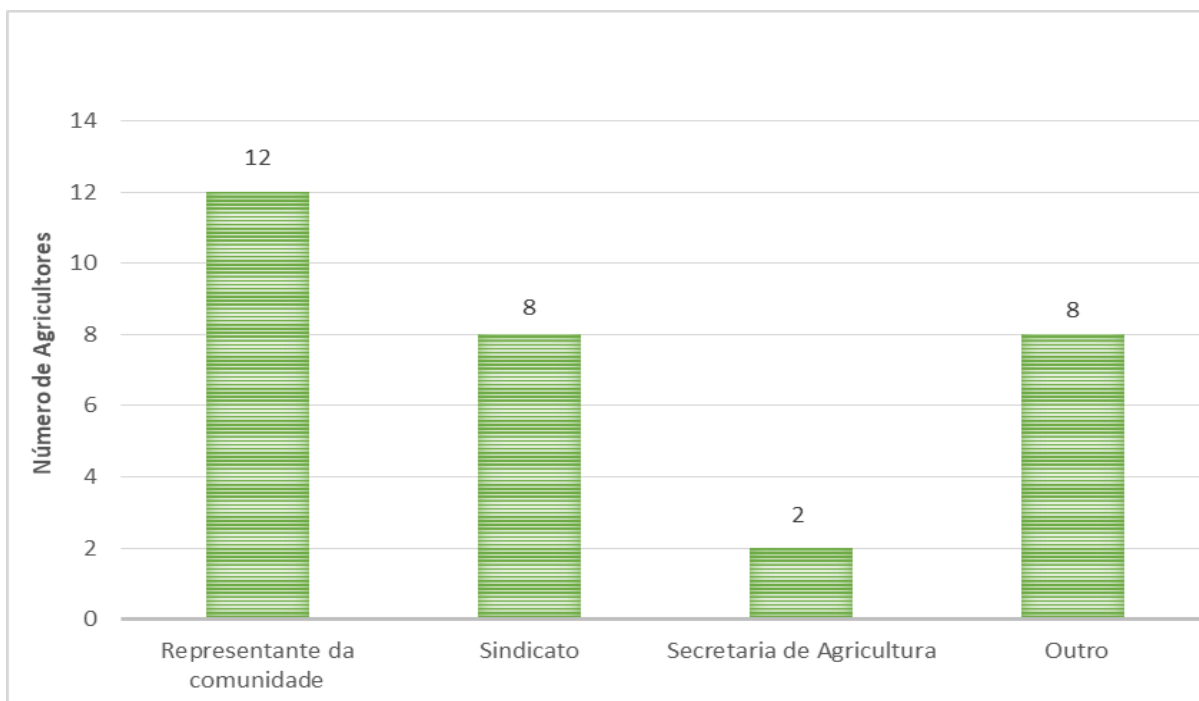
O quesito “conhecimento do programa” (gráfico 14), aponta para uma predominância do representante da comunidade, mencionado por 12 agricultores (40%), como principal fonte de informação. O sindicato também desempenhou um papel significativo, com 8 agricultores (aproximadamente 27%), atribuindo a ele o seu conhecimento sobre o programa. Isso reforça a relevância das organizações sindicais como canais de comunicação e suporte aos trabalhadores rurais, promovendo maior conscientização e engajamento nas iniciativas governamentais.

Por outro lado, apenas 2 agricultores (aproximadamente 6,66%) mencionaram a Secretaria Municipal de Agricultura de Feira de Santana como fonte de informação sobre o Programa Garantia-Safra. Considerando que o período da pesquisa abrangeu gestões municipais entre 2024 e 2025, com Colbert Martins Filho (MDB) no primeiro ano e José Ronaldo de Carvalho (União Brasil) no segundo, verifica-se que independentemente das mudanças administrativas, houve continuidade na fragilidade das estratégias de comunicação institucional, uma vez que a primeira coleta de dados foi realizada ainda sob a gestão do prefeito Colbert Martins, e após com a gestão de José Ronaldo de Carvalho até a data da finalização deste estudo não foram verificadas mudanças significativas quanto a disseminação das informações acerca do programa.

Além disso, outros canais de informação, agrupados na categoria “Outro”, também foram responsáveis por informar 8 agricultores (aproximadamente 27%) sobre o programa, dentre esses canais citou-se grupos de mensagem de Whatsapp, ou mesmo a comunicação oral vinda de outro agricultor. Essa diversidade de fontes mostra que os agricultores obtêm

informações por meio de redes variadas, mas que há potencial para consolidar canais mais amplos e acessíveis, como rádios comunitárias, redes sociais e sistemas de informação agrícola integrados aos serviços municipais, por exemplo.

Gráfico 14 - Como os agricultores familiares participantes dos questionários no distrito de Maria Quitéria tomaram conhecimento do programa Garantia-safra (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

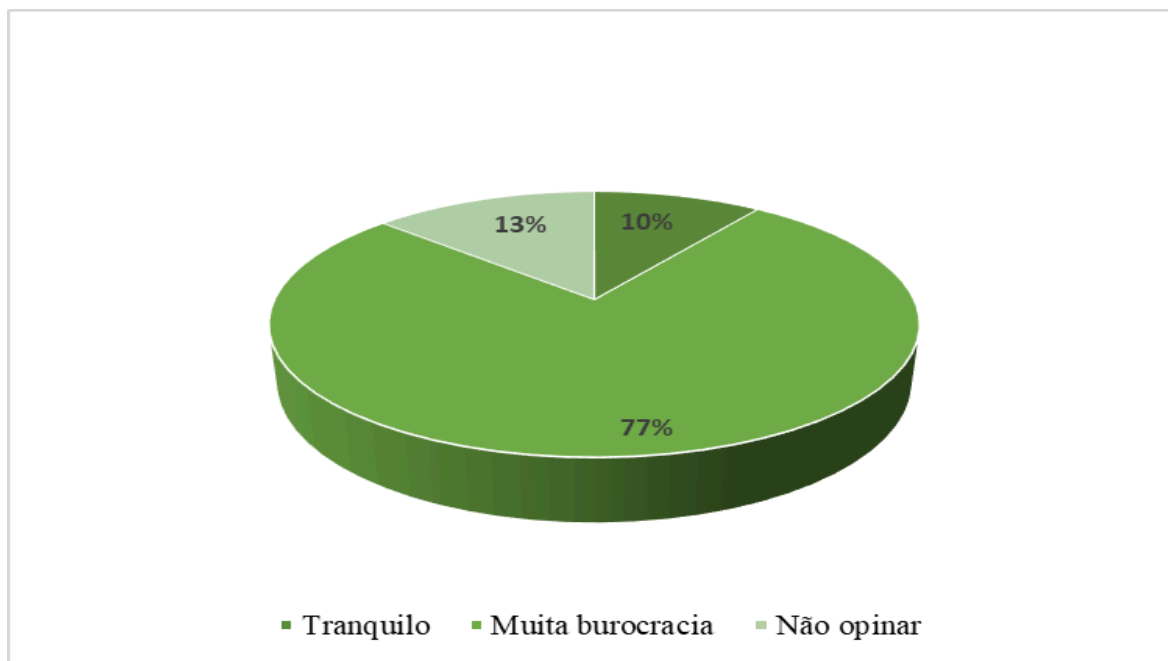
Dessa forma, é importante reconhecer e fortalecer a atuação de líderes comunitários e sindicatos, que demonstraram na pesquisa ser os principais intermediários entre os agricultores e o programa. Essa abordagem integrada é significativa no aumento e alcance das políticas públicas no campo.

Além de considerar a avaliação dos agricultores participantes dos questionários acerca do programa é válido analisar a opinião destes sobre os impactos das ações realizadas, bem como suas avaliações quanto à eficácia, relevância e os desafios enfrentados durante a implementação. Essa análise permitiu compreender como os agricultores avaliam os benefícios recebidos, se suas expectativas estão sendo atendidas e quais as possíveis limitações identificadas ao longo do tempo. Dessa forma, foi possível identificar pontos fortes e fragilidades que podem subsidiar melhorias futuras no Garantia-Safra.

O gráfico 15 apresenta as percepções dos 30 agricultores participantes sobre o nível de burocratização. Entre os 30 agricultores, 23 ou 77% afirmaram que o programa possui muita burocracia. Esse resultado será abordado com maior destaque nos parágrafos finais

deste tópico, onde a partir das entrevistas foi verificado de maneira detalhada o porquê da burocratização vivenciada por estes agricultores.

Gráfico 15 - Visão dos agricultores familiares participantes dos questionários acerca da burocratização do programa (2024)



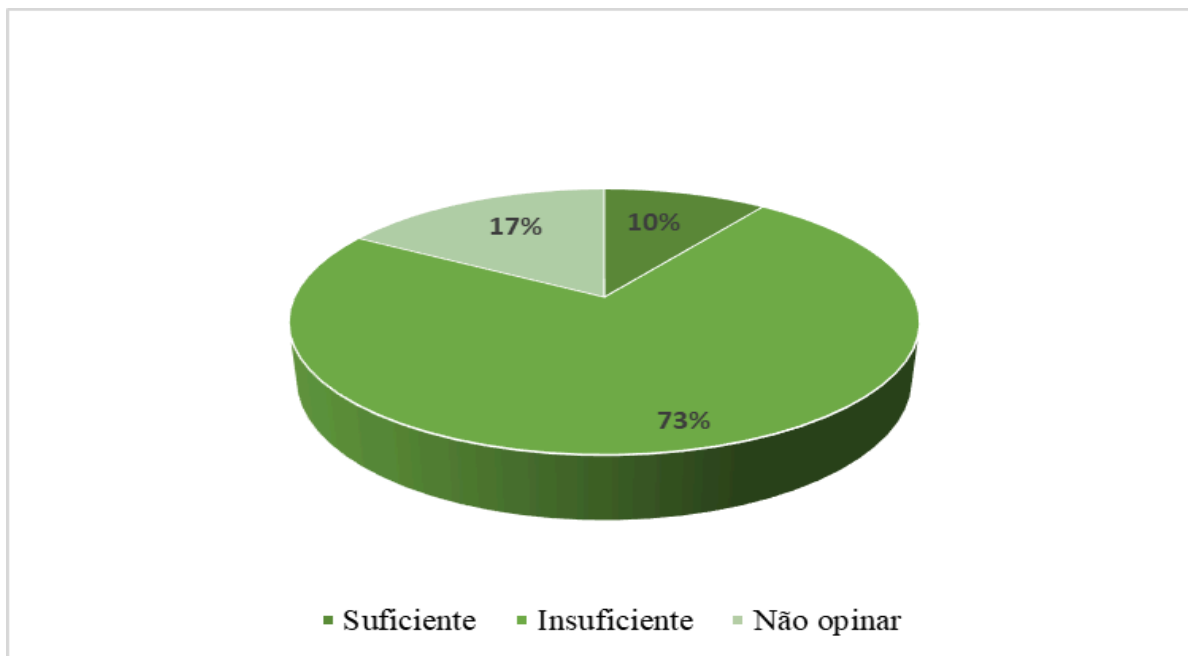
Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Já um total de 4 agricultores (13%) indicaram o “Não opinar” à sua experiência com o programa, preferindo não expor com detalhes sua avaliação. Apenas 3 agricultores (10%) consideraram os processos administrativos tranquilos, ou seja, não enfrentaram dificuldades para lidar com os processos. Este grupo representa uma minoria, demonstrando que os procedimentos administrativos simples são uma exceção.

No quesito “O benefício é suficiente para amenizar as dificuldades enfrentadas durante à produção”, a análise do gráfico 16, revela que a maioria dos entrevistados (73%) 22 agricultores considera o benefício insuficiente para amenizar essas dificuldades, 17% (5 agricultores) preferiram não opinar e apenas 10% (3 agricultores) acreditam que o benefício é suficiente.

Esse cenário indica que a grande maioria dos agricultores enfrenta desafios significativos na produção. A baixa porcentagem de agricultores que acham o benefício suficiente (10% 3 agricultores) evidencia que o valor não atende às necessidades econômicas e/ou operacionais que eles enfrentam.

Gráfico 16 - Visão dos agricultores familiares participantes dos questionários acerca do valor do benefício (2024)



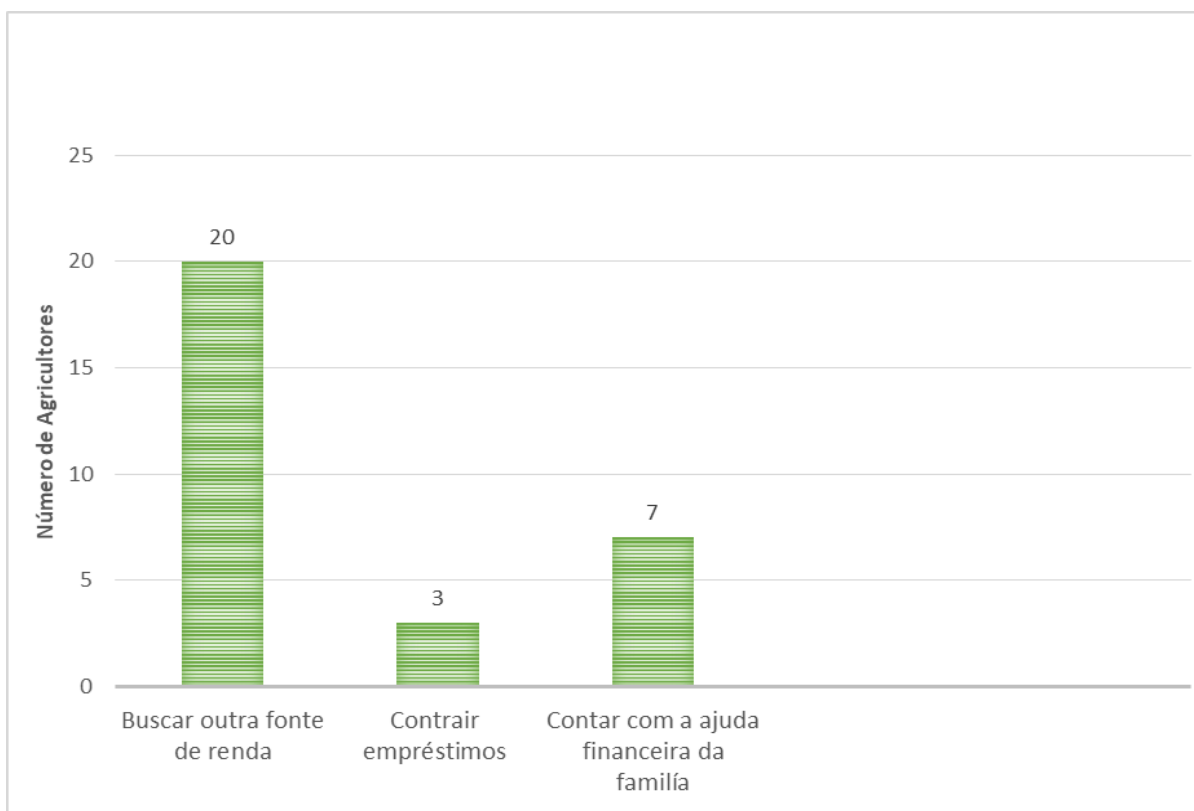
Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Em situações de perdas buscou-se verificar qual seria a segunda alternativa de sobrevivência dos agricultores participantes da pesquisa. Quando questionados sobre “Em momentos de perda da produção agrícola, quais são suas outras estratégias para lidar com a situação?”, tem-se o seguinte resultado apresentado no gráfico 17.

“Buscar outra fonte de renda”, é a alternativa mais escolhida, com 20 agricultores (aproximadamente 67%), essa estratégia evidencia uma tendência significativa para diversificação de atividades como forma de sobrevivência. “Contar com ajuda da família”, aparece em segundo lugar, com 7 respostas (23%), indicando o suporte familiar como um recurso relevante, mas menos comum.

“Contrair empréstimos” é a opção menos considerada, com apenas 3 respostas (10%). Este dado demonstra que os agricultores, em sua maioria, recorrem a estratégias que envolvem iniciativas individuais ou familiares, priorizando alternativas que não dependam de recursos financeiros externos.

Gráfico 17 - Alternativas dos agricultores familiares participantes dos questionários diante de perdas da produção (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

O número reduzido de agricultores que optam por contrair empréstimos, mostra o custo elevado dos financiamentos, em especial devido às altas taxas de juros. Para agricultores que já enfrentam dificuldades financeiras, assumir dívidas pode parecer um risco muito grande. A incerteza em relação à capacidade de pagamento, considerando a dependência de safras futuras, também contribui para a baixa adesão.

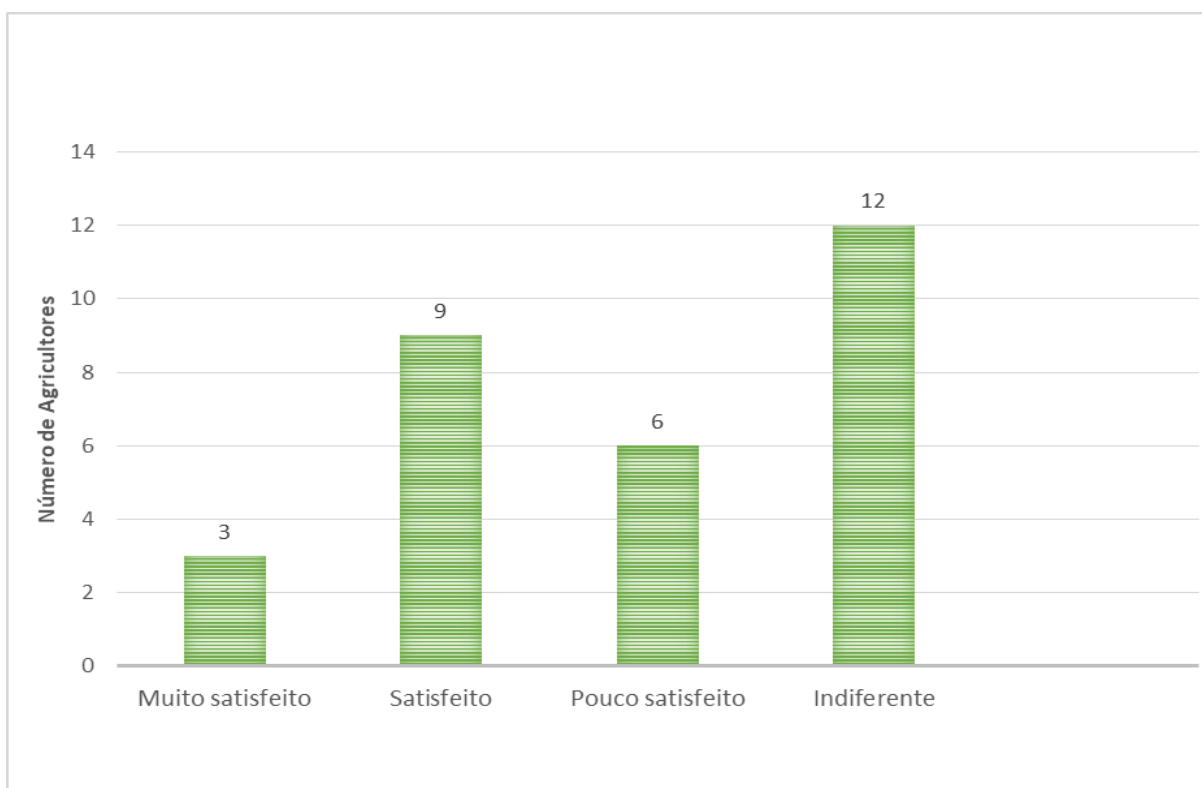
Assim, alternativas como buscar outra fonte de renda (com 20 agricultores respondentes ou 66,66% do total) ou contar com a ajuda da família (23,33% - 7 agricultores) parecem mais viáveis e seguras, já que não geram obrigações financeiras de longo prazo.

No quesito primordial, “Satisfação em relação ao programa” (gráfico 18), é possível observar que a maioria dos agricultores se mostrou “Indiferente”, com 12 respostas (40%). Indicando assim, um impacto do benefício para os agricultores participantes, percebido como neutro, sem gerar grande entusiasmo.

Já 9 agricultores (30%) se declararam “Satisfeitos”, revelando que alguns têm uma visão positiva sobre o programa e o auxílio que ele proporciona. Por outro lado, um grupo menor, composto por 6 pessoas (20%), classificou-se como “Pouco satisfeito”, apontando falhas ou limitações no alcance ou eficiência do benefício.

Um ponto de atenção se dar ao fato de que o contingente de “Indiferente” somado ao “Pouco Satisfeito”, corresponde a mais da metade do total de agricultores participantes da pesquisa 60% (18 agricultores), tal fato leva a um ponto de atenção no sentido de que o programa não estar atendendo plenamente às expectativas dos beneficiários.

Gráfico 18 - Nível de satisfação dos agricultores familiares participantes dos questionários em relação do Garantia-Safra (2024)



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Apenas 3 agricultores (10%) indicaram estar “Muito satisfeito”, demonstrando que, para uma pequena parcela, o programa atende às expectativas. As respostas das entrevistas expostas nos últimos parágrafos desta seção demonstram que a satisfação declarada está fortemente associada ao caráter paliativo do programa e à falta de alternativas. Muitos agricultores, afirmaram que “a ajuda pelo menos não deixa a gente sem nada”, ou ainda que “se vier, está bom”, evidenciando uma aceitação marcada mais pela resignação do que por

uma percepção real de efetividade. Assim, os resultados apontam que a satisfação não decorre de um impacto estruturante do programa, mas sim do alívio temporário que ele oferece frente à ausência de políticas complementares, como assistência técnica, acesso a crédito e distribuição de sementes, mencionadas pelos entrevistados como necessidades centrais.

A satisfação, portanto, não se fundamenta em ganhos estruturais, mas na segurança temporária oferecida em períodos de perda. Wanderley (2009) já apontava que a agricultura familiar, embora essencial para a produção de alimentos e para o desenvolvimento local, enfrenta limitações históricas de acesso a políticas que promovam autonomia e estabilidade econômica. O que corrobora com Boneti (2007), ao destacar que políticas públicas focalizadas muitas vezes se restringem a minimizar efeitos de vulnerabilidade sem promover mudanças estruturais.

Dessa forma, diante dos dados apresentados no gráfico 18, verificou-se a necessidade de, além de analisar a interpretação dos agricultores satisfeitos, interpretar as informações acerca dos 6 agricultores insatisfeitos. Para tanto, foi feita uma varredura na relação dessa resposta com as demais questões e verificou-se que os 6 agricultores insatisfeitos também responderam que consideram o programa muito burocrático, com valor do benefício insuficiente, não possuem sistemas de irrigação e têm dificuldade no acesso a maquinários.

Dessa forma, além da aplicação dos questionários, foi realizada entre os dias 02 e 08 de junho de 2025 uma entrevista semi-estrutura com os 6 agricultores, visando uma maior interpretação dos resultados verificados a partir dos questionários. Para manter o signo nas respostas foi utilizado a nomenclatura “Entrevistado X” visando assim apenas a identificação dos respondentes mas sem exposição dos nomes destes.

A primeira pergunta, quadro 01, visou identificar se na visão dos agricultores tem-se algum benefício em participar do programa, ou se o benefício se limita apenas à quantia recebida. De maneira recorrente, os agricultores apontaram que o principal benefício foi o recebimento do auxílio financeiro e para estes não seria algo que pudesse intitular como “benefício”, estes consideram como uma “ajuda”, que alivia momentaneamente as dificuldades enfrentadas após perdas na produção.

O entrevistado 3, destacou um aspecto que vai além da compensação financeira direta, mas que também revela um ponto de atenção importante nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Segundo ele: “Quando a gente recebe (o valor do programa), sente que alguém lembrou da gente. Não é muito, mas é melhor que nada”. Esse tipo de fala expõe que até ações pontuais e insuficientes são percebidas como sinal de “lembrança” ou presença do Estado. Embora essa dimensão simbólica de reconhecimento não deva ser ignorada, ela não

pode ser naturalizada como suficiente, ao contrário, revela uma fragilidade estrutural: o fato de que o mínimo oferecido — ainda que claramente ineficaz para garantir a segurança econômica dos produtores — já é visto como algo positivo. Nesse sentido, o sentimento de “ser lembrado” não deve servir como consolo, mas sim como um alerta.

Quadro 01 - Respostas dos agricultores entrevistados acerca do benefício em participar do programa Garantia-Safra

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	“Teve um ano que a colheita foi muito fraca e perdi quase tudo, o dinheiro do programa ajudou pelo menos em casa.”
Entrevistado 2	“É pouco, mas pelo menos tem alguma ajuda, poderia ser pior.”
Entrevistado 3	“Quando a gente recebe (o valor do programa), sente que alguém lembrou da gente. Não é muito, mas é melhor que nada.”
Entrevistado 4	“Não sei se tem algum benefício em participar do programa, só tapa um buraco.”
Entrevistado 5	“É uma ajuda que vem, mas não muda muito não.”
Entrevistado 6	“Poderia ser um valor maior para garantir segurança de verdade.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Em relação à segunda pergunta – “Comente um pouco sobre como ocorreu o cadastramento junto ao programa” – os relatos dos agricultores revelaram um processo marcado por dificuldades operacionais, falta de informações claras e, em alguns casos, dependência de terceiros para conseguir aderir ao programa. Do total dos 6 entrevistados, 4 deles a maioria, relatou que o cadastramento ocorreu por meio do apoio do sindicato e associação do distrito, de forma pouco acessível e, muitas vezes, sem explicações detalhadas sobre as etapas envolvidas:

Os relatos reunidos no quadro 02 deixam evidente que o processo de cadastramento junto aos agricultores entrevistados ainda é marcado por barreiras de acesso à informação e burocracia. Destaca-se ainda que os 6 agricultores demonstraram desconhecimento sobre todos os critérios de adesão ou os direitos e deveres que envolvem o programa. Além disso, houve menções à sensação de que o cadastramento depende de relações políticas locais ou da atuação de líderes comunitários, ou seja, aquela sensação de que só se consegue um benefício se conhecer alguém.

Quadro 02 - Relatos dos agricultores entrevistados sobre o cadastramento no programa Garantia-Safra

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	“Meu vizinho que me avisou sobre o programa, depois disso em algumas reuniões no sindicato soube algumas informações e fiz o cadastramento.”
Entrevistado 2	“Eu nem sabia direito o que era o programa (Garantia-Safra). Só disseram que era bom me cadastrar e eu fui.”
Entrevistado 3	“Pediram uns papéis que eu nem sabia onde estava. Tive que procurar para poder participar.”
Entrevistado 4	“Fizeram uma reunião na sede onde mostraram um pouco sobre o programa, mas antes disso nunca tinha ouvido falar.”
Entrevistado 5	“Teve gente que ficou de fora porque não conseguiu papel. Eu mesmo quase fiquei sem por falta de documento.”
Entrevistado 6	“Precisei pedir ajuda para o meu vizinho e para o pessoal do sindicato juntar tudo. Sozinho eu não conseguia reunir toda a documentação.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Em relação à ausência de sistemas de irrigação nas propriedades dos agricultores entrevistados verificou-se uma forte associação a limitações econômicas. Todos os entrevistados relataram não possuir qualquer tipo de irrigação mecanizada, dependendo exclusivamente do regime de chuvas para o cultivo, quadro 03. A principal justificativa foi o custo elevado de implantação de um sistema de irrigação, 2 deles relataram que receberam o auxílio da cisterna através do governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2017, no projeto Lula pelo Brasil, onde foram entregues 1,2 milhão de cisternas em todo País, sendo 1,1 milhão no Nordeste.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) foi uma das entidades da sociedade civil pioneira no uso de cisternas no sertão nordestino. Rede formada por mais de três mil organizações como sindicatos rurais, associações de agricultores, cooperativas e ONG's. A ASA está presente nos 10 estados que compõem o semiárido brasileiro, pondo em prática o projeto político da convivência com o semiárido, as ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região, sendo a construção de cisternas o carro-chefe da sua atuação, garantindo assim as condições necessárias de abastecimento de água limpa.

Quadro 03 – Relatos dos agricultores entrevistados sobre a ausência de sistemas de irrigação

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	“Fazer um sistema de irrigação sai muito caro, a cisterna pelo menos ajuda a não deixar a gente sem água, e assim vamos vivendo.”
Entrevistado 2	“Eu recebi minha cisterna lá em 2017. Sem ela não dava pra ter água nem para beber.”
Entrevistado 3	“A gente sempre plantou assim, esperando o inverno. Quando vem bom, dá pra colher.”
Entrevistado 4	“É muito caro fazer um sistema. Aqui a gente não tem condição.”
Entrevistado 5	“Se tivesse irrigação era bom demais, mas dar para ir vivendo como estamos.”
Entrevistado 6	“Sempre foi assim, do jeito que Deus mandar. Se tiver chuva, a plantação fica próspera.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

O quadro 03 revela que a dependência do regime de chuvas segue sendo uma realidade entre os agricultores familiares entrevistados, limitando a produtividade e tornando suas colheitas extremamente vulneráveis às variações climáticas. Ainda que a construção de cisternas por programas governamentais e entidades da sociedade civil, como a ASA, represente um avanço importante para garantir o acesso à água de consumo, essa estratégia não supre a necessidade de irrigação para as lavouras.

As falas dos entrevistados evidenciam que o custo de implantação de sistemas de irrigação mecanizados está além das condições econômicas desses produtores, perpetuando o ciclo de insegurança produtiva. Essa limitação financeira restringe o acesso a tecnologias que poderiam otimizar a produção, ainda assim, o cuidado com o plantio e a manutenção das lavouras revelam o esforço contínuo para garantir a subsistência da produção conforme verificado nos relatos dos entrevistados.

Apesar da falta de irrigação, a resiliência dos agricultores se manifesta na persistência da produção mesmo diante das limitações técnicas e de uma estrutura limitada, os agricultores seguem produzindo em condições adversas. E para estes observou-se que a ausência de um sistema de irrigação em suma não é um impedimento para sua produção.

Ao serem questionados sobre os motivos que justificam o nível de satisfação declarado em relação ao programa, os seis agricultores entrevistados foram unânimes em expressar indiferença parcial ou total com a política pública. A insatisfação com o valor do benefício foi o ponto mais citado, os agricultores argumentam que embora o pagamento do auxílio tenha algum impacto, ele está muito aquém das perdas reais sofridas, conforme quadro 04 abaixo:

Quadro 04 – Relatos dos agricultores entrevistados acerca do nível de satisfação com o programa Garantia-Safra

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	“O dinheiro que vem não cobre nem metade do que a gente perde. É tipo algo simbólico.”
Entrevistado 2	“Ajuda, mas é pouco. Quando a lavoura quebra, o prejuízo é grande, e esse valor não dá conta.”
Entrevistado 3	“Esse dinheiro entra, mas logo some.”
Entrevistado 4	“É muito papel, muita assinatura, mas no fim a gente não sabe nem direito se vamos realmente receber.”
Entrevistado 5	“Demora muito pra pagar, aí quando chega já tá atrasado, não resolve o problema na hora certa.”
Entrevistado 6	“É uma ajuda, mas não garante nada. É mais pra dizer que tem do que pra resolver mesmo.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

As falas apresentadas no quadro 04 sintetizam de forma contundente a percepção dos agricultores entrevistados de que o programa, embora exista como política de amparo, junto a estes tem um alcance muito restrito frente às perdas reais enfrentadas. Nota-se uma insatisfação recorrente com o valor do benefício, considerado insuficiente para cobrir uma parte significativa dos prejuízos, e um processo burocrático que, além de dificultar o acesso, torna-se pouco transparente para os beneficiários.

Outro aspecto que merece destaque é quanto a burocracia para adesão e recebimento, que gera incerteza, atrasos e desinformação. Dos 6 entrevistados, 4 relataram não saber exatamente quando ou se o pagamento será feito, demonstrando insegurança e falta de transparência no processo. As falas que resumem essas percepções estão reunidas no quadro 05.

Quadro 05 - Depoimentos dos agricultores entrevistados acerca da burocracia, insegurança e articulação com outras políticas públicas

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	“A gente nunca sabe se vai receber mesmo. Tem ano que dizem que não deu perda suficiente, aí fica todo mundo esperando à toa.”
Entrevistado 2	“É muito papel, muita coisa pra assinar e providenciar.”
Entrevistado 3	“Pra receber é uma luta, se faltar um papel, não vai.”
Entrevistado 4	“Demora demais, e a gente fica sem saber se vem ou não.”
Entrevistado 5	“Se tivesse irrigação, maquinário, uma ajuda pra plantar de verdade, o programa nem precisava.”
Entrevistado 6	“Esse dinheiro sozinho não resolve. A gente precisava de mais coisa: assistência, máquina.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Os depoimentos reunidos no quadro 05 mostram que há um consenso entre os agricultores quanto à fragilidade operacional do programa, evidenciada pela burocracia e pela incerteza sobre o recebimento. Além disso, as falas convergem na percepção de que o auxílio financeiro isolado é insuficiente, pois junto aos agricultores selecionados não se articula com políticas de apoio produtivo, como irrigação, mecanização ou assistência técnica.

A última pergunta teve como objetivo avaliar a percepção dos entrevistados quanto à efetividade do programa em sua realidade concreta, quadro 06. De forma geral, todos os seis agricultores expressaram descrença de que o programa esteja cumprindo seu objetivo principal. Para eles, embora o recebimento do auxílio represente um alívio momentâneo, não compensa as perdas reais nem contribui para mudanças estruturais na produção.

As falas revelam uma visão bastante convergente entre os agricultores: para todos, o Garantia-Safra é percebido como um recurso paliativo que não enfrenta as causas estruturais da vulnerabilidade produtiva. A recorrência de expressões como “não muda nada”, “continua igual”, “curativo” e “não resolve” demonstra que o programa requer atenção. Para além disso, as falas reforçam a ausência de articulação com políticas complementares, como acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura produtiva, o que limita fortemente qualquer possibilidade de impacto real na melhoria das condições de produção.

Quadro 06 - Respostas dos agricultores entrevistados acerca da efetividade do programa Garantia-Safra

Entrevistado	Resposta
Entrevistado 1	Ajuda um pouco, mas não muda nada. Continua igual todo ano.”
Entrevistado 2	“Não resolve. A ajuda vem, mas o prejuízo fica. A terra continua do mesmo jeito.”
Entrevistado 3	“Serve só pra passar um tempo, mas não ajuda a melhorar a plantação.”
Entrevistado 4	“O dinheiro vem e vai embora. É tão pouco que nem dá pra investir.”
Entrevistado 5	“É como um curativo num ferimento grande. Tapa um pedaço, mas não cura.”
Entrevistado 6	“Se tivesse mais apoio de verdade, o programa não precisava nem existir.”

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

Com base nas opiniões colhidas durante a pesquisa de campo, vale destacar algumas melhorias sugeridas pelos agricultores para tornar o programa mais eficiente e acessível. As sugestões, embora apresentem nuances individuais, convergem em demandas por mudanças estruturais e operacionais que vão além do simples repasse financeiro.

Quadro 07 - Principais melhorias sugeridas pelos agricultores entrevistados para o Garantia-Safra

Sugestões de Melhorias	Quantidade de Agricultor
Aumento do valor do benefício	6
Redução da burocracia para adesão e recebimento	4
Acompanhamento mais próximo pelos órgãos responsáveis	4
Integração com políticas complementares (assistência técnica, irrigação, crédito)	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração: Laise Macena, 2025.

O levantamento mostra que todos os entrevistados (6) sugerem o aumento do valor recebido, considerando assim o valor atual do benefício insuficiente para mitigar as perdas agrícolas, evidenciando o descompasso entre o montante pago e os custos reais de produção. A crítica à burocracia (mencionada por 4 agricultores) reforça a percepção de que entraves administrativos dificultam o acesso ao programa, tornando-o menos eficaz para quem mais precisa. Já a demanda pela necessidade de acompanhamento mais próximo (4 agricultores) e a integração com outras políticas (3 agricultores) indicam que o Garantia-Safra, isoladamente, é percebido como insuficiente para promover mudanças estruturais na realidade produtiva. Essas sugestões revelam que há um entendimento de que políticas compensatórias devem caminhar junto a investimentos em infraestrutura, capacitação e apoio técnico para serem, de fato, transformadoras.

Os gráficos e tabelas analisados revelam que, apesar da relevância do programa, ainda existem desafios a serem superados. A evolução do número de agricultores aderidos ao Garantia-Safra demonstrou um crescimento expressivo nos primeiros anos, seguido de oscilações que diante a coleta das informações verificou-se estar relacionadas a fatores como dificuldades burocráticas e variações na percepção dos beneficiários sobre a eficácia do programa.

Além disso, os níveis de satisfação indicam que, embora uma parcela dos agricultores reconheça os benefícios do GS, uma parte significativa se mantém indiferente, reconhecendo as falhas existentes na execução — o que leva muitos a aceitarem o que é oferecido de forma resignada, como se “se vier, está bom”. As sugestões de melhorias apresentadas — como o aumento do valor do auxílio, a redução da burocracia e a maior agilidade nos pagamentos — sinalizam não apenas a necessidade de aperfeiçoar a gestão do programa, mas principalmente expõem uma questão mais profunda: para muitos agricultores, se existissem políticas públicas estruturantes, integradas e permanentes de apoio à produção, o Garantia-Safra de maneira isolada não seria necessário. Em outras palavras, as falas revelam que o programa, isolado, não ataca as causas do problema (a vulnerabilidade produtiva), apenas suaviza suas consequências.

Dessa forma, embora o Garantia-Safra se proponha a ser uma ferramenta essencial para a agricultura familiar, os dados evidenciam uma realidade mais complexa. A avaliação negativa por parte dos beneficiários, o alto número de pessoas indiferentes ao programa e a percepção de ineficiência apontam que, entre o que está previsto no papel e o que se realiza na prática, há uma distância significativa. Esses elementos indicam que o programa, em seu

formato atual, carece de aprimoramentos profundos para que possa, de fato, cumprir seu papel social e econômico.

CONSIDERAÇÕES

O enquadramento da pequena produção pelo Estado na década de 1990 sob a terminologia de agricultura familiar foi responsável por conferir-lhe o status de categoria social e econômica, ampliando os debates e possibilitando a implementação de políticas públicas específicas. Esse reconhecimento não ocorreu de maneira espontânea, mas foi resultado das intensas mobilizações dos movimentos sociais que reivindicavam sua inserção no rol das políticas públicas. Dessa forma, as ações voltadas à agricultura familiar representam uma conquista social significativa, garantindo maior visibilidade e acesso a programas que promovem o fortalecimento desse setor.

A partir de 2003, com o governo Lula, houve uma mudança substancial na concepção das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. O Estado passou a atuar de forma integrada com diferentes áreas, adotando o princípio da intersetorialidade, o que permitiu uma abordagem mais ampla e estruturada no apoio a pequenos produtores.

Para tanto a presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de execução do Programa Garantia-Safra no distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana-BA, com foco na sua contribuição para a manutenção das unidades produtivas da agricultura familiar. A partir da investigação realizada, foi possível compreender os procedimentos necessários para a adesão ao programa, avaliar se seus objetivos estão sendo alcançados e identificar os impactos gerados na atividade produtiva e no fortalecimento da agricultura familiar local. Os resultados evidenciaram que o processo de execução do Garantia-Safra, apresenta desafios que por consequência comprometem a sua efetividade. Entre os principais entraves identificados, destacam-se a burocracia no cadastramento e liberação dos benefícios, o valor dos pagamentos e a necessidade de maior acompanhamento técnico.

No que se refere ao alcance dos objetivos do programa, constatou-se que, embora o Garantia-Safra cumpra sua função de mitigar os impactos financeiros das perdas agrícolas, sua atuação ainda se dá de forma limitada nas unidades produtivas analisadas, uma vez que o benefício não é suficiente para garantir a manutenção para a próxima safra. O auxílio financeiro não assegura investimentos estruturais que poderiam fortalecer a resiliência da agricultura familiar diante das mudanças climáticas.

Em relação aos impactos na atividade produtiva, verificou-se a necessidade de complementaridade com outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como assistência técnica rural, acesso a crédito e incentivos para práticas agroecológicas e de convivência com o semiárido. Portanto, embora avanços significativos tenham sido conquistados nas últimas décadas, a agricultura familiar ainda requer um olhar atento do Estado e da sociedade para que continue desempenhando seu papel fundamental na produção de alimentos, na geração de empregos no campo e na promoção de um modelo de desenvolvimento inclusivo.

Com base na investigação aqui realizada, as conclusões obtidas a partir da análise comparativa entre os dados coletados e a literatura existente permitiram verificar que o programa atua como ação emergencialista mas não como elemento decisivo para continuidade e manutenção das unidades produtivas da agricultura familiar.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo também enfrentou limitações que merecem destaque. O principal desafio enfrentado foi a dificuldade de acesso a dados secundários atualizados e desagregados por distrito, sobretudo em relação à execução do Garantia-Safra, o que demandou maior esforço na triangulação das fontes. Tais limitações, entretanto, não comprometem a relevância da análise, mas indicam a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras, ampliando o escopo territorial, incluindo diferentes atores institucionais e explorando a articulação do programa com outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Ademais, a partir das análises realizadas, observou-se que o programa nas unidades analisadas atua de maneira compensatória e pontual, oferecendo um auxílio financeiro limitado, que pouco contribui para a manutenção das unidades produtivas. Assim, verificou-se que não basta reconhecer a existência do programa como algo positivo: é necessário questionar sua efetividade real e sua capacidade de responder aos desafios estruturais enfrentados pelos pequenos produtores.

Dessa forma, o aprimoramento do Garantia-Safra deve ir além do aumento do valor do benefício ou da desburocratização do acesso — é preciso que ele seja articulado a um conjunto consistente de políticas públicas voltadas à infraestrutura hídrica, assistência técnica, crédito acessível e apoio à comercialização, de modo a deixar de ser apenas um “reconhecimento simbólico” e passar a representar uma ferramenta concreta de transformação social no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Josiane P. F.; SPANEVELLO, Rosani M. A participação feminina na agricultura familiar e as políticas públicas de crédito frente a proposta da igualdade de gênero prevista no ODS 2030, **V colóquio nacional e internacional de pesquisas em agronegócios Universidade Federal de Santa Maria** – Campus Palmeira das Missões, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2023/03/participacao-feminina-na-agricultura-familiar.pdf> Acesso: 27 de maio de 2025.
- ANDRADE JUNIOR, R. C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.
- AUGUSTO, Cleiclei Albuquerque; SACHUK, Maria Iolanda. Competitividade da agricultura orgânica no estado do Paraná. **Caderno de Administração**, v. 15, n. 2, p. 9-18, 2008.
- BASTOS, Jacqueline de J.; SANTOS, Janio. Impactos da implantação de indústrias no distrito de Maria Quitéria, **XXIII seminário de iniciação científica da uefs semana nacional de científica e tecnológica**, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/6308/4957> Acesso: 05 jan. 2025.
- BERDEGUÉ, Julio A.; FUENTEALBA, Ricardo. Latin America: the state of smallholders in agriculture. In: **IFAD Conference on New Directions for Smallholder Agriculture**, 2011. p. 25.
- BERTOLINI, Maria M.; FILHO, Pedro Luiz P.; MENDONÇA, Saraspathy N. G. A importância da agricultura familiar na atualidade, **CIAGRO – Congresso Internacional de Agroindústria**, 2020. Disponível em: <https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf> Acesso: 16 de jan. 2024.
- BIANCHINI, Valter. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Desenvolvimento Local Sustentável. Curitiba, 2000. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=23>. Acesso em 13 de jan de 2016.
- BONETI, L. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 3.338/2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3338.htm> Acesso em: 18 maio 2024.
- BRASIL, **Lei nº 4829, de 05 de novembro de 1965**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm Acesso: 16 de maio de 2025.

BRASIL, **Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17827.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.827%2C%20DE%2027%20DE%20SETEMBRO%20DE%201989&text=159%2C%20inciso%20I%2C%20al%C3%ADnea%20c.FCO%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

BRASIL, **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**: Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, Brasília-DF.

BRASIL. **Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002**: Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. Brasília-DF.

BRASIL: **Ministério do Desenvolvimento Agrário PRONAF - Cartilha do Programa Garantia-Safra**, Brasília: Pronaf/SAF/MDA, 2006 11 p.:il. Disponível em:

https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/396_1.pdf Acesso em: 26 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=25/07/2006> Acesso: 20 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Geral GS – Versão Novembro de 2022**. Brasília: MDA, 2022. Disponível em:

https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-garantia-safra/arquivos_2/RelatorioGeralGS_VersoNovembro_2022.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

BUENO, C. da S.; SILVA, P. A. de O. Redes de informação como instrumento ao planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: o modelo do programa "PLANEJA" da EMBRAPA. In: **Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural**. Anais.. Goiânia, GO: Sober, 2014.

BULHÕES, Igor Santos. **O programa garantia-safra como política de desenvolvimento rural sustentável no semiárido: o caso de Feira de Santana (BA)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. de Maria Naoko Tijiua. Campinas UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção repertórios).

CAMPOS, J. N. B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 82, pág. 65-88, dez de 2014.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de Políticas Públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador. EDUNEB, 2012.

CERQUEIRA, Míryan Siomara de Almeida. **Políticas públicas e (re)organização do espaço rural: desafios da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Amargosa/Ba.** 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

CERQUEIRA, P. da S.; COELHO, U.; ROCHA, A. G. P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: Estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. In: **Avaliação de Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos.** Brasília: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. V. 7. N. 27, 2007.

CUNHA, A. **Um seguro agrícola “eficiente”.** Texto para Discussão n 255. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, 57 p.

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luis Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, p. 33-43, 2014.

DERNADI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre. V. 2, n. 3, jul/set. 2001.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas.** Editora Record, 1997.

DYE, T. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

EBINA, R. K.; MASSUQUETTI, A. O PRONAF na Região Sul do Brasil: uma análise do estado gaúcho no período 1999-2009. In: **V Encontro de Economia Catarinense.** 2011.

Disponível em: <

http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/O%20PRONAF%20NA%20REGI%20C3%83O%20SUL%20DO%20BRASIL%20UMA%20AN%20C3%81LISE%20DO%20ESTADO%20GA%20C3%9A%20CHO.pdf> Acesso

em: 19 de maio de 2024.

FEIRA DE SANTANA (BA). **Plano Municipal de Saneamento Básico de Feira de Santana – Produto 11: Diagnóstico Socioeconômico.** Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em:

https://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/SANEAMENTO/PMSB_FS_Produto11_Tomo_II_Diag_Socioeconomico_jun2018.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Versión final de la definición de agricultura familiar.** Roma: FAO, 2014.

Disponível em:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/gender/docs/FAO_FAMILYFARMING_DEFINITION_SPANISH.pdf.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial: questão agrária. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230.

FREITAS, N. B. **O descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território o “vazio” do processo da valorização do espaço** (Tese de doutorado em geografia) Universidade federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

GERHARD, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.52 supl.1 Brasília 2014.

HESPAHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

INFOSEMIÁRIO: **Panorama geral**, 2024. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/resumo/semiarido_baiano.pdf Acesso: 13 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIO – INSA. **Semiário Brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br> Acesso: 13 de julho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário: 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo das Cidades e Estados do Brasil: 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama> Acesso: 26 de maio de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010. 315 p. ISBN 978-85-224-5758-8.

LAZZARI, Francini M.; SOUZA, Andressa S. Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais, 8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS, **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/4-3-1.pdf> Acesso: 16 de maio de 2025.

LIMA, P.V.P.S.; MENDES, C. M.; ROCHA, L.A.; OLIVEIRA, M. R. R. No rastro da vulnerabilidade às secas: uma análise da produção de grãos no semiárido brasileiro. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 19, p. 183-196, 2016.

LOUREIRO, K. Neoliberalismo e Questão agrária: as consequências para o campo brasileiro. In: **Anais eletrônicos do IV encontro da ANPUH-ES. História, representações e narrativas**, Vitória, 2003.

LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, Vol. 32, No. 4., 1972.

MARCOLINA, Maria R. Coronelismo ontem e hoje, in: **O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense**, volume 1, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=34429&ext=pdf&k> Acesso: 19 de maio de 2025.

MAIA, Guilherme B. S.; ROITMAN, Fábio B.; GONÇALVES, Flávia C. S. E CONTI, Bruno M. **Seguros agrícolas: experiências internacionais e reflexões para o caso brasileiro**, BNDES: Biblioteca Digital, 2010. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2968/2/RB%2034%20Seguros%20agr%C3%ADcolas_P.pdf Acesso em: 24 de junho de 2024.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MDA, **Relatórios Garantia Safra**. Disponível em: <https://garantiasafra.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=28> Acesso em: 16 jan. 2025.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

MORESI, Eduardo (Org). **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, 2003.

NAVARRO, Zander. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, José Garcia. ; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro.; NAVARRO, Zander. (Org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 185-209.

NAVOLAR, T. S.; RIGON, S. A.; PHILIPPI, J. M. S. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 69- 79, jan./mar. 2010. Doi: 10.5020/18061230.2010.p69.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (Org.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2007, v.1, p. 211-270.

ONU – Organização das Nações Unidas – **Artigo: A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**, 2017. Disponível em: [www. /brasil.un.org](http://www.brasil.un.org). Acesso em: jan.2022

PINTO, F. C. **Aspectos da cadeia produtiva da mandioca em feira de santana no distrito de maria quitéria (povoados de lagoa grande e olhos d'água das moças)**. Sitientibus, [S. l.], n. 43, 2022. DOI: 10.13102/sitientibus.vi43.7446. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/7446> Acesso em: 5 fev. 2025.

PMFS - **FEIRA 190 ANOS: um passeio pelos oito distritos, sua história e atrações**. Disponível em:

<https://www.feiradesantana.ba.leg.br/feira-190-anos-um-passeio-pelos-oito-distritos-sua-historia-e-atra-es> Acesso: 05 jan. 2025.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D.D.; DIAS, M. S. **Políticas Públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB**. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013.

RIBEIRO, Mariana Emidio Oliveira. **Alternativas De Adoção De Práticas No Âmbito Do Desenvolvimento Sustentável Em Propriedades Rurais Familiares**. Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Lajeado, Rio Grande do Sul, dezembro de 2017. Disponível: <www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2144/1/2018MarianaEmidioOliveiraRibeiro.pdf> Acesso: 16 de jan. 2025.

SABATIER, P. A. **Theories of the policy process Boulder**: Westview Press, 2007.

SABOURIN, E. P.; CARON, Patrick . Origem e evolução da agricultura familiar no Nordeste semi árido. In: Patrick Caron; Eric Sabourin. (Org.). **Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**, 2003, v. 1, p. 29-45.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Adre. Agricultura familiar camponesa e a construção da territorialidade, **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, V. III, No . 3, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/254395-220510-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/254395-220510-2-PB%20(1).pdf) . Acesso em 20 de maio de 2023.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SEIDLER, Eluane Parizotto e FILHO, Luiz Fernando F. A evolução da agricultura e o impacto gerado pelos processos de inovação: um estudo de caso no município de coxilha-rs, **Rev. Econ. e Desenv.**, Santa Maria, vol. 28, n.1, p. 388 - 409, jan. – jun. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/fabidoamaral,+4%C2%BA+ARTIGO+APROVADO_formatado.pdf. Acesso em: 16 de maio de 2023.

SERAFIM, M.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 121-34, 2012.

SILVA, Clodomiro P. da. **O problema das secas no Nordeste brasileiro**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1987. (Coleção Mossoroense, v. 348).

SILVA, R. Ma. A. da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Soc. estado., Brasília , v. 18, n. 1-2, p. 361-385, Dec. 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Geografias, Belo Horizonte, v. 03, n. 01, p. 46-63, jan./jun. 2007.

SILVA, O. A. da. **Políticas públicas e planejamento territorial**, Feira de Santana: Editora: Zarte, 2018.

SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA (SNA). **Mundo volta suas atenções para a agricultura familiar**. 2014. Disponível em: <<http://sna.agr.br/mundo-volta-suas-atencoes-para-a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 27-41, 2004.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 setembro 2024.

SOUZA, Paulo Marcelo; FORNAZIER, Armando; PONCIANO, Niraldo José; NEY, Marlon Gomes. **Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009**. Documentos Técnico-Científicos, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

STEFANELLO, E. L. **A política de garantia de preços mínimos no Brasil: classificação e operacionalização dos seus instrumentos no período 1990-2004**. Tese de doutoramento – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Delimitação do Semiárido- Relatório final 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf> Acesso: 24 março 2024.

TEIXEIRA, E. C. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR –BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia)**, Bahia, p. 1-11, 2002.

TEIXEIRA, M. A; LAGES, V. N. **Transformações no espaço rural e a geografia rural: idéias para discussão**. Revista de Geografia. V. 14. UNESP: São Paulo, 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMAZZI, Carla G.; LEITE, Cristiane K. da S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 58, p. 13-30, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/xFZp8dWHXP3T4Mhq5GstXzL/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 16 de maio de 2025.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ZUKOWSKI, J. C. Seguro agrícola e desenvolvimento rural – contribuições e desafios do SEAF. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 83-106.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PESQUISADORA: LAISE DA CRUZ MACENA
ORIENTADOR: ONILDO ARAÚJO DA SILVA

QUESTIONÁRIO COM OS AGRICULTORES

Bloco 1: Perfil dos Agricultores e Características da Propriedade

1. Perfil

1.1 Idade:

- ☐ Menos de 25 anos
- ☐ 25 a 40 anos
- ☐ 41 a 60 anos
- ☐ Acima de 60 anos

1.2 Sexo:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

1.3 Escolaridade:

- ☐ Não Alfabetizado
- ☐ Ensino Fundamental
incompleto
- ☐ Ensino Fundamental
completo
- ☐ Ensino Médio
incompleto
- ☐ Ensino Médio
completo
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Superior Pós Graduação
- ☐ Não se aplica

1.4 Qual a renda da sua família?

- ☐ menos de 1 salário
- ☐ 1 salário
- ☐ de 1 a 2 salários
- ☐ de 2 a 3 salários

☐ acima de 3 salários

1.4.1 Qual a principal fonte de renda da família?

- ☐ Agricultura
- ☐ Garantia-Safra
- ☐ Trabalho fora da propriedade
- ☐ Aposentadoria

2 Informações sobre a Propriedade

2.1 Qual o tamanho da sua propriedade rural?

- ☐ Menos de 2 hectares
- ☐ De 2 a 5 hectares

2.2 Qual a principal atividade desenvolvida na propriedade?

- ☐ Agricultura
- ☐ Pecuária
- ☐ Agricultura e Pecuária
- ☐ Outra: _____

2.3 Quais os principais produtos cultivados na sua propriedade?

Milho
Feijão
Mandioca
Hortaliças
Frutas (Manga, acerola, jaca, caju, umbú, seringueira etc)

2.4 Qual o número de pessoas que trabalham na propriedade?

- ☐ Apenas eu (o agricultor)
- ☐ De 2 à 3 pessoas
- ☐ Mais de 3 pessoas

3 Infraestrutura e Recursos da Propriedade

3.1 Há acesso à sistema de irrigação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3.2 Possui maquinário agrícola próprio ou a produção é rudimentar?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3.3. Participa de alguma associação e/ou cooperativa ou frequenta as reuniões do SITRAF?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4 Adesão ao Programa**4.1 Há quanto tempo você participa do Programa Garantia-Safra?**

- ☐ Menos de 2 anos ()
- ☐ 2 a 5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

4.2. Como você tomou conhecimento do programa?

- ☐ Representante da comunidade () Sindicato
- ☐ Secretaria de Agricultura
- ☐ Outro: _____

5 Percepção e Experiência com o Programa**5.1 O processo até o recebimento do benefício foi tranquilo ou requer muita burocracia?**

- ☐ Tranquilo.
- ☐ Muita burocracia.
- ☐ Não se aplica

5.2 Em sua opinião, o benefício é suficiente para amenizar as dificuldades enfrentadas durante à produção?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não opinar

5.3 Em momentos de perda da produção agrícola, quais são suas outras estratégias para lidar com a situação?

- ☐ Buscar outra fonte de renda
- ☐ Contrair empréstimos
- ☐ Contar com ajuda da família

6 Satisfação Geral com o Garantia-Safra**6.1 Você está satisfeito com o funcionamento do programa?**

- ☐ Muito satisfeito
- ☐ Satisfeito
- ☐ Pouco Satisfeito
- ☐ Indiferente

Agradecemos pela sua participação!

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PESQUISADORA: LAISE DA CRUZ MACENA
ORIENTADOR: ONILDO ARAÚJO DA SILVA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES

Foi aplicada àqueles que apontaram, a partir dos questionários, pouca satisfação com o programa, dificuldades acerca da burocratização do cadastramento, bem como àqueles que consideraram o valor do benefício insuficiente para a manutenção das lavouras subsequentes:

1. Quais os benefícios você obteve ao participar do programa GS?
2. Comente um pouco sobre como ocorreu o cadastramento junto ao programa.
3. Quando nos referimos ao sistema de irrigação, o porque sua propriedade não faz uso dele, seja por questões financeiras, dificuldades de acesso ou mesmo por acreditar que confiar nas chuvas já é o suficiente?
4. Comente sobre o porquê de considerar esse nível de satisfação para com o programa.
5. Na sua opinião o objetivo do programa estar sendo alcançado junto à sua propriedade.

Essas perguntas permitem explorar qualitativamente as respostas do questionário, possibilitando uma análise mais profunda do contexto e das características dos agricultores familiares participantes da pesquisa de campo.